

REVISTA
**PAISAGENS
HÍBRIDAS**

ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA E DA PAISAGEM

VOL. 4 - Nº 2 | JUL - DEZ 2024 | ISSN 2595-9638



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE LETRAS E ARTES
ESCOLA DE BELAS ARTES

Reitor | Prof. Dr. *Roberto Medronho*
Vice-Reitora | Prof. Dr. *Cássia Turci*

Decano do Centro de Letras Artes
Prof. Dr. *Afranio Gonçalves Barbosa*

ESCOLA DE BELAS ARTES

Diretora | Prof^ª. Dr^ª. *Madalena Grimaldi*
Vice-Diretora | Prof^ª. Dr^ª. *Larissa Cardoso Feres Elias*

ISSN - 2595-9638

ANDRADE, Rubens de; MACEDO, Jackeline de; COSTA, Tatiana de Carvalho
(Orgs.). Paisagens Híbridas, V. 4, n^º. 2. Rio de Janeiro.
Grupo de Pesquisas Paisagens Híbridas/Escola de Belas Artes, UFRJ.
Julho-Dezembro, 2024, p. 156. 1. Paisagem 2. Arqueologia 3. Arquitetura
4. Memória 1. Universidade Federal do Rio de Janeiro II.
Grupo de Pesquisas Paisagens Híbridas
III. Escola de Belas Artes

EDITORES RESPONSÁVEIS

Prof. Dr. *Rubens de Andrade* | EBA UFRJ- PROARQ-FAU UFRJ
Prof^ª. Dr^ª. *Jackeline de Macedo* | GPPH-EBA UFRJ- PGPP-FAU UFRJ

COORDENADORA DO VOLUME 4, Nº 2

Prof^ª. Dr^ª. Tatiana de Carvalho Costa

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. *Affonso Zuin* | UFV
Prof^ª. Dr^ª *Alda Ferreira* | GPPH-EBA UFRJ
Prof. Dr. *Aldones Nino* | PPGAV-EBA UFRJ
Prof^ª. Dr^ª *Aline Stefânia Zim* | CEUB e UnB
Prof^ª. Dr^ª *Cristiane Maria Magalhães* | AME Cultura
Prof^ª. Dr^ª *Débora Santana* | GPPH-EBA UFRJ
Prof^ª. Dr^ª *Diana Alberto* | UFPa
Prof. Dr. *Esdras Arraes* | UFRSA
Prof^ª. Dr^ª *Eliana Kuster* | IFES
Prof^ª. Dr^ª *Flavia Teixeira Braga* | EAU UFF
Prof. Dr. *Guilherme Figueiredo* | EAU UFF
Prof^ª. Dr^ª *Jane Santucci* | GPPH-EBA UFRJ
Prof^ª. Dr^ª *Jeanne Trindade* | GPPH-EBA UFRJ
Prof. Dr. *Jorge Batista* | EAU UFF
Prof^ª. Dr^ª *Karla Caser* | UFES
Prof. Dr. *Luciano Muniz Abreu* | UFRRJ
Prof. Dr. *Mauro Dillmann* | UFPEL
Prof^ª. Dr^ª *Vera Regina Tângari* | PROARQ-FAU UFRJ

NUCLEO EDITORIAL

Produtor Editorial
Rodrigo Pereira Martins - Agoobook, Rio de Janeiro, Brazil
contato@agoodigital.com | rodrigopereira0182@gmail.com

Bibliotecária

Nara Ferreira Oliveira | naraoliveira.2007@gmail.com
Conselho Regional de Bibliotecários- CRB2/1313

Projeto Editorial

Rubens de Andrade

PROJETO GRÁFICO

Rubens de Andrade

Site da Revista

www.revistas.ufrj.br/index.php/ph

Correio eletrônico

revistapaisagenshibridas@eba.ufrj.br

Grupo de Pesquisas Paisagens Híbridas

www.paisagenshibridas.eba.ufrj.br

COLABORADORES AD HOC

Prof^ª. Dr^ª *Flaviana Lira* | UnB
Dr^ª *Inês El Jaick de Andrade* | FIOCRUZ
Dr^ª *Laura Beatriz Lage* | FMC PBH
Prof^ª. Dr^ª *Margaret Lica Chokyu* | PGPP-FAU UFRJ

VOL. 4 - Nº 2 | JUL- DEZ 2024 | 2495-9638

REVISTA
**PAISAGENS
HÍBRIDAS**

ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA E DA PAISAGEM

TATIANA DE CARVALHO COSTA

PAISAGENS
HÍBRIDAS



SUMÁRIO

6	EDITORIAL Tatiana de Carvalho Costa
10	ARQUEOLOGIA, URBANISMO, IDEOLOGIA E DESTRUIÇÃO: A LIBERAÇÃO DA ROMA REPUBLICANA E IMPERIAL NA NOVA CAPITAL ITALIANA E NO GOVERNO DE MUSSOLINI Rodrigo Espinha Baeta Juliana Cardoso Nery
30	ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA NO RESTAURO DE EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS: REFLEXÕES METODOLÓGICAS SOBRE O CONTEXTO BRASILEIRO Ton Ferreira
44	RURAL ARCHITECTURAL AND LANDSCAPE HERITAGE IN THE CONTEXT OF VAL PESCARA (ABRUZZO, ITALIA): A QUESTION OF HERITAGE RECOGNITION. Lorenza D’Orazio
56	TUTELA DEL PAESAGGIO URBANO CONTEMPORANEO: IL CASO DI PESCARA (ABRUZZO) Claudio Varagnoli Stefano Cecamore
72	PAISAGENS DE MEMÓRIA EM SÃO PAULO, O CASO DO DOI-Codi Silvio Oksman Andrés Zarankin Fernanda Lima Deborah Neves Aline Carvalho Claudia R. Plens
100	EL PROYECTO PARA LA ARQUEOLOGÍA María Margarita Segarra Lagunes
120	RUÍNAS E NOVAS ESPACIALIDADES POSSÍVEIS: ESTRATÉGIAS PROJETUAIS PARA A COMUNICAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO Natália Miranda Vieira-de-Araújo
138	TRÊS APITOS REMANESCENTES: UM ESTUDO SOBRE A PAISAGEM DA ANTIGA FÁBRICA CONFIANÇA (BAIRRO DE VILA ISABEL, MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO) Gusthavo Gonçalves Roxo

EDITORIAL

TATIANA DE CARVALHO COSTA

taticosta_arq@hotmail.com



10.64082/phs.2024.02.4.1

AS PESQUISAS DESENVOLVIDAS NOS

campos da arqueologia da arquitetura e arqueologia da paisagem têm em comum a produção de um rico arcabouço para o conhecimento da sociedade e do espaço concebido pelo homem, sendo uma forma singular de decodificação e compreensão do meio ambiente em suas múltiplas camadas de estratificação e temporalidades, tanto passado quanto presente.

São investigações de grande versatilidade que não se limitam às ferramentas teóricas oriundas da sintaxe espacial ou de leituras estratigráficas e cronotipológicas fortemente desenvolvidas na Europa. Trata-

se de um trabalho interdisciplinar que conjuga, dentre outros, registros históricos, iconográficos, fotográficos, informações orais, análise de técnicas construtivas e matérias-primas, bem como o estudo de elementos específicos em diferentes tempos e escalas – do vestígio, ao edifício e ao território – e a maneira como se estruturam e atuam.

Estas perspectivas interpretativas revelam aspectos econômicos, técnicos, sociais e culturais da materialidade, assim como seus significados não verbais, as relações de poder envolvidas, questões simbólicas e experiências subjetivas características da construção e transformação do espaço.

Considerando estes olhares plurais sobre a complexa rede de significados da arquitetura e do espaço construído e com o objetivo veicular novas pesquisas e reflexões com vínculos colaborativos entre diferentes campos do saber, o Dossiê *Arqueologia da Arquitetura e da Paisagem* da revista Paisagens Híbridas selecionou para este volume trabalhos pautados nos seguintes aspectos: a dimensão documental das estruturas arquitetônicas/arqueológicas e as inferências sobre técnicas do passado, estilos artísticos e história da construção; os aspectos intangíveis, simbólicos e comunicativos da arquitetura e do ambiente; a interface entre arqueologia e arquitetura nos projetos de restauro e os desafios teóricos e metodológicos para a leitura das preexistências e da paisagem.

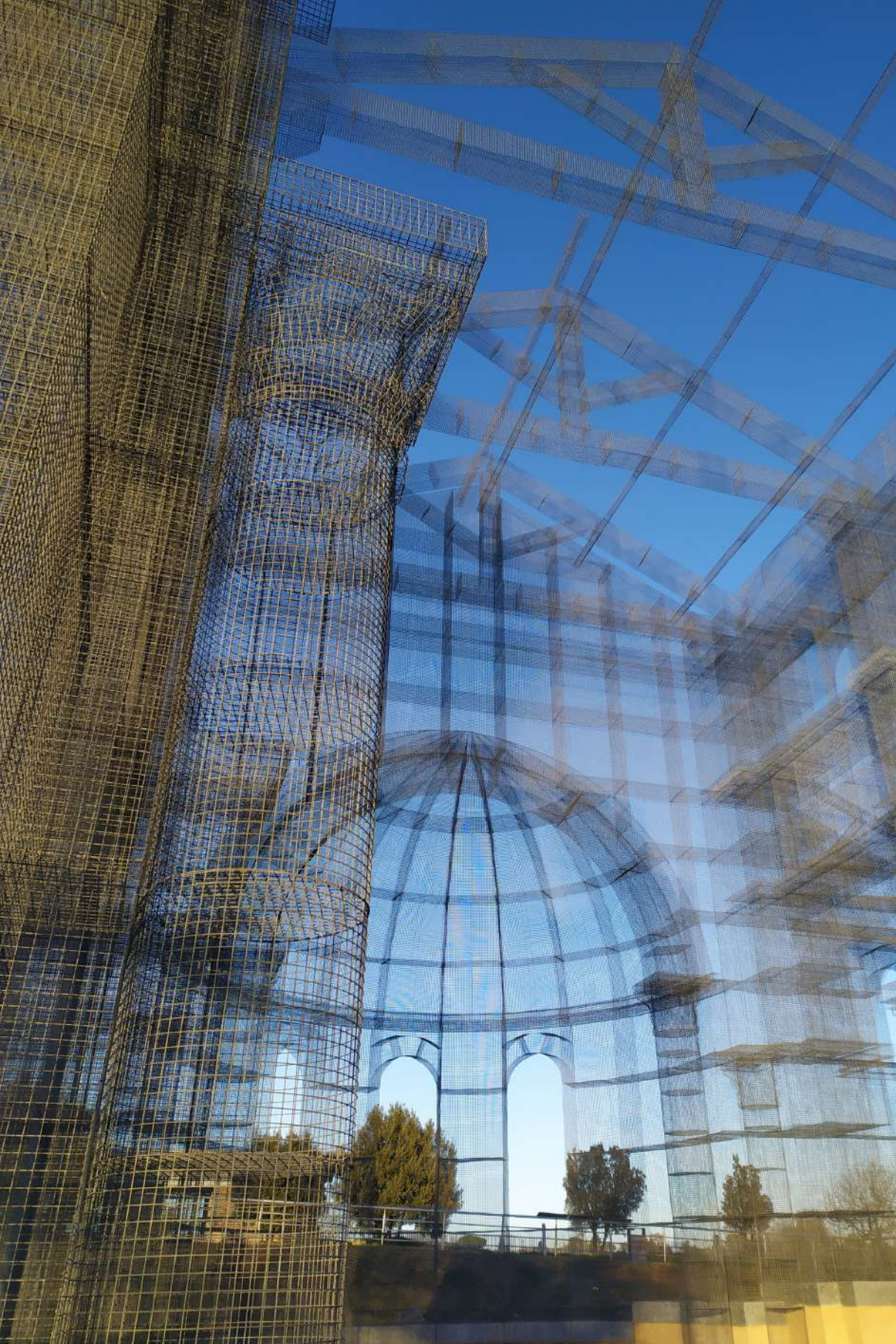
Produzidos por pesquisadores de distintas nacionalidades, os artigos aqui reunidos têm foco nestes temas e combinam pesquisas alusivas ao conhecimento, gestão e conservação da arquitetura e das paisagens. Seja a

arquitetura histórica e monumental, como a do centro urbano da “Cidade Eterna”, ou a arquitetura simples de contextos rurais e industriais. Algumas investigações tratam das conotações sociopolíticas e representações ideológicas ocultas na articulação dos espaços construídos e versam sobre a definição, manipulação, transformação e reapropriação dos lugares ao longo do tempo. Outras trazem diferentes preocupações, como a forma de comunicação destes variados tempos para a sociedade, ou seja, sobre a preservação das preexistências e permanências que vinculam o passado com o presente e afirmam memórias coletivas – muitas vezes sensíveis – dos lugares.

Sobre este assunto, a arqueóloga italiana Andreina Ricci, afirma que é preciso se questionar sobre quais são as finalidades pedagógicas de nossas preexistências e considerar o significado que elas assumem no imaginário dos cidadãos com vistas à elaboração de uma identidade coletiva cada vez mais múltipla e diversa (Ricci, 2006, p. 9). Este é um desafio para os campos do conhecimento aqui envolvidos (arquitetura, urbanismo, arqueologia, história, restauro e paisagismo), ou seja, atravessar camadas históricas e físicas de estratificações, interpretá-las, traduzi-las e ressignificá-las contemporaneamente em conjunto com a sociedade.

Esperamos que este Dossiê possa trazer novos pontos de vista para o debate sobre os temas aqui tratados, ampliando o pensamento e contribuindo para a intermediação dos conflitos próprios da conjugação de ideias como identidade, memória e patrimônio.

Boa leitura!



ARQUEOLOGIA, URBANISMO, IDEOLOGIA E DESTRUIÇÃO: A LIBERAÇÃO DA ROMA REPUBLICANA E IMPERIAL NA NOVA CAPITAL ITALIANA E NO GOVERNO DE MUSSOLINI

RODRIGO ESPINHA BAETA*
JULIANA CARDOSO NERY**

rodrigo.espinha.baeta@gmail.com
jcnery19@yahoo.com.br



10.64082/phs.2024.02.4.2

RESUMO

Este artigo avalia os danos sofridos na paisagem urbana de Roma, até o final do período fascista, a partir das intervenções praticadas em nome da liberação de áreas arqueológicas remanescentes da cidade republicana e imperial: as escavações do Fórum Romano, a liberação da Colina do Campidoglio, a abertura da Via dell'Impero e as escavações dos Fóruns Imperiais.

Palavras-Chave: Roma; Arqueologia;
Paisagem-urbana; Mussolini.

ABSTRACT

Archaeology, urbanism, ideology and destruction: the liberation of republican and imperial Rome in the new Italian capital and under Mussolini's government

This article discusses the damage suffered by the urban landscape of Rome, up until the end of the Fascist period, based on the interventions carried out in the name of liberating the archaeological areas remaining from the republican and imperial city: the excavations of the Roman Forum, the liberation of the Campidoglio Hill, the opening of the Via dell'Impero and the excavations of the Imperial Forums.

Keywords: Rome; Archaeology, Urban-Landscape, Mussolini.

* Arquiteto Urbanista (Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais UFMG), Mestre e Doutor pelo PPG-AU UFBA. Professor da FAUFBA e do PPG-AU UFBA.

** Arquiteta Urbanista (Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais UFMG), Mestre e Doutora pelo PPG-AU UFBA, Estágio de Doutorado junto à *Università degli Studi di Roma, La Sapienza*. Docente da FAUFBA, do PPG-AU UFBA e MP-CECRE UFBA.

ATÉ MEADOS DO SÉCULO XVIII, A ROMA

papal afirmaria sucessivamente seu dinâmico equilíbrio cenográfico através da inclusão, em seu sítio, de inúmeros eventos dramáticos de forte apelo persuasivo. A cidade consolidada, mas demográfica e economicamente paralisada, manteria sua imponente paisagem barroca até o último quartel dos anos mil e oitocentos.

Contudo, este equilíbrio sofreria um forte impacto após a cidade ser declarada capital da Itália, em 1871. Na ocasião, a cidade – como pouco mais de 200.000 habitantes – guardava toda sorte de problemas que seriam denunciados pelos profissionais ligados à nascente disciplina do urbanismo.

Estas “patologias” deveriam ser “curadas” na nova capital, que crescia vertiginosamente, pelas ações de saneamento, higiene, trânsito e também em nome da história – entendendo-se por “história” a escavação e o isolamento de sítios arqueológicos e monumentos clássicos.

A tônica das primeiras intervenções estaria quase sempre vinculada aos desventramentos (*sventramenti*) realizados nas áreas mais delicadas da cidade. Tinham como objetivo alargar trechos de ruas preexistentes, reunindo-os a seguimentos viários que brotavam da eliminação de inúmeros edifícios ou de inteiras quadras, bem como a abertura de vias retilíneas, bem mais largas que aquelas que se concebiam em épocas passadas. Todas as iniciativas recaíam, inevitavelmente, na perda de trechos importantíssimos da cidade e na fragmentação da paisagem urbana ancestral.

Da mesma forma, já nos anos 1870 decide-se implementar uma série de intervenções para conter as cheias do Rio Tevere – que corta o centro urbano. Rapidamente foram iniciados os trabalhos da nova sistematização do rio através da regularização de seu leito, da construção de altos arrimos (os *muraglioni* do Tevere, com 17 m de altura) e a abertura das vias em suas margens (os *lungoteveri*) – intervenções que causaram um grande trauma para a paisagem urbana tradicional, já que as margens do rio eram ocupadas, em quase toda a sua extensão, por uma edificação popular e pitoresca, completamente dizimada.

Contudo, estes não foram os piores traumas que afetaram a paisagem da nova capital italiana. Na verdade, uma nova “onda” de intervenções demolidoras apareceria no segundo quartel do século XX. Desta vez as iniciativas recaíam sobre Benito Mussolini, que governou a Itália de 1922 a 1943. As palavras proferidas pelo Duce em 1925, por ocasião da posse do *governatorato* de Roma, deixavam claras suas pretensões e o mecanismo para alcançá-las: transformar a “Cidade Eterna” em um palco adequado para a nova ideologia fascista:

As minhas ideias são claras, as minhas ordens são precisas e estou certo que se tornarão uma realidade concreta. Daqui a cinquenta anos Roma deve aparentar maravilhosa a todas as pessoas do mundo: vasta,

ordenada, potente, como foi nos tempos do primeiro império de Augusto. Vocês continuarão a liberar o tronco do grande carvalho de tudo o que ainda o estrangula. Vocês farão várias aberturas em torno ao Teatro di Marcello, ao Campidoglio, ao Pantheon; tudo aquilo que foi edificado nos séculos de decadência deve desaparecer. [...] Os monumentos milenares da nossa história devem aginatar-se na necessária solidão.” (Mussolini, 1925, *apud* Cederna, 2006, p. 56 – tradução nossa).

Mais do que o saneamento e a higiene – pretextos usados constantemente para justificar a destruição impiedosa de inteiros bairros medievais, renascentistas e barrocos – Mussolini objetivava a completa transformação da cidade através da noção de aliar a modernidade que seu regime pressupunha, com a tradição que lhe interessava. Frequentemente os novos eixos abertos para a circulação não apresentariam qualquer edifício assentado em toda sua extensão em nome da construção de uma imagem supostamente nobre e grandiloquente, principalmente quando estas vias nasciam margeando ou interrompendo vastas áreas arqueológicas e monumentos antigos – caso da mais celebrada avenida traçada por Mussolini, a Via dell’Impero (hoje Via dei Fori Imperiali); da Via del Mare, que circulava a Colina do Campidoglio e o Teatro Marcello; ou mesmo da Via del Circo Massimo, corredor de tráfego que passaria acima do vazio que por séculos teria acolhido a imensa estrutura da Roma antiga.

Segundo Sanfilippo (Sanfilippo, 1993, p. 37), os mecanismos de intervenção baseados na tábula rasa eram herdeiros diretos das iniciativas que assaltaram o núcleo urbano nos cinquenta anos anteriores, e também sucessores das principais ações de renovação de muitas capitais europeias, iniciativas empreendidas antes da declaração de Roma como capital da Itália:

A cultura do tempo propõe (e Mussolini prescreve) desventramentos (*sventramenti*), demolições, rareamentos (*diradamenti*) e novos e enormes eixos viários nos *rioni* e nos bairros. [...] Todas estas intervenções atropelam centenas de hectares urbanizados e são sempre a consequência lógica de um antigo retardamento cultural em relação à disciplina do urbanismo; são o resultado da combinação de velhos erros. É, contudo, um fenôme-

no decididamente fascista a radicalização indiscriminada das intervenções sob um duplo impulso ideológico: aquele do saneamento higiênico e aquele do “fazer grande” (Sanfillipo, 1993, p. 37-38, Tradução nossa).

O conceito do Duce de “fare grande”, assim como o seu princípio de “fare largo” (algo como “fazer espaçoso”), não poderiam ser compreendidos desvinculados do uso que naqueles tempos se fez da arqueologia como instrumento ideológico do regime. Na verdade, o grupo fascista foi acometido por uma folia romanista baseada no pressuposto de que havia uma absoluta congruência entre a nova ordem italiana e a grande civilização romana imperial, como fica claro nas palavras proferidas por Mussolini em 1934: “Depois da Roma dos Césares, depois daquela dos Papas, existe hoje uma Roma, a fascista, cuja simultaneidade do antigo com o moderno, se impõe à admiração do mundo” (Mussolini, 1934, *apud* Cederna, 2006, p. 72 – tradução nossa).

Para os seguidores de Mussolini, o Primeiro Ministro teria resgatado a Itália de séculos de decadência; obscurantismo representado por todo arco temporal que se desenlaça da queda do Império Romano até a Marcha sobre Roma em 1922: realidade histórica “sórdida” que atravessaria a Idade Média, passaria pelo Renascimento, pelo Barroco, e alcançaria até mesmo o Iluminismo.

Mussolini teria reconquistado a dignidade e principalmente a grandeza para a península; uma grandeza imperial só comparável àquela devida ao remoto passado que deveria ser desenterrado, que precisava novamente aflorar – a Roma dos césares. Portanto, para a Itália fascista, Roma volta a ser a luz, a capital da nova ordem imperial – e em breve, mais uma vez, civilizadora e dominadora do mundo. E para afirmar sua majestade era impositivo seu renascimento urbano através da implantação de um desenho revolucionário que revelasse a congruência entre herança da antiga civilização latina com o novo regime redentor; a aliança entre a Roma de Augusto e dos governantes que o sucederam, e aquela de Mussolini e dos fascistas. Para isso, os monumentos que representavam a era imperial romana deveriam “agigantar-se na necessária solidão” (Mussolini, 1925, *apud* Cederna, 2006,

p. 56); deveriam reinar absolutos em meio a uma vasta estrutura urbana reformulada. Todo o “entulho” que ofendesse a verdadeira história do povo italiano, ou seja, o acervo arquitetônico e o tecido urbano levantados nos “séculos de decadência”, precisava desaparecer em nome da ordem e da decência. As consequências foram desastrosas:

O fato que em Roma, como em qualquer outra cidade, entre os monumentos antigos e o presente ao invés de água ou terra ou lava, existisse no meio simplesmente a história, foi considerado, ao contrário, circunstância irrelevante. Foi um equívoco despropositado. A arqueologia foi forçada a transformar-se em urbanismo, o urbanismo em trabalho de escavação: os arqueólogos improvisados como urbanistas e os urbanistas improvisados como arqueólogos, alucinados por uma única fixação, aquela de eliminar cada diafragma entre a Antiguidade e o próprio fanatismo, desenvolvendo uma espécie de olho radiográfico apontado exclusivamente para a ruína escondida, completamente cegos para os bairros renascentistas ou a igreja barroca que a cobria. A admirável estratificação dos séculos (aqueles “séculos de decadência” que precisavam ser “removidos” do caráter e da história dos italianos), isto é a Roma medieval, renascentista, barroca, neoclássica, foi considerada na mesma medida que um depósito aluvionário que deveria ser extraído e peneirado. Baseado nestas premissas, que negavam os princípios da cultura urbanística e arqueológica moderna, a reexumação da romanidade se reduziu a uma miserável recuperação de ossos calcinados e dentes cariados, destinados a serem submersos pelo asfalto, pelo tráfico e pela especulação, enquanto a Roma moderna se transformava em um esquálido e inumano subúrbio. Como na abertura de um antigo sepulcro os ossos viram pó, assim os desventramentos não restituíram, para a antiga Roma, mais do que fantasmas e escombros (Cederna, 2006, p. 79 – Tradução nossa) .

Esta noção do isolamento dos monumentos desenvolvida pelos agentes da arquitetura, da arqueologia e do urbanismo que buscavam apoio no ditador, ignorava completamente a necessária relação que todo edifício guarda com o seu contexto. Além disso, estes técnicos não compreendiam que a grandeza da paisagem romana – que segundo Norberg-Schulz (Norberg-Schulz, 2007, p. 140)

era herdeira da época imperial e que persistia inalterada no período barroco – residia exatamente na relação de intimidade alcançada pelos pitorescos quarteirões e ruas estreitas do núcleo urbano em seu confronto direto com os majestosos monumentos que sempre apareciam diluídos no cenário. Sem esta intermediação da “moldura” vernácula dos bairros populares, os edifícios ligados às esferas de poder perderiam sua escala grandiosa e seu contraste estilístico – oriundo do confronto entre a linguagem rica e inovadora dos monumentos com o tratamento simples e básico das construções ordinárias. Mas Mussolini nutria um verdadeiro ódio ao que chamava de “pitoresco imundo” e só poderia destinar a ele “Sua Majestade, a Picareta”:

É isto que nós estamos fazendo há dez anos. O todo pitoresco imundo eu confio Sua Majestade, a Picareta. Todo este pitoresco está destinado a ruir e deve ruir em nome da decência, da higiene, e até da beleza da capital (Mussolini *apud* Cederna, 2006, p. 70 – Tradução nossa).

Portanto, como coloca Cederna (2006), a arqueologia tomou a frente das principais intervenções urbanas, sempre com o objetivo de escavar, liberar e isolar os monumentos mais significativos, das construções que lhes ocultassem ou prejudicassem a leitura, mesmo que o processo acarretasse na pulverização de inteiros bairros históricos.

Na realidade, esta ideia do isolamento dos sítios e dos monumentos antigos compreendidos como estruturas mais significativas no confronto com o tecido urbano medieval, renascentista, barroco que lhes sobrepunha, não era exatamente uma novidade para a cidade de Roma. Insolera e Perego revelam como já em 1870, dois meses após a invasão de Roma pelas tropas italianas propondo o fim do regime do Estado da Igreja, uma comissão de arquitetos e engenheiros nomeada pela junta provisória de governo já acenava para a ideia da liberação e isolamento de monumentos:

CrITÉRIO geral ao qual a comissão se inspirava era aquele então recorrente que a cidade existente era substancialmente feia e que deveria ser “embelezada”: por isso se propunham “em torno aos principais monumentos todas aquelas demolições que concorrem a dar-lhes maior imponência” e “também de fazer ressaltar-lhes a beleza artística, envolvendo-os com

deliciosos jardins”. É sobretudo assim que se pensa: e uma vez que são considerados como elementos panorâmicos, mesmo os edifícios arruinados são interpretados como adorno, como objeto a inserir em um novo contexto e neste serem julgados (Insolera, Perego, 1999, p. 5 – Tradução nossa).

ARQUEOLOGIA DA DESTRUIÇÃO I: AS ESCAVAÇÕES NO CAMPO VACINO PARA A LIBERAÇÃO DO FÓRUM ROMANO REPUBLICANO

O centro da Roma antiga, tanto a republicana como a imperial, não coincidia com o da cidade medieval, nem com o da Roma barroca. As áreas remanescentes das praças monumentais, seja o Fórum Romano, ou mesmo os Fóruns Imperiais – edificadas adjacentes e contíguas –, transformaram-se em áreas periféricas da cidade com o decorrer do Medievo, situação que perduraria ininterruptamente até o século XIX. Ainda no final da idade média eram trechos desolados fora da própria cidade, da aérea habitada (que terminava na Colina do Campidoglio), vazios pontuados por algumas ruínas soterradas de edifícios romanos (basílicas, templos, arcos do triunfo, colunas), encobertas pelos sedimentos que se depositaram no vale entre as Colinas do Campidoglio, do Palatino, do Esquilino e do Viminale, degradados e mutilados por séculos de pilhagem e pelos graves terremotos e inúmeras cheias que assaltaram o núcleo urbano por diversas vezes.

Em meados do Cinquecento, a zona arqueológica à nordeste, ao pé das encostas dos Montes Quirinale e Viminale, área que guardava a herança dos Fóruns Imperiais através das ruínas dispersas de vestígios dos antigos edifícios encobertos, foi saneada com a reabertura da Cloaca Massima, e loteada pelo cardeal Alessandrino – após tê-la aterrado para viabilizar a implantação de novos quarteirões.

Na segunda metade do Cinquecento a Cloaca Massima é restituída à sua função e é seca a zona dos Orti dei Pantani, sobre os restos dos Fóruns de Trajano, Augusto, Nerva. São sucedidos grandes trabalhos de aterramento (em certos pontos o transporte de terra supera os 3 m) por impulso do cardeal Michele Bonelli (sobrinho de Pio V Ghislieri) conhecido como o cardeal Alessandrino, do qual herdaram o nome duas das principais vias deste

“bairro”: Via Alessandrina e Via Bonella. Depois a zona inteira é loteada entre 1585-1587 com uma implantação viária bastante regular, enquanto compatível com as ruínas das grandes obras imperiais. Em breve a zona é ocupada por numerosos habitantes modestos, porque é insalubre e pouco atraente aos grandes palácios nobiliários. Dentro do imenso Rione Monti se organiza este Bairro dos Pantani (...), que rapidamente se liga àquele da Suburra, mesmo permanecendo distinto. Entre os séculos XVI e XVIII edifícios religiosos e construções civis ocultam quase todos os vestígios da Roma Antiga. Casebres, casas, palacetes, conventos, mosteiros, priorados, conservatórios, hospícios, orfanatos, igrejas e superfetações de todo o tipo se apoiam, se sobrepõem, ocupam as grandes obras do passado (Sanfillippo, 1993, p. 111, Tradução nossa).

O popular Bairro dos Pantani revelava uma interessante ocupação onde edifícios barrocos e um casario denso se apoiavam e se sobrepunham aos restos dos monumentos da Roma republicana e imperial; ruínas muito danificadas pelo espólio que era praticado desde o início da Idade Média e pela ação natural do tempo. Os quarteirões se estendiam até a base da Colina do Campidoglio e alcançavam a maior praça da zona – o Campo Vaccino, vazio que se abria justamente onde antes se encontrava o monumental Fórum Romano republicano: uma praça desenvolvida longitudinalmente entre o Campidoglio e a estrutura arruinada do Coliseu, na qual uma ocupação edilícia formada por construções residenciais alinhadas dividiam o espaço com importantes igrejas: San Giuseppe de’ Falegnami (também conhecida como San Pietro in Carcere).

A fabulosa Igreja barroca de Sante Luca e Martina, projetada por Pietro da Cortona; Sant’Adriano, templo cristão que apresentava uma feição interna devida à “restauração” barroca da antiga Cúria do Senado romano; Igreja de San Lorenzo in Miranda, dramático edifício barroco construído através da apropriação das estruturas preexistentes do Templo de Antonino e Faustina; o Templo de Rômulo, ruína que também sofreu intervenção barroca e que passou a acolher o átrio de acesso à Basílica cristã de Santi Cosma e Damiano; a Igreja de gosto palladiano de Santa Francesca Romana; a Igreja barroca de Santa Maria Liberatrice (Lombardo, 2006). Além desta edilícia monumental,

a aparição dramática no vazio da praça de vestígios parcialmente enterrados de ruínas romanas – do Templo de Vespasiano, do Templo de Saturno, da Coluna Foca, do Templo de Castor e Polux, do Arco de Settimo Severo, mais ao fundo da Basílica de Constantino e do Arco de Tito, e a imagem distante das ruínas do Coliseu – gerava, em oposição às construções modernas, uma paisagem trágica e fascinante. Para além disso, o Campo Vacino era um verdadeiro respiro em relação aos densos e populares Bairros dos Pantani e da Suburra; um vácuo que se abria abaixo das imponentes Colinas do Campidoglio e do Palatino.

Nada da trama barroca deste ambiente configurado na Roma papal sobreviveu aos arqueólogos. As escavações já começaram no início do século XIX:

A história das escavações nas zonas dos Fóruns foi iniciada na época napoleônica seguindo o critério de escavar em torno aos monumentos emergentes de modo a chegar às suas fundações e vê-los e conhecê-los em sua inteireza. Foi escavado, assim, um buraco em volta da Coluna de Foca, depois uma fenda em torno do Arco de Settimo Severo; uma zona mais ampla em volta da Coluna Trajana viabilizando a descoberta também de uma parte do Fórum de Trajano. Em um segundo momento, na área do Fórum Romano se coligaram os vários buracos entre si de modo a expelir mesmo as ruínas imediatamente afloradas e reconstruir o complexo em torno aos elementos emergentes individuais. No Fórum Romano este fato ocorreu ao escavar o terreno do Campo Vacino, livre de construções. Mas, nos Fóruns de Trajano, Augusto, Nerva, César, Vespasiano, no Medievo, no Renascimento, em época barroca continuou-se a habitar e a construir e reconstruir sobre os antigos muros romanos, sendo utilizados como fundações seguras (Insolera, Sette, 2003, p. 75 – Tradução nossa).

O primeiro lugar a sofrer prospecções arqueológicas no início dos oitocentos foi o Campo Vacino, através do método de cavar em volta dos monumentos e liberá-los inteiramente. A consequência destes atos foi a geração de uma série de interrupções na antes contínua praça e a perda daquele “tom” trágico que se absorvia nas imagens dos monumentos parcialmente cobertos pelos sedimentos. Em um segundo momento, como afirma Insolera e Sette,

os “buracos”, de aproximadamente oito metros de profundidade, oriundos das escavações pontuais dos mais diversos vestígios da Roma antiga, se encontrariam (Il. 1).

Até a passagem do século XIX para o XX já havia sido “liberada” toda a área do Campo Vacino, através, inclusive, da demolição de alguns quarteirões aos dois lados da antiga praça – especialmente triste o desaparecimento do casario que limitava a face nordeste do Campo Vacino, edificações alinhadas entre as Igrejas de Sant’Adriano e San Lorenzo in Miranda; as construções foram arrasadas em nome da libertação das fundações da republicana Basílica Fulvia-Aemilia. Foram preservadas, mas totalmente desambientadas, em “ilhas” acima das escavações, quase todas as igrejas barrocas supracitadas. A praça barroca se transformaria no parque do Fórum Romano; um desnível no meio à cidade, que além das ruínas que já se sobressaíam no Campo Vacino, revelaria ao transeunte as fundações dos outros antigos edifícios do Fórum – com exceção de uma ou outra ruína levantada por anastilose.



Il. 1: Gravura de Félix Benoist, 1870. Vista do Fórum Romano com destaque para o Arco de Settimo Severo, para as colunas remanescentes do Templo de Vespasiano e para as ruínas da pronao do Templo Saturno. Nesta ocasião os vestígios destes monumentos já haviam sido liberados dos sedimentos e habitavam a mesma área de escavação.

Fonte: Lombardo (2006, p. 119).

Pior sorte teve o setor onde antes se levantavam as estruturas dos Fóruns Imperiais, sobrepostos desde o Cinquecento pelo Bairro dos Pantani. Neste caso, as escavações iniciadas também com Napoleão em princípios do século XIX – como a Coluna de Trajano, por exemplo – acarretariam, inevitavelmente, em ações de destruição de partes inteiras do tecido urbano. Finalmente entre as décadas de 1920 e 1930, por ordem de Mussolini, o bairro quinhentista foi totalmente arrasado por recomendação de seu mais influente arqueólogo, Antonio Muñoz, e com o apoio de quase todo o seu *staff*. Mas estas iniciativas não são susceptíveis de análise se não cotejadas com os desventramentos praticados na Colina Capitolina e seu entorno, e nas áreas da Piazza Venezia, Piazza San Marco, Piazza Aracoeli, logo à frente.

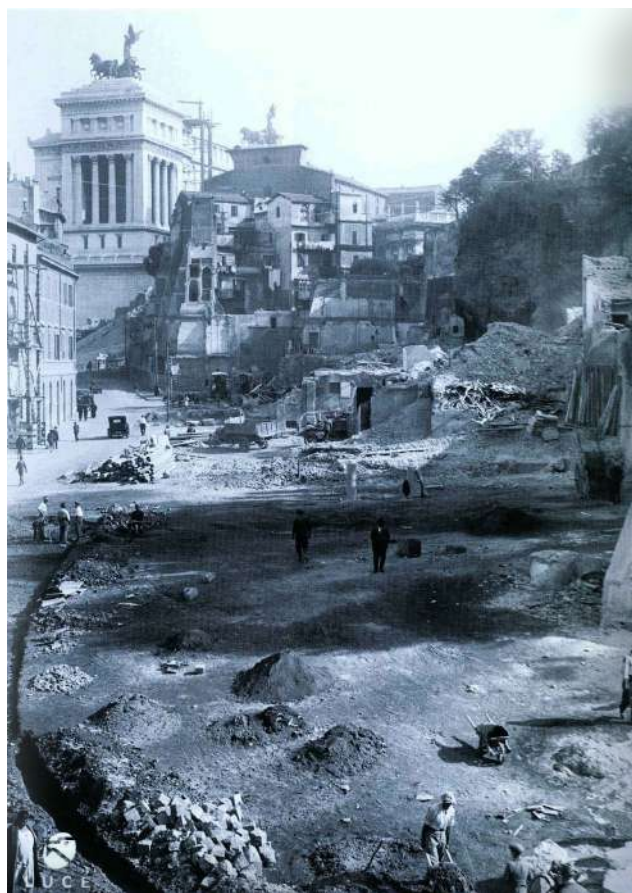
ARQUEOLOGIA DA DESTRUIÇÃO II: A LIBERAÇÃO DA COLINA DO CAMPIDOGLIO

Até o governo fascista, nunca os arqueólogos haviam tido tanta participação na definição dos destinos de uma cidade; oportunamente o regime oferecia-lhes inúmeras possibilidades de trabalho e de assumir cargos importantes nas esferas de poder. Comandados pelo mais radical de todos, Antonio Muñoz, diretor e inspetor geral da Antiguidades e das Belas Artes do *governatorado* da capital, os arqueólogos estiveram à frente das intervenções viárias que definiriam a atual feição desolada que se retira das áreas em volta de todo o Monte Capitolino, da área do Fórum Romano e dos Fóruns Imperiais.

Inicialmente, trabalhando nas encostas e nas áreas vizinhas à Colina do Campidoglio, a ideia dos arqueólogos e de Mussolini era eliminar todas as construções medievais e renascentistas que estivessem assentadas no monte e na sua base, nas proximidades do Monumento a Vittorio Emanuele II – construído a partir de finais do século XIX, já causando grandes danos e demolições. O objetivo desta grande empresa demolidora era impulsionar a descoberta de outros vestígios da Roma antiga, e mais especificamente revelar a Rupe Tarpea, a mitológica rocha descrita pelos historiadores romanos de onde eram jogados os condenados.

Mas a fúria destrutiva de Muñoz não pôde ser contida e acabaria alcançando uma dimensão extraordinária: após a demolição das áreas nas

proximidades da Cordonata de Michelangelo (a rampa que levava à Piazza del Campidoglio), e depois das profundas escavações empreendidas na colina – em sua parte superior e na encosta, na área já esvaziada –, constatou-se que a Rupe Tarpeia não se assentava no lugar em que se acreditava, e sim exatamente no lado oposto, na face sul do monte (Cederna, 2006, p. 130); incansável, o arqueólogo ordenou que fosse feita tabula rasa das construções remanescentes e dos quarteirões que ainda obstruíam o monte para liberá-lo completamente, particularmente a área das proximidades da bela Piazza Montanara e da Via della Consolazione (que alcançava as escavações do Fórum por trás do monte). Deste modo, seria viabilizada a descoberta da rocha e seria aberta a possibilidade de se apreciar todo o acidente geológico da Colina do Campidoglio, sendo preservados apenas o Palazzo Cafarelli, a Igreja de Santa Maria in Aracoeli e a Piazza del Campidoglio. (Il. 2)



Il. 2: Demolições na Colina do Campidoglio em 1929 para a redescoberta e liberação da Rupe Tarpeia. À frente, as casas do Campidoglio diante da Igreja de Santa Maria em Aracoeli em processo de aniquilamento. Fonte: Insolera, Sette (2003, p. 56).

Entretanto, outra motivação levaria Mussolini e Muñoz a dar prosseguimento as estas ações: a abertura da Via del Mare, grande corredor de tráfego que, a partir da Piazza Venezia, contornaria a Colina Capitolina desventrando o tecido urbano dos Rioni Campitelli, Sant'Angelo e Ripa, arrasando a Piazza di Aracoeli, a Piazza Montanara, a Piazza Bocca della Verità, até chegar ao Circo Massimo, de onde seguiria em direção ao mar.

A insana arqueologia e o tráfego massivo aniquilaram a Praça de Aracoeli, ambiente que se configurava como a suave abertura do eixo perspectivo que nascia na praça onde se assentava a Igreja de Il Gesù e a unia, em um majestoso enquadramento perspectivo, à Cordonata e à íngreme escadaria que brotava contígua à rampa de Michelangelo e depois galgava a Colina Capitolina para atingir à Igreja de Santa Maria in Aracoeli. A acolhida e direcional Praça de Aracoeli foi tragicamente unida à imensidão árida e desarticulada da Piazza Venezia, para depois formar a movimentada artéria da Via del Mare.

Mais à frente, para isolar o Teatro di Marcello e a Igreja de San Niccolò in Carcere, foram jogadas abaixo a inúmeras construções que se estendiam entre os dois monumentos, bem como todos quarteirões que compunham a Piazza Montanara, a preferida de Goethe (Insolera, Sette, 2003, p. 64), que desapareceria totalmente na pavimentação asfáltica da nova via de circulação (Il. 3). Também seriam apagados os limites construtivos da Piazza Bocca della Verità, incorporada ao eixo de tráfego – pontuado por edifícios do poder fascista vagando dispersos nos trechos da avenida.

ARQUEOLOGIA DA DESTRUIÇÃO III: A VIA DELL'IMPERO E AS ESCAVAÇÕES DOS FÓRUNS IMPERIAIS

Dando prosseguimento às mutilações fascistas na área, como complemento das intervenções de liberação da Colina del Campidoglio e da abertura da Via del Mare, Mussolini ordenaria o total aniquilamento do Bairro dos Pantani e adjacências em nome da escavação das ruínas dos Fóruns Imperiais e da abertura da retilínea Via dell'Impero – avenida que, após contornar o monumento a Vittorio Emanuele II, daria continuidade à Via del Mare, cortando a área dos Fóruns, passando pelo Coliseu e subindo em direção à Igreja de San Giovanni in Laterano. (Il. 4)



Il. 3: Desventramentos, nos anos 1920, para a liberação do Teatro di Marcello e abertura da Via del Mare.

Fonte: <https://www.trastevereapp.com/via-tor-de-specchi/>. Acessado em: 3.ago.2024.



Il. 4: Demolições, em 1931, de diversos quarteirões no Bairro dos Pantani para a liberação do Fórum de Trajano.

Fonte: Insolera, Sette, 2003, p. 80.

Insolera resume a enorme contradição explicitada no confronto entre a ação que teria impulsionado o empreendimento – a escavação dos Fóruns de César, Augusto, Nerva, Vespasiano e Trajano – e aquela que foi a real motivação da empresa: a abertura da monumental Via dell’Impero:

A incultura era acompanhada sempre pela incoerência; o efeito das escavações não foi o de nos mostrar o conjunto dos Fóruns Imperiais como César, Augusto, Nerva, Vespasiano, Trajano os tinham construído e como os romanos os haviam utilizado por tantos séculos. Sobre a maior parte dos Fóruns foi aplicada a plataforma de concreto da Via dell’Impero, sepultando sob uma camada bem mais dura quase tudo que deveria ser escavado. Ao fim restaram, escondidos sob a avenida e os canteiros, cerca de 97% do Fórum de Trajano, 54% do Fórum de Augusto, 8 % do Fórum de Nerva, 60% do Fórum de César e todo o Fórum de

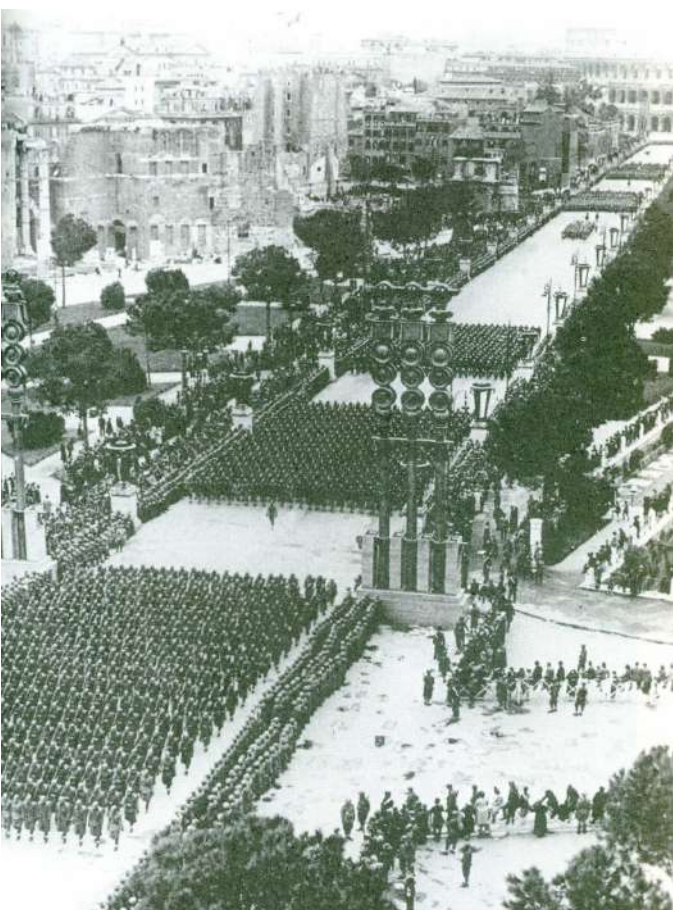
Vespasiano. (...) Além disso, a enorme plataforma da Via dell'Impero quebrou em duas partes o ambiente unitário dos fóruns: de um lato o Fórum Republicano e aquele de César, do outro a parte extrema dos Fóruns de Nerva, de Augusto, de Trajano. Uma das grandes características da Roma antiga foi propriamente a continuidade dos Fóruns, a retomada de um imperador a outro deste único tema: a ampliação do centro de Roma através de uma série de intervenções prostradas por séculos. Dar-se conta disso é hoje tão impossível quanto antes dos desventramentos fascistas (Insolera, 2001, p. 132-133, Tradução nossa).

As demolições radicais empreendidas pelo governo fascista aboliram uma paisagem singular configurada por acúmulos e transformações que duraram centenas de anos, tempos marcados pela interessante sobreposição de um tecido edificado denso, de monumentos barrocos e ruínas de edifícios romanos dos Fóruns Imperiais. Nada sobrou: casas, igrejas, conventos, ruas, quarteirões – mais de 5500 vãos habitacionais arrasados (Insolera, 2001, p. 130).

Contraditoriamente, como revela Insolera (2001), os próprios arqueólogos e arquitetos ligados ao regime fascista se curvaram e aceitaram a perda de bem mais da metade do imenso sítio arqueológico. Também não contestaram – pelo contrário, incentivaram – a divisão da área do Fórum Romano e dos Fóruns Imperiais pela avenida, fraturando não só o preexistente tecido barroco, totalmente pulverizado, mas a própria continuidade da área arqueológica.

Muñoz prosseguiria como o grande manipulador dos dados das escavações ao afirmar a ausência de valor da Colina della Velia, que se levantava ao lado do Fórum Romano, na altura da Basílica de Massenzio e nas proximidades do Coliseu – elevação que guardava importantes vestígios arqueológicos da Roma republicana e imperial, além de se posicionar como essencial referência histórica e paisagística para esta área da cidade (Cederna, 2006, p. 134). A colina deveria ser completamente aplainada visando a regularidade da Via dell'Impero e em nome do desejo de Mussolini de vislumbrar o Coliseu desde o balcão do Palazzo Venezia (localizado a um quilômetro do anfiteatro), de onde fazia seus discursos inflamados. Ao final de 1932, quando já havia sido desaterrada a Velia e a última casa que interrompia a avenida acabava de ser

demolido, o Coliseu finalmente pôde ser apreciado desde o palácio. Mussolini exclamaria: “Roma tem agora, em seu centro, uma avenida verdadeiramente adaptada para suas grandes paradas militares, até hoje confinadas na periferia e no campo” (Mussolini *apud* Cederna, 2006, p. 182 – tradução nossa). (Il. 5)



Il. 5: Parada militar em honra ao chanceler alemão Adolf Hitler na Via dell'Impero (inaugurada em 1932). Nada sobrou do Bairro dos Pantani e a maior parte dos Fóruns Imperiais ficaram debaixo da monumental avenida. Fotografia de 1938. À esquerda percebe-se as parcas escavações do Fórum di Nerva e, à frente, as ruínas do Coliseu, visíveis após o desmonte da Colina della Velia. Fotografia de 1938.

Fonte: Cederna, 2006, p. 172-173.

Para viabilizar tais iniciativas destrutivas, era necessário convencer o público da ausência de importância e do caráter mesquinho daquilo que se perdia irremediavelmente. Cederna demonstra a estratégia de difamação do tecido urbano preexistente, das áreas concebidas nos “séculos de decadência”, utilizada por Mussolini e pelos fascistas para justificar a eliminação das construções centenárias, bem como para expulsar milhares de pessoas que viriam a constituir a primeira periferia pobre e degradante da capital italiana:

Vale a pena recordar também o léxico usado para aniquilar o inimigo, uma vez que a cidade antiga, antes que um conjunto unitário que deve ser respeitado e saneado em bloco, vem a ser considerada um ajuntamento de objetos a isolar, selecionar, esquartejar, com arbitrário e gratuito discernimento. Como em qualquer guerra que se respeita, a arma preventiva mais adequada é a ridicularização e a difamação: os bairros de origem medieval sobre as encostas do Campidoglio e aqueles de gênese renascentista ao seu pé veem reduzidos a amontoados de “casebres”, “choupanas”, “palhoças”, “barracos”, “casinhas”, sempre definidos como “indignos”, “indecorosos”, “encardidos”, “miseráveis”, “vergonhosos”, “insignificantes”, “sórdidos”. As igrejas (foram destruídas mais de quinze) são reduzidas a “igrejinhas”, “capelinhas”: a magnífica, selvática, arqueológica Colina da Velia ao lado da Basílica de Massenzio, com seu jardim quinhentista que encerrava séculos de história romana, torna-se uma “verruga”, uma “corcunda”, uma “corcova”. Tudo o que não é “obra de arte”, tudo o que é testemunha, continuidade de tecido construtivo, documento da cultura material é uma “ofensa à beleza e à decência”, um “montão de ninharias”, “pitoresco imundo”, “costume local” (quem os habita são “regateadores”, “gentinha”, “indivíduos a expulsar”) sobre os quais só podem derramar lágrimas qualquer “retardatário”, qualquer “incurável chorão”, qualquer “velha *miss* inglesa”. Quanto aos restos romanos que não são monumentos, são chamados de “escombros” a serem varridos (verdadeiramente Mussolini em seu tempo havia definido todos os levantamentos arqueológicos como nada mais que “cacos de pedra e caliças, veneráveis só no mofo e para os imbecis”), e aqueles que os quisessem conservar são tomados pela “tola mania das ruínas” e pela “estúpida mania das velhas pedras” (Cederna, 2006, p. XXIII-XXIV – Tradução nossa).

CONCLUSÃO

As intervenções praticadas após o Risorgimento, e especialmente as realizadas na era fascista, conseguiram descontinuar um imenso trecho da cidade de Roma e fragmentar sistematicamente sua paisagem urbana. Foi gravemente danificada a paisagem urbana da área da Colina do Campidoglio,

despida de seu rico entorno de formação medieval, renascentista e barroco – conjugada com o ambiente arqueológico do Fórum Romano e dos Fóruns Imperiais, por sua vez, fraturado pelas escavações e totalmente alterado pelo aniquilamento do Bairro quinhentista dos Pantani, ao pé dos Montes Quirinale e Viminale. As áreas que antes envolviam as Praças Venezia, San Marco, Aracoeli, ambientes recolhidos – com uma escala condizente à produção dos contrastes dimensionais que valorizavam hierarquicamente os monumentos que despontavam, circunstâncias que revelavam absoluta sintonia com os mecanismos de evidência de eventos dramáticos apropriados pela Roma barroca – foram unidas em um grande vazio que absorveria o tráfego de quatro das maiores artérias de circulação modernas: Via Nazionale, Corso Vittorio Emanuele II, Via del Mare e Via dell’Impero, além da ancestral e histórica Via del Corso, gerando o mais caótico e desagradável ambiente do centro da cidade.

Ou seja, as intervenções de liberação concebidas em nome da arqueologia e da história destruíram a relação dimensional entre diversos monumentos e o seu singelo contexto, contraste que só potencializava a proeminência das obras mais significativas; os desventramentos para abrir avenidas de tráfego separaram partes da cidade antes ligadas por intrincadas tramas históricas e cenográficas; as escavações contribuíam para gerar a descontinuidade em numerosos trechos do tecido urbano; e algumas áreas foram mesmo pulverizadas, como o complexo formado pela Piazza Venezia, pelo Campidoglio, pelo Fóruns Imperiais e pelo Fórum Romano.

REFERÊNCIAS

CEDERNA, Antonio. *Mussolini urbanista*. Venezia: Corte del Fontegno, 2006.

INSOLERA, Italo. *Roma moderna*. Torino: Giulio Einaudi, 2001.

INSOLERA, Italo; PEREGO, Francesco. *Storia moderna dei Fori Romano*. Roma-Bari: Laterza, 1999.

INSOLERA, Italo; SETTE, Alessandra Maria. *Roma tra le due Guerre: cronache da una città che cambia*. Roma: Palombi, 2003.

LOMBARDO, Alberto. *Vedute del Foro Romano*. Roma: Palombi & Partner,, 2006.

NORBERG-SCHULZ, Christian. *Genius Loci: paesaggio ambiente architettura*. Milano: Electa, 2007.

SANFILIPPO, Mario. *La costruzione di una Capitale: Roma 1911-1945*. Milano: Silvana, 1993.

ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA NO RESTAURO DE EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS: REFLEXÕES METODOLÓGICAS SOBRE O CONTEXTO BRASILEIRO

TON FERREIRA*

tonferreira@academico.ufs.br



10.64082/phs.2024.02.4.3

RESUMO

O artigo objetiva refletir sobre a transferência e aplicação da Arqueologia da Arquitetura europeia do estudo de caso realizado em Laranjeiras-se. A experiência em questão, bem como a análise da documentação produzida, nos levou ao entendimento da necessidade de pensar em estratégias específicas para a aplicação da leitura estratigráfica das edificações históricas brasileiras.

Palavras-chave: Arqueologia da Arquitetura; Restauração arquitetônica; Laranjeiras-se.

ABSTRACT

Archaeology of Architecture in the Restoration of Historical Buildings: Methodological Reflections on the Brazilian Context

The article aims to reflect on the transfer and application of European Archaeology of Architecture in a case study conducted in Laranjeiras, SE. The experience in question, as well as the analysis of the produced documentation, lead us to understand the necessity of developing specific strategies for applying the stratigraphic reading of Brazilian historical buildings.

Keywords: *Archaeology of Architecture; architectural restoration; Laranjeiras-se.*

* Professor Associado (Universidade Federal de Sergipe). Docente do Departamento de Arqueologia. Doutor em Arqueologia e Patrimônio pela Universidad Autonoma de Madrid. Pós-doutorado (SECYR- UAM Conservação e restauro de metais arqueológicos). Líder do Grupo de Pesquisa AMA (Arqueologia do Mundo Atlântico) e coordenador do LABAAC (Laboratório de Arqueologia da Arquitetura e da Cidade).

ANTES DE QUALQUER PREMISSA A

respeito do tema abordado, preciso salientar que as reflexões acerca da Arqueologia da Arquitetura aqui abordadas estão restritas à sua atuação junto ao processo de restauro da edificação histórica. Tal temática e consequente problematização nos acompanha desde o ano de 2005, quando começamos a desenvolver, junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Sergipe (IPHAN/SE), a função de Arqueólogo. Naquele momento, estavam sendo postos em prática uma série de restaurações frutos de um programa do governo federal para revitalização do patrimônio histórico, evidenciando pela primeira vez problemas que não tinham uma

visibilidade tão latente como o caso dos sítios arqueológicos testemunhos do período histórico e, mais especificamente, do papel da arqueologia no processo de restauração do patrimônio edificado em contexto brasileiro.

O programa em questão foi intitulado Monumenta, cujas ideias e fase de estruturação ocorreram entre os anos de 1995 e 2000. As principais filosofias que lastreiam a construção desse programa são fruto das discussões travadas na conferência de Quito de 1967. A partir de então, instituições como BID e UNESCO passaram a apoiar, em diversos países da América Latina, projetos e ações diversas que fossem voltadas para a exploração econômica do patrimônio cultural do continente sob uma filosofia sustentável.

Com o aumento das ações do programa Monumenta, a problemática da arqueologia na restauração arquitetônica parecia tomar escala nacional. Os discursos por parte dos arqueólogos que ocupavam postos de trabalho nos Institutos do patrimônio pareciam uníssonos em sinalizar que os projetos de restauração arquitetônica eram levados a cabo sem a participação da arqueologia e, nas ocasiões em que ocorriam, eram marcados por uma insatisfação por parte dos arqueólogos, que reclamavam uma abordagem interdisciplinar no processo de restauro.

Na outra margem do processo, os arquitetos reclamavam que o tempo da prática arqueológica ia de encontro à dinâmica do seu trabalho e, em muitos casos, sinalizavam que a participação dos arqueólogos muito pouco influenciava na tomada de decisões na elaboração de projetos, questionando assim a sua participação. Casos de embates entre estes profissionais seriam ainda maiores quando a arqueologia, equivocadamente, era chamada a participar da restauração apenas quando, em escavações de solos, eram encontrados artefatos que os arquitetos, ou mesmo os fiscais do IPHAN, julgavam de interesse da arqueologia. Nestes casos específicos, a arqueologia sempre era vista como um obstáculo ao andamento da obra (Santos, 2011).

Foi justamente nesse momento, em que o Programa Monumenta possuía uma abrangência nacional, que deixamos de visualizar o problema como fiscais e passamos a viver a querela na prática profissional, participando de intervenções arqueológicas em restauração arquitetônica na cidade de São Cristóvão, em Sergipe, Brasil. Mesmo com os profissionais mais sensíveis

à importância do trabalho arqueológico na construção de conhecimento histórico para o restauro, havia um claro desconforto de ambos os profissionais na abordagem do mesmo objeto de estudo, sobretudo quando era posto em evidência o questionamento da real contribuição dos relatórios arqueológicos para a tomada de decisões durante a fase da confecção do projeto de restauro.

Tal problemática me levou, em 2008, a ingressar no doutorado em Arqueologia e Patrimônio da Universidade Autónoma de Madrid, tentando construir bases metodológicas para a intervenção arqueológica junto ao processo de restauro, pensando especificamente na realidade brasileira. Naquele momento, o meu entendimento era de que era possível pensar, a partir das bases teóricas da restauração arquitetônica, assim como do arcabouço metodológico construído entre ambas as disciplinas ao longo de décadas, em um percurso metodológico eficiente para atender às necessidades do restauro na contemporaneidade.

Entretanto, somente em 2010, ao ingressar no curso de especialização em Arqueologia da Arquitetura da Universidade Politécnica de Madrid, foi possível aferir uma série de equívocos na minha abordagem de tese. O principal deles advinha da minha falta de conhecimento sobre a abordagem metodológica que a arqueologia italiana havia desenvolvido para realizar leituras estratigráficas de paredes históricas. Uma façanha que deu margem para sistematizar a documentação sobre a materialidade construtiva, analisar e datar as mudanças ao longo da sua existência. A nova metodologia não apenas convergia com as necessidades que antecedem as decisões projetuais, como também colocou em evidência uma série de equívocos classificatórios com base na ideia de estilos arquitetônicos homogêneos (Azkarate, 2020).

Neste sentido, o entendimento que construí após as atividades práticas desenvolvidas em solo espanhol não deixava dúvidas, naquele momento, de que a metodologia testada por vários arquitetos e arqueólogos era a mais frutífera e promissora para o processo de restauro (Guerrero Vega *et al.*, 2019). Entretanto, ao retornar e aplicar a metodologia no contexto do restauro brasileiro, me deparei com uma série de desafios e necessidades de ampliação da metodologia aprendida. Neste sentido, o presente artigo objetiva refletir sobre a aplicação da Arqueologia da Arquitetura em contexto brasileiro a

partir das intervenções realizadas no casarão da casa 3 em Laranjeiras-SE. As reflexões foram instrumentadas metodologicamente pela análise dos relatórios produzidos, bem como pelas anotações pessoais de campo.

A LEITURA ESTRATIGRÁFICA DE PAREDES E SEU POTENCIAL PARA O PROCESSO DE RESTAURO DA EDIFICAÇÃO HISTÓRICA

Sob a alcunha da Arqueologia da Arquitetura é possível encontrar uma vasta bibliografia que trata sobre a temática, independentemente da perspectiva do restauro, bem como do método de abordagem. Mesmo antes da Arqueologia da Arquitetura à la Mannoni (1998), as atividades arqueológicas estiveram presentes no processo de restauro. Uma das grandes características dessas abordagens era um olhar sobre os restos construtivos abaixo da cota 0, e mesmo quando os estudos compunham o processo de restauro, a contribuição da arqueologia centrava suas atividades na recuperação de elementos arquitetônicos que pudessem apoiar as anastiloses realizadas (Blanco, 2008).

Se tivéssemos que assinalar um marco para a gênese da Arqueologia da Arquitetura aqui discutida, este seria a publicação do livro de Edward Harris em 1979, no qual o autor defendeu a existência de uma estratigrafia arqueológica com comportamento e formação que em muito diferia da estratigrafia clássica pensada sob leis naturais e que durante muitas décadas foi a chave para a interpretação da estratigrafia dos sítios arqueológicos escavados. A obra expõe as principais características dos estratos e materiais acumulados, sejam estes horizontais ou verticais. Contudo, será especificamente na explanação sobre os estratos verticais e suas respectivas interfaces que, independentemente de estarem soterrados ou erigidos sobre a superfície, possuíam uma formação estratigráfica e podiam ser sistematizados como os estratos horizontais (Harris, 1991).

Harris chamaria a atenção para os arqueólogos de algo que hoje nos parece tão óbvio como a aceitação de que as estruturas arquitetônicas soterradas fazem parte de uma sequência construtiva antropicamente pensada e que, em seu momento de desmonte, estão intrinsecamente relacionadas com os estratos horizontais, de modo que não poderiam ser interpretadas de forma separada. Comentando os esquemas estratigráficos de Wheeler, 1954, Harris demonstra como a metodologia de trabalho pode dar distintas interpretações ao pensar os estratos verticais de modo distinto dos

horizontais. Ao vislumbrar essa verticalidade na estratigrafia do solo, Harris foi capaz de extrapolar o pensamento estratigráfico às paredes erigidas acima da superfície, dando margem para que futuramente os arqueólogos encontrassem nesse argumento o fundamento para o construto de uma prática arqueológica sobre as mesmas (Harris, 1991).

Um dos primeiros movimentos por parte dos italianos, anterior à década de 1990, em busca da consolidação das novas abordagens arqueológicas sobre arquitetura foi o compêndio de artigos de arquitetos, arqueólogos e historiadores coordenados por Roberto Parenti e Riccardo Francovich, frutos da escola de Verão organizada pelo Departamento de Arqueologia e Arte da Universidade de Siena, tendo como foco a divulgação e a discussão dos problemas da investigação arqueológica em restauro de monumentos. Os novos estudos recebiam nomes diversificados, sob o signo de *Archeologia stratigrafica degli alzati*, *Archeologia dell'edilizia storica*, *Rilievo critico dell'architettura*. No conjunto da obra destacam-se os trabalhos do próprio Roberto Parenti, *Le Tecniche di documentazione per una lettura stratigrafica e Sulle possibilità di datazione e di classificazione delle murature* (Parenti; Francovich, 1988).

No primeiro texto, o autor ressalta as possibilidades da leitura estratigráfica do edifício histórico, mostrando a importância da sistematização dos dados para a concretização desse processo. Nesse sentido, propõe como se deveria proceder na etapa de trabalho de campo no registro das unidades estratigráficas murárias, sugerindo um modelo de ficha e uma série de exemplos de aplicação da leitura murária. O segundo texto de Parenti faz uma abordagem das possibilidades de estabelecer cronologias absolutas como uma segunda fase do processo de trabalho. Ressalta ainda a necessidade do acúmulo de informações regionais com o intuito de facilitar esse processo. Destacam-se ainda o próprio Mannoni com textos sobre mensiocronologia, o arqueólogo Brigiolo discutindo estratigrafia, e o arquiteto Doglioni, cujos trabalhos influenciaram sobremaneira os arquitetos restauradores que se propunham a incluir a leitura estratigráfica nos projetos de restauração arquitetônica (*Idem*).

Na década de 1990, sob o rótulo de arqueologia da arquitetura, a produção do conhecimento gerado sobre a arquitetura através da análise estratigráfica ganharia espaço com a publicação da revista de mesmo nome

Archeologia dell'Architettura. A ação não somente consolidou o nome dado por Mannoni à prática da leitura arqueológica da edificação histórica por meio do sistema estratigráfico, como também lançava as bases do que se propunha ser uma disciplina capaz de sistematizar dados sobre a evolução construtiva do edifício e refletir sobre os aspectos socioeconômicos e culturais que os geraram:

Questo impegno ha però portato a trascurare l'obiettivo prioritario dell'archeologo: recuperare dalle sequenze di un edificio informazioni storiche, per le quali servono anzitutto corpora e censimenti esaustivi, e studi che pongano in relazione le architetture con l'organizzazione agraria, le trasformazioni dei paesaggi antropici, le trasformazioni economiche e sociali (Brogiolo, 2002, p. 19).

Nos últimos vinte anos, a arqueologia da arquitetura vinculada ao processo de restauro experimentou um importante suporte dos avanços tecnológicos em diversas áreas. Todo o arcabouço da arqueometria foi amplamente utilizado, dando à leitura estratigráfica de paredes um caráter mais assertivo. Desde ferramentas que possibilitam uma leitura sem o desmonte de reboco a uma série de análises físicas e químicas associadas aos materiais construtivos (Blain, 2010) (Quirós Castillo, 2011), (Pérez-Sánchez, 2016).

O CASO BRASIL: REFLEXÕES E PROPOSTAS DE ROTA METODOLÓGICA

No Brasil, as abordagens arqueológicas sobre a arquitetura seguiram o percurso do arcabouço teórico-metodológico advindo da chamada Arqueologia Histórica. A partir da década de 1960, a maior parte dos trabalhos tinha como objeto fortificações, igrejas e solares. Os novos arqueólogos passaram a integrar cada vez mais os trabalhos desenvolvidos em restaurações, quase sempre a serviço do IPHAN. Nestes primeiros anos, a disciplina enfrentou problemas de aceitação por parte dos arqueólogos que se dedicavam ao período pré-histórico. Albuquerque chega a denominar de “desbravadores” os pioneiros neste campo de atuação, pois era comum se afirmar que a disciplina em questão não era arqueologia e, por este motivo, não havia espaço em congressos e seminários para divulgação de resultados de trabalhos (Albuquerque, 1992).

A rejeição inicial da arqueologia histórica no Brasil, por parte da comunidade arqueológica, foi explicada por Lima como sendo consequência da forma como os primeiros trabalhos foram aliados aos estudos arquitetônicos e quase sempre a serviço do IPHAN, na confirmação de dados históricos e no resgate de estruturas arquitetônicas junto ao processo de restauro, quase sempre aliado à história das elites do país (Lima, 1993). Tal cenário somente mudaria ao final dos anos de 1990 e 2000 com um aumento substancial das pesquisas que envolviam, sobretudo, o cotidiano das cidades e fazendas coloniais brasileiras.

Do ponto de vista metodológico da arqueologia brasileira sobre a edificação, podemos afirmar que não difere do praticado em contexto europeu antes da década de 1990. Basicamente uma abordagem que intervia sob cota 0. O olhar do arqueólogo sobre a edificação histórica estava centrado nas descobertas que poderiam advir das escavações dos solos que envolviam as áreas internas e externas da edificação. Para além desta abordagem, era comum o desmonte de emboço e rebocos com o objetivo de buscar janelas e portas cegadas durante as transformações pelas quais havia passado a edificação ao longo da sua existência (Albuquerque, 1980), (Najjar, 2002).

Do ponto de vista do processo de restauro, espera-se da fase projetual toda a construção de conhecimento possível sobre a edificação. A equipe multidisciplinar, formada com tal propósito, deveria ser capaz de possibilitar ao arquiteto restaurador toda segurança necessária para tomada de decisões que balizem instância histórica e estética na concepção do projeto final. Neste sentido, qualquer atuação arqueológica sobre a edificação no processo de restauro deveria ser capaz de abordar a evolução construtiva da edificação ao longo da sua existência, ampliando a leitura de solos para as paredes e, se possível, para os estratos urbanos que a conectam com a malha urbana historicamente construída (Ferreira; Freitas, 2020).

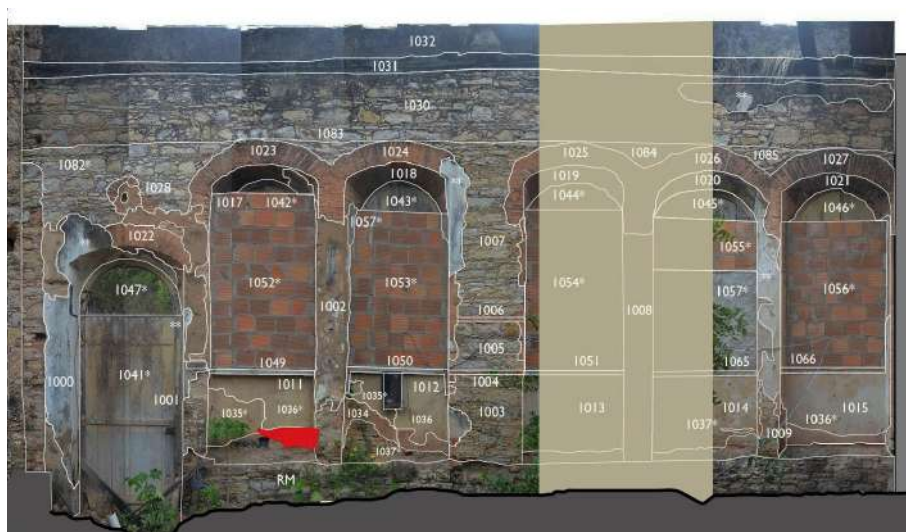
No decorrer do ano de 2018, o Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe recebeu um convite do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para atuar junto aos estudos prévios da ruína da casa 3, localizada na Praça Coronel José de Faro, na cidade de Laranjeiras, Sergipe. A edificação é um bem privado e a atuação do órgão público nesse projeto se deu via demanda judicial. Neste sentido, o convite soava para nós como uma

possibilidade de pôr em prática uma sistemática de trabalho arqueológico que realmente pudesse contribuir com os estudos prévios às intervenções no bem arquitetônico, em detrimento das nossas clássicas atuações de escavações de solos dissociadas da edificação. (Il. 1)



Il. 1: Localização das ruínas da casa “3” no centro histórico de Laranjeiras-SE.
Fonte: Oficina de Projetos, inscrição do autor, 2019.

Desta forma, construímos o Projeto “Laranjeiras sítio escola: formação profissional e produção do conhecimento” (processo 015.040000342019-12). Por um lado o projeto objetivava a capacitação de arqueólogos e arquitetos para o domínio das novas metodologias, possibilitando a construção de um arcabouço capaz de balizar as intervenções futuras na edificação histórica. Por outro, daríamos o suporte necessário para que arquitetos restauradores construíssem projetos levando em consideração a materialidade pré-existente, salvaguardando os valores patrimoniais e evitando as equivocadas reconstituições volumétricas que destoam das restaurações teoricamente orientadas. Víamos, portanto, a oportunidade como um momento singular, uma vez que as atividades desde o início seriam discutidas com o arquiteto restaurador responsável pelo projeto. (Ils. 2, 3)



Il. 2: Isolamento das unidades estratigráficas da face interna da fachada da casa 3.

Fonte: Relatório IPHAN, 2024. Autores: Ton Ferreira (DARQ-UFS); Desenho: Pedro Freitas (DAU-UFS).



Il. 3: Exemplo de registro de duas unidades estratigráficas (solo e parede) com síntese das informações respectivas.

Fonte: Relatório final IPHAN. Autores: Pedro Freitas e Ton Ferreira.

Tal experiência nos possibilitou refletir que as atividades de leitura estratigráfica de paredes da edificação histórica, como instrumento metodológico no âmbito do processo de restauro arquitetônico, continuam sendo um método profícuo. No contexto brasileiro, a metodologia se reveste de novas nuances, pois é a oportunidade de entrar em contato direto com a materialidade construtiva, frutos de um processo colonial de exploração de mão de obra escravizada, cuja tecnologia do saber construir foi apagada ou mascarada através de nomenclaturas que os excluem da autoria da arquitetura colonial brasileira. O resultado desse processo é a parca ou total falta de identidade das comunidades negras com os monumentos patrimonializados.

Este apagamento cria um desafio metodológico no processo de identificação de técnicas construtivas no ato da leitura estratigráfica de paredes. A tarefa requer, portanto, pesquisas paralelas que sejam capazes de documentar e realizar as pesquisas historiográficas através de um percurso que possa identificar as autorias e as procedências das técnicas que não se enquadram nos modelos disponíveis nos tradicionais manuais utilizados.

A segunda questão diz respeito à atuação do IPHAN na construção dos editais para contratação dos serviços de restauração. Não há possibilidade de compatibilizar as atividades arqueológicas se essas não forem pensadas como parte do processo de restauração, pois as atividades arqueológicas devem ser finalizadas antes da confecção do projeto final. Para tanto, as discussões entre a equipe de arquitetura contratada e arqueologia devem iniciar antes de qualquer abordagem em campo de ambos os profissionais, possibilitando a formação de uma equipe multidisciplinar durante toda a fase que antecede a construção do projeto de restauro. Neste sentido propomos um percurso de atuação que pode ser realizado junto com os trabalhos iniciais de levantamento arquitetônico e construção de mapa de danos. (Quadro 1)

Por fim, é inegável a falta de formação de profissionais da arquitetura e também da arqueologia para atuar no campo da arqueologia da arquitetura junto ao processo de restauro. Acreditamos que a ampliação da discussão e do ensino, ainda na graduação, seja uma via profícuo para preparar profissionais para atuar sistematicamente sobre a materialidade construtiva e seus múltiplos significados.

QUADRO 1
ROTEIRO DE AÇÕES PARA OS SERVIÇOS DE ARQUEOLOGIA JUNTO AO
PROCESSO DE RESTAURO.

ATIVIDADES ARQUEOLÓGICAS NO RESTAURO ARQUITETÔNICO	
Número	Atividade
Construção de ortofotos	Levantamento fotográfico para construção de ortofotos retificadas para identificação das unidades estratigráficas
Observação em campo	Observação das unidades visivelmente perceptíveis.
Leitura preliminar	Construção das ortofotos e leitura preliminar e isolamento das unidades estratigráficas em escritório.
Demarcação das unidades estratigráficas	Demarcação das unidades em campo, correções de leitura digital e registro das relações entre as unidades. Preenchimento das fichas de Unidades estratigráficas. Estas devem compor os anexos do relatório final das atividades arqueológicas
Coleta de amostras	Coleta de amostras para análises físico-química das unidades não delimitadas ou descritas macroscopicamente, sanando dúvidas do processo de leitura. Coletas para datação absoluta, se necessário.
Construção final da leitura estratigráfica das paredes	Construção da leitura final em ortofoto, demarcação de todas as unidades e delimitação das ações antrópicas e naturais.
Pesquisa histórica	Pesquisa bibliográfica e arquivística sobre a edificação e o núcleo urbano onde está inserida.
Escavações	Escavações das áreas internas e externas da edificação objetivando identificar os espólios, aterros, estruturas e edificações anteriores vinculadas a edificação em processo de restauro. (Em áreas de ruínas as atividades arqueológicas devem começar na fase de supressão de vegetação e limpeza da superfície do terreno, possibilitando a reconstituição do desabamento da edificação e do histórico dos seus usos enquanto ruínas na contemporaneidade).
Curadoria e análise	Curadoria, análise e interpretação dos artefatos arqueológicos associados à edificação
Entrevistas	Entrevistas com a sociedade local para identificação de valores atuais
Mapa evolutivo	Elaboração do mapa evolutivo construtivo da edificação e identificação dos usos dos espaços ao longo de sua existência

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M. Arqueologia histórica, arquitetura e restauração. In: *Clio - Série Arqueologia - Revista do Curso de Mestrado em História*. Recife: UFPE, 1992, V. 8, p. 131-151.
- ALBUQUERQUE, M. Escavações arqueológicas realizadas na Igreja quinhentista de Nossa Senhora da Divina Graça, em Olinda. In: *Clio, Revista do Curso de Mestrado em História*. Recife: UFPE, 1980.
- AZKARATE, A. La Arqueología de la Arquitectura a revision. In: *Arqueología de la Arquitectura*, [S. l.], nº. 17, p. e101, 2020. DOI: 10.3989/arq.arqt.2020.009. Disponível em: <https://arqarqt.revistas.csic.es/index.php/arqarqt/article/view/259>. Acesso em: 23.jul.2024.
- BLAIN, S. Un caso de aplicación de datación por luminiscencia a la arqueología del edificio: el estudio de la cerámica constructiva en las iglesias altomedievales del Noroeste de Francia y el Sudeste de Inglaterra. In: *Arqueología de la Arquitectura*, [S. l.], nº. 7, p. 43-66, 2010. DOI: 10.3989/arqarqt.2010.10004. Disponível em: <https://arqarqt.revistas.csic.es/index.php/arqarqt/article/view/113>. Acesso em: 23.jul.2024.
- BLANCO, J. R. *De Varia restauratione*: teoria e historia de la restauración Arquitectónico. Madrid: ABADA, 2008.
- BROGIOLO, G. P. L'Archeologia dell'architettura in Italia nell'ultimo quinquênio (1997-2001). In: *Arqueología de la Arquitectura*, 1, Vitoria, 2002, p. 19-26.
- FERREIRA, T.; FREITAS, P. Metodologias ativas como estratégia pedagógica para a aplicação da arqueologia da arquitetura na restauração arquitetônica no Brasil. In: *Arqueología de la Arquitectura*, [S. l.], n. 17, p. e107, 2020. DOI: 10.3989/arq.arqt.2020.015. Disponível em: <https://arqarqt.revistas.csic.es/index.php/arqarqt/article/view/266>. Acesso em: 23.jul. 2024.
- GUERRERO VEGA, J. M.; PINTO PUERTO, F.; MORA VICENTE, G. Trabajos previos y paralelos integrados en el proyecto de restauración de la capilla de los Tocino (s. XV) en la iglesia de San Juan de los Caballeros de Jerez de la Frontera. In: *Arqueología de la Arquitectura*, [S. l.], n. 16, p. e086, 2019. DOI: 10.3989/arq.arqt.2019.008. Disponível em: <https://arqarqt.revistas.csic.es/index.php/arqarqt/article/view/242>. Acesso em: 23.jul.2024.
- HARRIS, E.C. . *Princípios da estratigrafia arqueológica*. Barcelona: Crítica, 1991.
- LIMA, T. A. Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). Museu Paulista. V.1, nº.1. *Anais...* São Paulo: USP, 1993. p. 225-262.
- MANNONI T.. Analisi archeologiche degli edifici con strutture portanti non visibili. In: *Archeologia dell'architettura*. III. Siena: All'Insegna del Giglio, 1998.
- NAJJAR, R. *Arqueologia Histórica*: Manual. Brasília: IPHAN, 2002.
- PARENTI R.. Le tecniche di documentazione per una lettura stratigrafica dell'elevato, In: FRANCOVICH, R., PARENTI R. (a cura di), *Archeologia e Restauro dei monumenti*: I ciclo di lezioni sulla ricerca applicata in archeologia. Certosa di Pontignano (Siena) 28 settembre-10 ottobre 1987, Firenze, 1988. p. 249-279.

PÉREZ-SÁNCHEZ, J. C.; PIEDECAUSA-GARCÍA, B. Termografía infrarroja aplicada en cúpulas históricas: identificación y análisis de sistemas constructivos. *In: Informes de la Construcción*, [S. l.], V. 68, nº. 541, p. e129, 2016. DOI: 10.3989/ic.14.133. Disponível em: <https://informesdelaconstruccion.revistas.csic.es/index.php/informesdelaconstruccion/article/view/4659>. Acesso: 23.jul. 2024.

QUIRÓS CASTILLO, J. A.; MARZAIOLI, F.; LUBRITTO, C. Datando argamasas: tres ejemplos de arquitectura medieval hispana. *In: Arqueología de la Arquitectura*, [S. l.], nº. 8, p. 13–24, 2011. DOI: 10.3989/arqarqt.2011.10018. Disponível em: <https://arqarqt.revistas.csic.es/index.php/arqarqt/article/view/125>. Acesso em: 23.jul.2024.

RURAL ARCHITECTURAL AND LANDSCAPE HERITAGE IN THE CONTEXT OF VAL PESCARA (ABRUZZO, IT): A QUESTION OF HERITAGE RECOGNITION

LORENZA D'ORAZIO*

dorazio.lorenza@gmail.com



10.64082/phs.2024.02.4.4

RESUMO

O artigo objetiva refletir sobre a transferência e aplicação da Arqueologia da Arquitetura europeia do estudo de caso realizado em Laranjeiras-SE. A experiência em questão, bem como a análise da documentação produzida, nos levou ao entendimento da necessidade de pensar em estratégias específicas para a aplicação da leitura estratigráfica das edificações históricas brasileiras.

Palavras –chave: Arqueologia, Arquitetura rural; Paisagem; Patrimônio.

ABSTRACT

Rural architectural and landscape heritage in the context of Val Pescara (Abruzzo, IT): a question of heritage recognition.

The article aims to reflect on the transfer and application of European Archaeology of Architecture in a case study conducted in Laranjeiras, SE. The experience in question, as well as the analysis of the produced documentation, lead us to understand the necessity of developing specific strategies for applying the stratigraphic reading of Brazilian historical buildings.

Keywords: Archaeology; Rural architecture; Landscape; Heritage.

* Professor Especialista em Patrimônio Arquitetônico e Paisagístico pela *Scuola di Specializzazione in Beni Architettonici e del Paesaggio* da *Politécnica* de Milão e doutoranda em Culturas de Design: Criatividade, Patrimônio, Meio Ambiente na *Università Gabriele; Annunzio de Chieti*, Pescara.

RURAL BUILDINGS AND THE RELATED

landscape contexts are at this historical moment in Italy more than ever at risk especially due to the possibilities offered, in recent years, by tax incentives, post-earthquake reconstruction (still in place in these areas) government aids and by the most recent and immediate public building interventions planned and financed by the National Recovery and Resilience Plan.

The landscape alterations, which have occurred in particular in the last century, are often the result of small-scale phenomena and processes which produce over time, from their stratification, radical changes. These

changes are capable of permanently modifying the landscape characteristics. The growing attention to the theme of architecture and rural landscape and the urgency of protecting it by reckless interventions is, however, recently confirmed by the cataloging work started and promoted by also the PNRR¹. (Ils. 1a, 1b)

One of the key points to develop conservation and valorization strategies in order to prevent the disappearing of this heritage is understanding which objects are included in the definition of “rural architecture”. Very often the term “rural architecture” is exclusively associated with humble peasant dwellings and the rustic buildings next to them. But rural buildings are also historic “villa”, “casini”, “masserie”, etc. Other rural architectures are the ones used for the transformation of raw materials such as mills, oil mills or even those “micro” architectures that design the rural landscape: the fountains, the dry stone walls that surround the limits of the properties or fields.

To intervene in the rural context it is necessary to become aware of its patrimonial value, here meaning by heritage “the set of material and immaterial elements that testify the particular relationships that a human community has established over time with a territory” (Zerbi M.C., 2007), a product of its place and inextricably linked to it. Rural heritage is the landscapes resulting from the transformations of human activity, immovable and movable assets and local products.

¹ Investment M1C3|2.2 “Protection and enhancement of rural architecture and landscape”, Component 2 “Completion of the census of rural built heritage and implementation of national and regional information tools aimed at gathering knowledge on rural architecture and landscape, intervention methods and techniques, transfer of good practices and culture of reuse” in implementation of the provisions of Ministerial Decree 144 of 30 March 2023.



VOL. 4 - N.º. 2 | 47

VOL. 4 - N.º. 2 | 47



Il. 1b: Some of the catalogued architectures including villas, casinos, masserie and more humble houses.

Source: Personal work.

The case study, the Pescara Valley, in Abruzzo is an extremely complex and fragile site because it is highly infra-structured and exploited by dense residential and industrial urbanization and at the same time the historical centers of the small villages reveal a growing demographic decline and forms of abandonment with a consequent reduction in activities and services. Here the landscape generally presents itself in two ways: the valley, rich in natural elements and emergencies (the Pescara river, the wooded areas close to it, flat agricultural fields), is characterized by industrial settlements, road infrastructures (railway, highway), residential concentrations; the surrounding hilly areas predominantly presents traditional agriculture, small fields and isolated houses. In this particular context could be intricate to read and understand the value of the rural landscape and its products, such as rural architecture. (Ils. 2 and 3).



Il. 2: Area close to the Pescara valley between Alanno scalo and Manoppello scalo characterized by the large presence of industrial settlements, urbanized areas, by the passage of the highway and the railway line close to the river basin.

Source: *Google Maps*, 2024.



Il. 3: Traditional hilly agricultural area in Pianella characterized by small, mostly open fields, small wooded areas, settlements concentrated in historical centers, small nuclei (hamlets), and scattered houses (generally located along the roads).
Source: *Google Maps*.

For this reason, it is essential to retrace the historical developments that have affected this area from the agricultural systems point of view and study the texts of well-known authors. An important contribution is the Sereni's "Storia del paesaggio agrario italiano"², which provides us an overall vision of the agricultural development on the national framework. Abruzzo is a region on the border among various geographical areas and it presents mixed characteristics: the north has traits mostly similar to those of the agricultural system of the Marche, while southern Abruzzo is more representative of the southern Italy agricultural system. The area of L'Aquila, predominantly mountainous, is mainly linked to pastoralism, rather than to agriculture. Another wide-ranging contribution on the theme is "La casa rurale in Italia"³ by G. Barbieri and L. Gambi, part of a series of research on rural dwellings in Italy proposed by the National Research Council initiated from the middle of the last century. This contribution, tracing the different developments of Italian rural houses, inevitably retraces the variations of the linked agricultural system. In the same vein as the previous one, "La casa rurale negli Abruzzi"⁴ by M. Ortolani makes a focus on the different peasant dwellings and the rustic buildings declinations in the Abruzzo region.

The scattered humble buildings described by Ortolani, are mainly the result of an important transformation into the agricultural system that takes place starting from the beginning of the XIX century. In this geographical area until that time the peasants' residence was located within historical centers, mainly in hilltop villages, while the surrounding lands were large properties owned by feudal lords. In the countryside we could find some "Villa" or "casino" where the landowner resided seasonally or spent periods on holiday. All around there was a series of few minor buildings intended for farmer residence to look after the land.

² SERENI, E., *Storia del paesaggio agrario italiano*. Bari: Laterza, 1976.

³ BARBIERI, G., GAMBI, L., (A cura di), *La casa rurale in Italia*. In: *Ricerche sulle dimore rurali in Italia*, V. 29. Firenze: Leo S. Olschki, 1970.

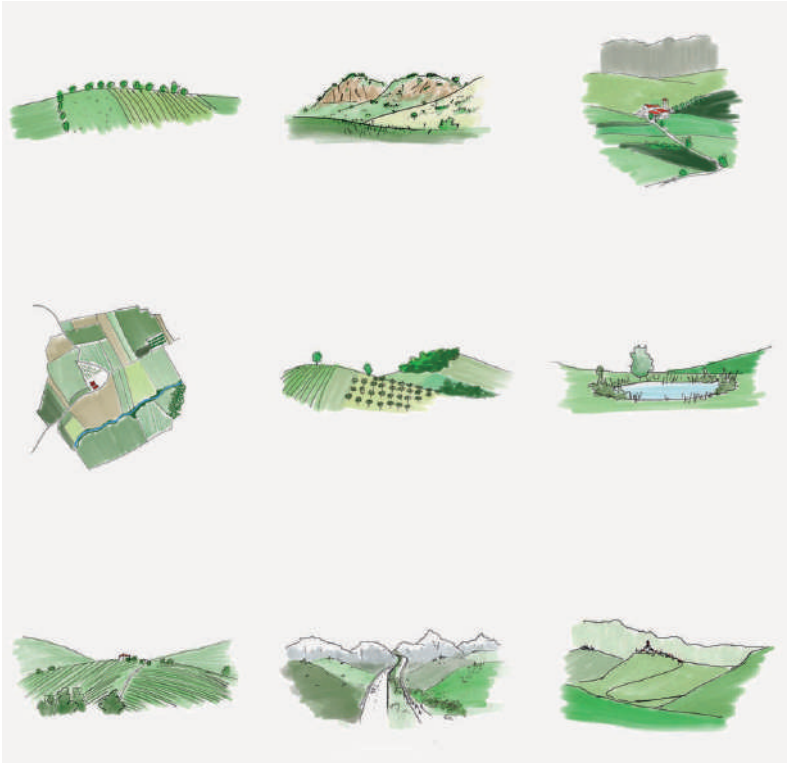
⁴ ORTOLANI, M., *La casa rurale in Abruzzo*. In: *Ricerche sulle dimore rurali in Italia*, V. 21, Firenze: Olschki, 1961.

To describe a rural landscape it is useful to refer to Turri's ideas of Iconemas. "The term Iconema defines those elementary units of perception, those particular frames of reference on which we build our image of a given place. It can be said that Iconemas are to the landscape as the phoneme is to the word". The "units of perception" are parts of territory that each user makes its own and in which it recognizes itself are Iconemas. Moving among these numerous images, it starts a process of continuous re-reading of the territory. Continuous because these Iconemas are in permanent evolution, as much as the territory itself is in evolution. The aim is therefore to recognize forms of permanence and to adequately represent them with diagrams or photographs capable of capturing their role in the context.

The Pescara Valley is a territory that presents different historical matrices and different evolutionary paths of an economic and social type: perched villages of medieval origin, recent coastal development, industrial concentration of the valley, etc. It needs many Iconemas to describe itself. They are strictly interrelated with each other and none of them can be recognized as "the landscape" that identifies the Pescara Valley, but all together they contribute to identifying it as "territorial objects as objects of nature and objects of culture"⁵. Iconemes are for example: the church among the fields, which is inseparably part of a given view (this is one of the most frequent Iconemes in Italy); the tree-lined avenues on the crests of the reliefs, or aligned with the roads, or on watercourses also represent important and easily recognizable icons; the organization and morphology of the fields (more elongated or pea-shaped, regular or irregular, etc.); the presence of rural architecture usually arranged more or less on the top of hill reliefs, etc. The loss of these elements and many others, as well as their compromise, would inevitably vary the perception of that given view. (Ils. 4a, 4b and 4c)

The abandonment of rural areas in Italy that began in the 1920s and 1930s also introduced a new type of Iconema, recurrent in the area under examination. New scenarios have been created that often feature ruined

⁵ TURRI, E., *Semiologia del paesaggio italiano*. Venezia: Biblioteca Marsilio, p. Scheda Iconemi, 2014.



Il.4a, 4b: Some of the most recurrent Iconemes in the Pescara Valley.
Source: personal work.





Il. 4c: Some of the most recurrent Iconemes in the Pescara Valley.
Source: personal work.

farmhouses, uncultivated or overgrown land, orchards in total abandonment. The significant and incessant industrialization has also produced an unbridled constructionS of new artefacts that are foreign to the contexts to which they belong in terms of typology, materials and techniques. These new construction has favored the abandonment of the existing building heritage and the rapid proliferation of these “new rural forms” that have overlapped and continue to overlap with an older and slower-constructed matrix, partly mitigating its perception, partly through their cancellation (examples are the processes of demolition with reconstruction).

These rapid and invasive operations are clearly phagocytizing the perception of a collective imagination. In the area under examination, elements such as the view of the Maiella mountains, Morrone and Gran Sasso, the hilly reliefs with the other residential nuclei or, if you look towards the north-east, the Adriatic Sea, are always present as a landscape backdrop. This type of Iconeme is difficult to change, or rather, it requires significant historical periods to achieve substantial variations, but the relationship that these have with Iconeme on a closer scale can be brutally changed if the necessary precautions and measures are not taken in the landscape context.

To prevent drastic changes in these rural environments it is necessary to raise awareness among the actors involved, starting with the experts in the sector, passing through the administrations to reach the communities. Only through an awareness of the historical value of these assets it will be possible to start operations aimed at the conservation and enhancement of rural landscapes.

TUTELA DEL PAESAGGIO URBANO CONTEMPORANEO: IL CASO DI PESCARA (ABRUZZO-ITALIA)

CLAUDIO VARAGNOLI*
STEFANO CECAMORE**

claudio.varagnoli@uniroma1.it
stefano.cecamore@unich.it



10.64082/phs.2024.02.4.5

RESUMO ABSTRACT

A decisão de criar uma nova área metropolitana até 2027, unindo as cidades de Pescara, Montesilvano e Spoltore, constitui um problema para a proteção da paisagem e do patrimônio edificado da costa adriática. De fato, as cidades da costa de Abruzzo cresceram com total indiferença em relação aos regulamentos e planos de desenvolvimento destinados a garantir a qualidade urbana e o respeito pelos edifícios preexistentes. O levantamento do patrimônio arquitetônico de Pescara, realizado em 2011, visa, portanto, orientar a futura transformação da cidade por meio do conhecimento do seu patrimônio identitário, com vista a alcançar o necessário equilíbrio entre desenvolvimento e conservação.

Palavras –chave: Arqueologia da Arquitetura; restauração arquitetônica; Pescara; Abruzzo.

Tutelage of the contemporary urban landscape: the case of Pescara (Abruzzo-Italy)

The decision to create a new metropolitan reality by 2027 that joins the cities of Pescara, Montesilvano and Spoltore represents a problem for the protection of the landscape and the built heritage of the Adriatic coast. The cities of the Abruzzo coast have in fact grown in total indifference to the regulations and development plans conceived to guarantee urban quality and respect for pre-existing buildings. The cataloging of the urbanistic heritage of Pescara undertaken in 2011 therefore aims to guide the future transformation of the city through knowledge of the identity heritage with a view to a necessary balance between development and conservation.

Keywords: Archaeology of Architecture; architectural restoration; Pescara; Abruzzo.

* Arquiteto Urbanista e Doutor em “Conservação do Patrimônio Arquitetônico” (Universidade de Roma “La Sapienza”), Professor de Restauração Arquitetônica na Universidade Sapienza de Roma, Departamento de Engenharia Civil, Construção e Ambiente (DICEA), anteriormente na Universidade de Chieti-Pescara. É professor visitante na Universidade de Coimbra (Portugal).

** Arquiteto e pesquisador do Departamento de Arquitetura/Restauro (Arquitetura da Università G. Annunzio, Pescara).

LA GESTIONE DEI PAESAGGI CONTEM-

poranei nei territori fortemente antropizzati rappresenta oggi una sfida di non facile soluzione sotto il profilo della pianificazione e della relativa tutela dei beni culturali, già articolata nel caso del patrimonio salvaguardato da norme e strumenti ordinari, ma ben più complessa per categorie di immobili e tessuti urbani del XX secolo.

Nel corso del Novecento, l'espansione incontrollata della città, legata a nuove istanze economiche e sociali, ha interessato in Abruzzo, regione dell'Italia centrale, soprattutto la fascia costiera e in particolare il territorio di Pescara, città oggi di circa 120.000 abitanti, fulcro ideale della speculazione edilizia.

Il giovane capoluogo di provincia – istituito solo nel 1927¹ – non ha una forte caratterizzazione storica, poiché nasce dall'accorpamento di due nuclei urbani a cavallo del fiume Pescara. Inoltre, la città presenta, all'indomani della Seconda Guerra Mondiale, un insieme di caratteristiche morfologiche, infrastrutturali e politiche congeniale ad assecondare la vocazione commerciale e industriale dell'Abruzzo costiero, insieme alla disponibilità di superfici fondiarie favorita anche da consistenti danni bellici, incidenti su più del 70 % del tessuto urbano.

L'espansione edilizia degli anni Sessanta e Settanta si allontana dalla pianificazione prospettata da un grande urbanista razionalista come Luigi Piccinato², preferendo un'edilizia di basso profilo; cortine indistinte di palazzine multipiano disegnano il volto della città adriatica indifferenti rispetto alle preesistenze e alle peculiarità del territorio. Anche i decenni successivi confermano tali dinamiche insediative e sulla scia del mito della città perennemente giovane – caso isolato in un Paese come l'Italia, fin troppo carico di città storiche – consegnano al nuovo millennio un paesaggio urbano completamente stravolto. L'edificato viola ogni traccia del passato e colma aree verdi e spazi residuali tra i nuclei originari e la nuova periferia urbana, sintetizzando a pieno il concetto di “paesaggi senza città, città senza paesaggio” che contraddistingue il volto contemporaneo di realtà urbane che hanno perso ogni equilibrio tra le esigenze della tutela e quelle dello sviluppo³.

Questo è il biglietto da visita con cui la città e i centri abitati limitrofi al capoluogo adriatico si apprestano a fondersi in una “nuova”, “grande” Pescara; il processo di accorpamento di tre comuni della costa, Pescara,

¹ La città di Pescara nasce in un passato relativamente recente dalla fusione a cavallo tra XIX e XX secolo di due preesistenti insediamenti: a sud del fiume, il nucleo abitato della Pescara di origine romana, all'interno di un'antica fortificazione posta in prossimità della foce; a nord, il centro di Castellamare Adriatico, centro collinare gravitante intorno al santuario della Madonna dei Sette Dolori. Cfr. Bianchetti, C., *Le città nella storia d'Italia. Pescara*. Roma-Bari: Laterza, 1997.

² SERAFINI, L. La città in rappresentazione. Pescara nel secondo dopoguerra. In: Varagnoli C., Di Biase L., Appignani A. (A cura di), *Pescara senza rughe: demolizioni e tutela nella città del Novecento*. Roma: Gangemi; 2011, p. 109-118.

³ SETTIS, S. *Paesaggio Costituzione Cemento: la battaglia per l'ambiente contro il degrado civile*, Cles (Torino): Einaudi, 2010. p. 193-204.

Montesilvano e Spoltore, avviato da un pubblico referendum nel 2014 si appresta, infatti, a concludersi con l'istituzione fissata per il 1 gennaio 2027⁴ – a 100 anni di distanza dalla nascita della provincia – di un'unica realtà amministrativa relativa ad un bacino di più di 200.000 abitanti.

Tale eventualità può prospettare un ulteriore allontanamento dalle radici e dagli ambiti identitari del territorio e la perdita materiale di testimonianze del passato, importanti – ancor prima che per il legame con la memoria dei luoghi- per la garanzia di adeguati rapporti urbani e insediativi nello sviluppo futuro, attualmente in gran parte compromessi dalla densificazione edilizia e l'indiscriminato consumo di suolo degli ultimi decenni.

LA CONOSCENZA DEL PATRIMONIO PER NUOVI INDIRIZZI DI TUTELA

L'inutilità delle demolizioni di alcuni edifici funzionali del passato della giovane città⁵, in previsione della costruzione di nuove unità immobiliari poi mai realizzate, confermano i cambiamenti in atto relativi alle consuete modalità di espansione urbana.

La crescita della città, attuata ai danni del patrimonio storico-architettonico, richiede oggi un aggiornamento concreto delle politiche di sviluppo basato più che sulla quantità, sulla qualità di spazi e forme dell'abitare per la quale la conservazione di determinate preesistenze, seppur distanti dal consueto concetto di bene culturale, può rappresentare una risorsa.

La consapevolezza che la rigenerazione urbana debba passare anche attraverso la salvaguardia del patrimonio culturale – compreso quello impropriamente ritenuto “minore”, ma portatore di un valore intrinseco declinabile in termini di qualità insediativa – trova, però, alcuni ostacoli nella sua dispersione nel panorama urbano contemporaneo, nella sua difficile

⁴ L'approvazione del febbraio 2023 da parte del Consiglio regionale della norma che sancisce l'accorpamento di tre comuni della costa abruzzese, Pescara, Montesilvano e Spoltore, in un'unica realtà urbana ed amministrativa relativa ad un bacino di più di 200.000 abitanti, rappresenta il punto di arrivo di un processo avviato da un pubblico referendum nel 2014 regolamentato dalla legge regionale 13 del 17/03/2023.

⁵ VARAGNOLI, C. Pescara da salvare. La ex Centrale del Latte. In: Varagnoli C., Di Biase L., Appignani A. (a cura di). *Pescara senza rughe...*, cit., 2011, p. 63-74; Varagnoli C., Cecamore S. Pescara, la filanda e il complesso Giammaria. In: *Ananke*, 75, 2015, p. 100-106.

percezione da parte della collettività e nei limiti propri della normativa ministeriale – Codice dei Beni Culturali e del Paesaggio 2004 – ancora incentrata sulla tutela puntuale di singole emergenze architettoniche e del relativo contesto. Ne deriva la necessità di rileggere il territorio, approfondendo la conoscenza di spazi pubblici e privati e i relativi tessuti sotto il profilo storico e urbanistico, attraverso un censimento del patrimonio il più ampio possibile in ordine a tipologie e orizzonte temporale.

Tale censimento dei beni materiali rilevabili si pone l'obiettivo di discernere in una realtà urbana articolata, apparentemente priva di centralità e identità storiche definite come Pescara, campi di sperimentazione utili a conciliare le istanze della conservazione con quelle dello sviluppo urbano e della riqualificazione ambientale.

La Schedatura del patrimonio storico-architettonico di Pescara mira, dunque, a definire un panorama complessivo dei beni architettonici e degli ambiti urbani identitari presenti del tessuto edilizio cittadino attraverso la redazione di schede utili ad ampliare i dati raccolti da studi precedenti e a raccordarsi con le piattaforme e le banche dati necessarie a supportare le strutture preposte alla salvaguardia e l'operato degli organi periferici del MIC⁶.

La ricerca intrapresa nel 2011⁷ nell'ambito di una consulenza del Dipartimento di Architettura con il Comune di Pescara e svolta in collaborazione con la Soprintendenza, riprende il percorso metodologico tracciato da una precedente indagine coordinata da Lorenzo Bartolini Salimbeni, ampliandone gli orizzonti territoriali e temporali e superandone la logica puntuale, per arrivare a circoscrivere ambiti urbani significativi per il loro profilo testimoniale e per il loro ruolo formativo nel processo evolutivo della città.

Tale revisione del patrimonio storico architettonico della città si fonda su alcuni obiettivi principali: integrare l'analisi del patrimonio proposta dal rapporto

⁶ <https://www.catalogo.beniculturali.it/search/typeOfResources/ArchitecturalOrLandscapeHeritage>; <http://vincoliinrete.beniculturali.it/VincoliInRete/vir/bene/ricercabeni>

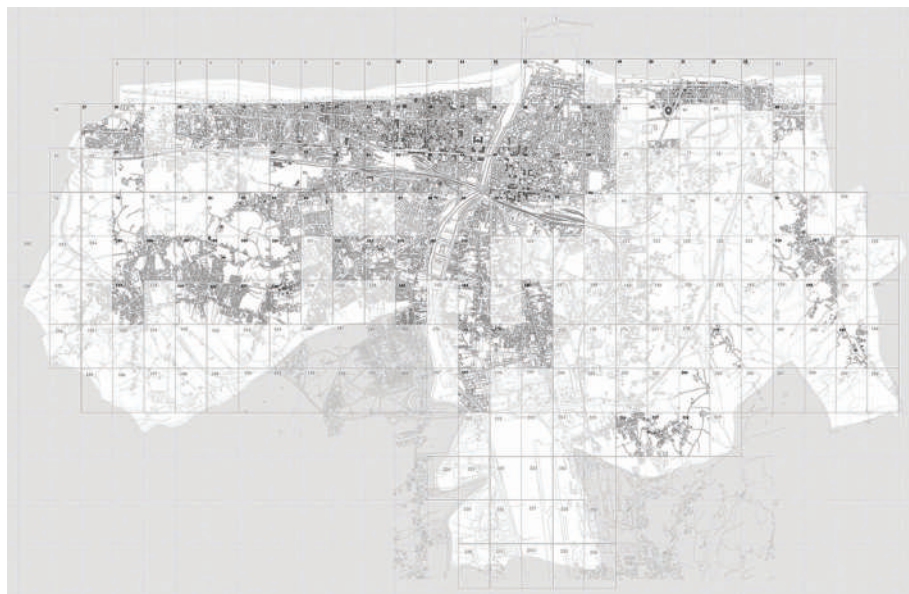
⁷ VARAGNOLI, C.; CECAMORE, S.; DI BRINO, C.; FERRI B.; TOMASSETTI; P.L. La variante al PRG di Pescara per la salvaguardia del patrimonio storico-architettonico. In: Varagnoli C., La tutela difficile. *Patrimonio architettonico e conservazione a Pescara*. Corfinio (AQ): MAC edizioni, 2019, p. 153-172.

Bartolini Salimbeni del 1993-94 e censire i beni rilevabili nei settori urbani precedentemente non contemplati; organizzare una nuova e più funzionale suddivisione del territorio in fogli di mappa; perimetrare i nuclei e gli ambiti significativi sotto il profilo storico e urbanistico; stabilire nuovi orizzonti di salvaguardia e sviluppo, mediati tra la tutela puntuale e quella riferibile a specifici contesti, entro i quali i singoli edifici, anche non architettonicamente rilevanti, acquisiscono valori e significati alla scala urbana.

Il repertorio complessivo di schede, redatto nel corso delle numerose fasi del censimento, deriva dai sopralluoghi effettuati sull'intero territorio comunale. Ai limiti oggettivi della ricerca, legati all'inaccessibilità di alcune proprietà, si è ovviato attraverso l'ausilio della cartografia e del rilevamento fotografico e digitale, arrivando a coprire anche le aree marginali dei settori collinari più esterni quelle periferiche.

Le schede riconducibili ad un quadro d'unione planimetrico di riferimento (Il. 1) restituiscono un quadro complessivo di 785 edifici – inquadrati attraverso 234 fogli di mappa – che tracciano lo sviluppo della città nel XX secolo attraverso singoli episodi e complessi architettonici portatori di valori riferibili sia all'attuale normativa sui beni culturali, sia ad un orizzonte temporale che esula dal limite dei settanta anni definito dalla legge e vanno oltre la consueta tutela vincolistica della singola emergenza architettonica. Le fabbriche censite disegnano, infatti, una rete di elementi puntuali che proiettati su base cartografica definiscono il "peso" e i limiti dei molteplici paesaggi connessi e sovrapposti nell'attuale quadro urbano.

L'indagine svela la natura policentrica di Pescara, permettendo il riconoscimento di molteplici ambiti non gerarchicamente individuabili e classificabili, ma circoscrivibili in base ai loro valori di contesto legati: al loro ruolo formativo nel processo evolutivo della città (nucleo storico di Castellamare Adriatico, San Silvestro, Fontanelle), a un carattere di unitarietà perseguito fin dal progetto (Rione Pineta e Quartiere dei ferrovieri) o alla chiara riconoscibilità di modelli insediativi e caratteri identitari (Borgo Marino, Città consolidata del "quadrilatero centrale"). (Il. 2)



Il. 1: Schedatura del patrimonio storico-architettonico di Pescara, quadro d'unione planimetrico di riferimento.

Fonte: Foto degli autori.



Il. 2: Pescara, la demolizione di un antico casino di caccia nel centro della città moderna

Fonte: Foto degli autori.

Un “sistema di sistemi”⁸, apparentemente privo di centralità e identità storiche definite, per il quale è necessario predisporre un quadro di interventi organico, tracciato seguendo una particolare soglia di attenzione, indispensabile per operare strategicamente e fattivamente su fabbriche e aggregati edilizi, apparentemente poco significativi sotto il profilo estetico e formale.

In particolare, oltre ai nuclei originari, per i quali le azioni di tutela trovano conforto in un ampio apparato bibliografico e documentale, emergono aree definite da un patrimonio edilizio portatore di qualità non sempre correttamente percepite, particolarmente sensibili rispetto alle dinamiche proprie della speculazione edilizia.

Gli interessi del mercato immobiliare si concentrano in particolare lungo la fascia costiera, delimitata dal tracciato ferroviario e dal litorale, che la schedatura definisce come un insieme urbano non inquadrabile come centro storico – per il ciclo di vita ancora relativamente breve e per la scarsità di stratificazioni – ma comunque portatore di valori morfologici, estetici e ambientali diffusi che ne permettono la perimetrazione quale città consolidata meritevole di opportuni strumenti di salvaguardia.

L’inserimento nella schedatura degli edifici (Ils. 3 - 5) che concorrono a garantire tali valori e i relativi rapporti urbani e la conseguente proposta di una “classe di tutela” di livello appropriato nelle norme tecniche di attuazione del piano regolatore generale non sono, pertanto, legati a singoli aspetti costruttivi o a rilevanze storiche e materiali, quanto alla loro partecipazione ad un contesto organico e riconducibile a significative fasi dello sviluppo economico e sociale.

La proposta di opportune “classi di tutela” mira a circoscrivere gli interventi sul costruito entro un limite utile ad impedire la sostituzione integrale e l’alterazione volumetrica e altimetrica dei fabbricati, per garantire determinate permanenze architettoniche. Vengono così fornite linee guida volte non a paralizzare la crescita, ma a promuovere differenti gradi di trasformabilità

⁸ MUSSO, S.F. Restauro e “città moderna”. In: Peghin G., Sanna A. (A cura di), *Il patrimonio urbano moderno*. Esperienze e riflessioni per la città del Novecento. Torino: Allemandi; 2011, p. 19-31.

commisurati rispetto alle identità locali stravolgere ulteriormente i rapporti consolidati a livello urbano e paesaggistico. (Ils. 6, 7)

Il. 3: Pescara, alcuni edifici della “città consolidata”.

Fonte: Foto degli autori.



Il. 4 and 5: Pescara, alcuni edifici della “città consolidata”.

Fonte: Foto degli autori.



Il. 6, 7: Pescara, alterazione dei rapporti urbani in alcune recenti costruzioni.
Fonte: Foto degli autori.

La ricognizione e la schedatura del patrimonio esistente si configurano anche come operazioni preliminari utili a promuovere iniziative finalizzate alla *sensibilizzazione* della società civile e degli enti pubblici e privati verso la gestione del territorio e il recepimento della Convenzione Europea del Paesaggio (C.E.P. Firenze, 2000) in relazione all'*individuazione e valutazione* dei “paesaggi” contemporanei intesi come forme di “territorio espressivo di identità, il cui carattere deriva dall’azione di fattori naturali, umani e dalle loro interrelazioni” che anche il Codice dei Beni Culturali (2004) si propone di tutelare e valorizzare; paesaggi che non sono solo la risultante storica dell’interazione tra l’evoluzione geofisica del contesto naturale e gli interventi umani, ma contesti ambientali, sociali ed economici dinamici, letti e compresi nei loro tratti distintivi e caratteristici, attraverso un percorso di percezione e conoscenza di chi li abita e li percorre. (Il. 8)



Il. 8: Pescara, casa tradizionale del Borgo Marino nord, tra le nuove edificazioni speculative.
Fonte: Foto degli autori.

La perimetrazione degli ambiti urbani di interesse e l'individuazione delle relative 'classi di tutela' hanno dunque l'obiettivo di promuovere interventi compatibili con la conservazione dei valori propri e di contesto, con l'obiettivo di ricondurre la trasformazione urbana nell'alveo di adeguati programmi di recupero, predisposti nell'ottica di un corretto equilibrio tra nuovi inserimenti e permanenze e del rispetto delle tipologie e dei rapporti volumetrici e altimetrici tra costruito e impianto urbano. In generale, le linee guida prevedono:

- **Restituzione dei caratteri architettonici originari:** previsto per gli edifici che nel tempo hanno subito parziali modifiche o alterazioni solo superficiali, che rendono possibile ed economicamente sostenibile una revisione volta a porre in valore gli aspetti architettonici identitari;
- **Modifiche morfologico-funzionali,** come la rimozione degli elementi architettonici e decorativi impropri, la riconfigurazione interna con adeguamenti degli impianti tecnici, il cambio di destinazione d'uso;
- **Modifiche volumetriche,** come la revisione dell'organismo architettonico anche attraverso opere di completamento, la demolizione di parti aggiunte incoerenti o improprie, l'ampliamento coerente con l'impianto consolidato, ecc.

Allo stesso modo, fra gli usi compatibili, è sempre ammesso il recupero a residenza; mentre restano da valutare con attenzione le proposte di trasformazioni che inducano alterazioni sostanziali dell'impianto urbanistico originario, della tipologia edilizia, dei rapporti funzionali con la struttura insediativa.

Un'attenzione specifica è rivolta all'uso di materiali compatibili rispetto ai tipi di paramento, coloriture, finiture ed elementi superficiali rilevati e catalogati attraverso la schedatura⁹.

⁹ Sono sottoposti ad attenzione gli intonaci con trattamenti imitativi, generalmente della pietra, come nel caso delle finiture a finto travertino; gli intonaci tipo "terranova" diffusi nell'architettura degli anni Trenta e Quaranta; gli intonaci graffiti; le scialbature, spesso su murature laterizie erroneamente ritenute a faccia vista; le integgiature a calce, spesso conservate solo nei tratti sottosquadro; zoccolature, fasce, elementi decorativi e bugnati in pietra naturale, artificiale o stucco; sporti di gronda su mensole lignee o su laterizi aggettanti; ringhiere, roste, elementi metallici di chiusura per cancellate, balconi, porte, finestre ecc.

La programmazione e la gestione di una pianificazione urbana e di una tutela del patrimonio così concepite richiederebbero inoltre strumenti e procedure flessibili¹⁰, compatibili con contesti urbani e realtà complesse come quella di Pescara, per i quali alla ‘dichiarazione di interesse culturale’ relativa a specifiche categorie di beni¹¹, che ha sostituito il tradizionale “vincolo” previsto dalla legge italiana del 1939, andrebbe accostato il monitoraggio costante del costruito esistente e delle sue alterazioni da parte di uno specifico Osservatorio permanente, in grado di indirizzare i processi di trasformazione e sviluppo e di vigilare su progetti di nuovi inserimenti.

La creazione di una “Grande Pescara” come area metropolitana ampia che riunisca sotto un’unica amministrazione diversi insediamenti della costa adriatica prospetta inoltre nuovi interventi sul tessuto consolidato e in alcune aree strategiche¹², per le quali è opportuno predisporre modalità di recupero e di trasformazione urbana volte a ripensare anche in chiave progettuale le risorse locali che caratterizzano storicamente la città¹³.

In quest’ottica, alcuni elementi costitutivi della struttura urbana di Pescara richiedono non solo una revisione e un adeguamento, ma anche

¹⁰ VITTORINI, A. Un patrimonio indefinito e fragile. Architetture del secondo Novecento fra tutela e trasformazione. In: G. Peghin G., Sanna A. (A cura di), *Il patrimonio urbano... cit.*, 2011, p. 262-268.

¹¹ P. L. Tomassetti. La dichiarazione dell’interesse culturale: applicazioni al patrimonio architettonico di Pescara. In: C. Varagnoli, L. Di Biase, A. Appignani. (A cura di), *Pescara senza rughe.... cit.*, 2011). p. 49-62.

¹² I principali elementi di trasformazione del contesto urbano si ravvisano essenzialmente nel sistema delle aree dismesse, per le quali si può pensare ad interventi capaci di innovare l’assetto fisico e funzionale dell’ambiente urbano. Tali porzioni urbane sono prevalentemente concentrate in alcuni ambiti interni alla città consolidata (aree ex stazione ferroviaria; aree ex Molino De Cecco), negli ambiti del porto canale e del fiume, e nei quartieri marginali.

¹³ Esperienze metodologiche e operative utili a proteggere il costruito storico in una trasformazione e una riqualificazione consapevoli, si riscontrano in ambito nazionale nella “Guida per la qualità degli interventi” del Comune di Roma o negli esempi di Genova (Urban Master Plan-PUC2000 e Piano Operativo per la gestione dell’area storica, 2011); di Palermo (Piano Strategico, 2007) e della Spezia (PUC 2007). In particolare, il nuovo Piano Regolatore del Comune di Roma esplicita indirizzi per tutelare e rendere funzionale alle esigenze contemporanee il patrimonio della città attraverso schede che mettono in corrispondenza gli elaborati di “Sistemi e Regole” con la “Carta per la qualità”. I tessuti storici e degli “Ambiti di Valorizzazione”, sono inquadrati come aree della città storica che non hanno sviluppato pienamente le proprie potenzialità o che sono interessate dal degrado fisico degli edifici e degli spazi aperti o da utilizzo non compatibile.

un'attenzione specifica alle valenze paesaggistiche: Il porto, il fiume e il lungomare sono risorse da valorizzare come elemento strutturante dello spazio e delle nuove funzioni all'interno del paesaggio urbano.

Le porzioni urbane interessate dalla presenza dell'acqua riguardano principalmente: l'ambito fluviale, per il quale si rende necessario ristabilire le connessioni ambientali che la progressiva crescita urbana ha completamente negato; il cosiddetto "Borgo Marino nord", costituito da case del primo Novecento appartenute pescatori, che sollecita la riscoperta e la valorizzazione delle relazioni che gli elementi naturali devono intrattenere con il tessuto edificato, per restituire alla città spazi e luoghi urbani qualificati e fruibili. (Il. 9).



Il. 9: Pescara, Villa Forlani, villa suburbana deformata da alterazioni moderne.
Fonte: Foto degli autori.

Nel quadro di una città contemporanea in trasformazione, la valorizzazione della città storica rappresenta un momento nodale della strategia urbanistica comunale. L'elevato consumo di suolo nelle fasi della ricostruzione post-bellica suggerisce oggi una domanda di qualità per decenni trascurata. Nella generalità dei casi, questo tipo di domanda prefigura alloggi restaurati e risanati nella città storica, adeguamenti edilizi diffusi nella città consolidata di più recente formazione e nuovi edifici, nei comparti più ampi, con buona disponibilità di verde e servizi.

Le strategie della tutela del patrimonio storico-architettonico possono inquadrarsi nell'ambito più generale della riqualificazione urbana. In particolare, a Pescara si evidenziano alcuni temi suscettibili di approfondimento:

- il riuso di edifici industriali, come la dismessa stazione F.E.A. sul lungomare Matteotti. E' necessaria la valutazione della qualità architettonica, dello stato di conservazione, della possibilità di un riuso compatibile in rapporto all'organizzazione planimetrica e volumetrica;
- la riqualificazione urbanistica dell'antico nucleo abitato prossimo al santuario settecentesco della Madonna dei sette Dolori;
- la conferma del sistema della cultura nel centro storico di Pescara-Porta Nuova (museo Casa d'Annunzio, museo delle Genti d'Abruzzo, museo Cascella, casa di Ennio Flaiano, Museo dell'Ottocento);
- la riqualificazione degli insediamenti di edilizia economica e popolare prospicienti le aree libere presso la foce del fiume (ex Cofa), in vista dei futuri servizi del waterfront portuale, tenuto conto che esso sarà interessato da modifiche radicali sia sul piano dell'assetto fisico che su quello delle destinazioni d'uso;
- la riqualificazione e rigenerazione ecologica degli spazi aperti sul lungofiume, attualmente occupati da capannoni industriali per lo più in via di dismissione, con conseguente vegetazione infestante e totale carenza di qualità;

- la valorizzazione delle ville urbane di antico impianto, come villa De Landerset, villa Forlani ecc. e le relative pertinenze. La tutela della città contemporanea resta un tema difficile, non sempre compreso dalle amministrazioni e dalla stessa popolazione. A Pescara, dopo un iniziale accoglimento, sembra che la crescita verticale della città, almeno dopo la crisi causata dalla pandemia di Covid, sia in netta ripresa. Si tratta tuttavia di un argomento cruciale, che è necessario affrontare per non ridurre i temi della conservazione e del restauro ad una questione soltanto rivolta al passato.

PAISAGENS DE MEMÓRIA EM SÃO PAULO, O CASO DO DOI-Codi/SP

SILVIO OKSMAN^I | ANDRÉS ZARANKIN^{II} | FERNANDA LIMA^{III} |
DEBORAH NEVES^{IV} | ALINE CARVALHO^V | CLAUDIA R PLENS^{VI}

silvio@oksman.com.br
zarankin@yahoo.com
fernandaluizalima@ufmg.br
deborah.neves@unifesp.br
alineap@unicamp.br
plens@unifesp.br



10.64082/phs.2024.02.4.6

RESUMO ABSTRACT

Este artigo analisa o percurso da preservação do edifício das antigas instalações da Oban/Doi-Codi, dentro de um enfoque arqueológico, no qual a materialidade é protagonista. Para isso discutimos o processo de tombamento do conjunto das instalações da Oban/Doi-Codi, em São Paulo, até o presente momento. Como baliza para análise, tomaremos de forma crítica as práticas e as políticas de preservação material do patrimônio cultural no Brasil. Iniciadas com a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1937, ganharam novos significados a partir da Constituição de 1988; que ampliou significativamente o conceito de patrimônio cultural. A Carta Magna de 1988 reconhece não apenas bens materiais, mas também imateriais como basilares para a preservação das identidades e memórias dos diversos grupos sociais do Brasil. De forma pioneira quando analisamos o contexto internacional, a Constituição de 1988 trouxe novas compreensões sobre a importância política do direito à memória. Para isso, destaca a importância da inclusão de práticas culturais coletivas e lugares simbólicos na preservação da memória e identidade nacional, indo além da arquitetura tradicional e entendendo o patrimônio como uma categoria única, para além da divisão artificial entre material e imaterial que tanto marcou os debates entre instituições como o IPHAN e o que hoje denominamos de Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNPFP). Para além da análise do percurso de preservação, discutiremos as complexidades e desafios envolvidos na criação de um memorial no espaço do antigo DOI-Codi. Essa questão é explorada a partir das perspectivas da arqueologia e da museologia, enfatizando a importância de considerar a preservação e interpretação desse espaço histórico de forma cuidadosa e contextualizada.

Palavras-Chaves: Patrimônio; Lugares de memória; Ditadura; DOI-Codi-SP

Landscapes of memory in São Paulo, the case of the DOI-Codi/SP

This article analyzes the preservation trajectory of the building of the former Oban/Doi-Codi facilities, focusing on an archaeological approach where materiality plays a central role. For this purpose, we discuss the process of the heritage listing of the Oban/Doi-Codi facilities in São Paulo up to the present moment. As a framework for analysis, we critically examine the practices and policies of material preservation of cultural heritage in Brazil. Initiated with the creation of the National Institute of Historic and Artistic Heritage (IPHAN) in 1937, these practices gained new meanings from the 1988 Constitution, which significantly expanded the concept of cultural heritage. The 1988 Constitution recognizes not only material assets but also intangible ones as fundamental for preserving the identities and memories of Brazil's diverse social groups. Pioneering in the international context, the 1988 Constitution brought new understandings of the political importance of the right to memory. It highlights the importance of including collective cultural practices and symbolic places in the preservation of national memory and identity, going beyond traditional architecture and understanding heritage as a unique category, beyond the artificial division between material and immaterial that has marked debates between institutions like IPHAN and what is now known as the National Center for Folklore and Popular Culture (CNPFP). In addition to analyzing the preservation trajectory, we will discuss the complexities and challenges involved in creating a memorial in the former DOI-Codi space. This issue is explored from the perspectives of archaeology and museology, emphasizing the importance of careful and contextualized preservation and interpretation of this historical space.

Keywords: Heritage; Memory places; Dictatorship; DOI-Codi-SP

AS DISCUSSÕES SOBRE PRESERVAÇÃO

de patrimônio cultural têm se tornado mais complexas a partir do que se convencionou chamar de “ampliação do campo”. Os trabalhos relativos à preservação de lugares de memória são exemplos de mais uma camada de valor que adere aos bens culturais, antes definidos por termos como autenticidade (Cameron, 2009, p. 128). O termo “patrimônio”, dentro da tradição latina, origina-se da palavra *patrimonium*, que combina “pai” (*patri*) e “recebido” (*monium*), refletindo inicialmente a ideia de herança familiar. Com a Revolução Francesa no século XVIII, o conceito tornou-se atrelado ao conceito de propriedade de

interesse coletivo, sendo amplamente utilizado para a própria definição dos Estados Nacionais. Nesse contexto dos Estados Nações, o patrimônio era divulgado como um símbolo de um povo, uma língua, uma raça e, claro, uma nação. Apagava-se tensões inerentes ao tema para a construção de ideias civilizacionais. Atualmente, o patrimônio está associado à noção de legado, que é herdado do passado, vivenciado no presente e transmitido às gerações futuras (Carvalho; Funari, 2012, p. 100).

Apesar de não ser tema novo – John Ruskin (2008) já coloca a memória como tema central da preservação – a forma contemporânea de tratar o tema tem levado a problemas de compreensão “do que” e de “como” preservar. Nesse processo, a arquitetura que antes era predominante no campo, passou a dividir seu protagonismo com outras áreas de pesquisa. Como apontou Françoise Choay (Choay, 2006, p. 11), a ideia de patrimônio como herança cultural é enriquecida por diversos qualificativos, como histórico, artístico, arqueológico, natural, ambiental, entre outros, especialmente a partir da Carta de Veneza (1964)¹.

Essas novas entradas, que são fundamentais para o campo, não retiram a importância da intervenção e do restauro em obras de arquitetura, pelo contrário, colocam novos desafios, ainda abertos ao debate, com a complexidade de trabalhar com a preservação de uma construção no qual o valor a ser preservado não está apenas em suas características físicas, mas também nas marcas das histórias atreladas ao edifício que são, acima de tudo, suporte dessas memórias (Gonçalves, 2008). Tal complexidade está relacionada à capacidade e à disposição dos profissionais que intervêm nos edifícios “de observar pela primeira vez com os próprios olhos uma realidade que sabe não ter jamais conhecido – mesmo que a tenha visto várias vezes” (Doglini, 2008, p. 64, tradução livre), como verdadeiros exploradores, bem como de

interrogar com insistência e consciência histórica a obra, em sua natureza figurativa e material, com os

¹ Segundo a tradução dos autores, é necessário transcender a dicotomia simplista que presume uma separação irreconciliável entre esquecimento e memória. Além disso, é crucial superar a tese paradoxal que sugere que o esquecimento é fundamental para a constituição da memória. Reconhecer esse paradoxo muitas vezes implica concordar com a predominância contínua da memória sobre o esquecimento (NEVES, 2014, p. 17).

problemas de degradação e conservação que manifesta, para que ela mesma responda sugerindo o caminho a seguir” (Carbonara, 1998, p. 18, tradução livre).

Sobre o desafio da memória, dos jogos políticos e subjetivos entre lembrar e esquecer (Ricoeur, 2007; Rossi, 2010) temos sempre o desafio de trabalhar com o apagamento, seja ele intencional ou não. O transcurso da história faz com que memória e o esquecimento estejam em constante diálogo conforme colocado por Huyssen:

necesitamos ir más allá del “sentido común” binario que supone un abismo irreconciliable entre el olvido y la memoria. Debemos ir también más allá de la tesis contenida en la paradoja que el olvido es constitutivo de la memoria. Reconocer esta paradoja, a menudo, implica concordar con el continuo predominio de la memoria sobre el olvido [II] (Huyssen, 2004, p. 2)².

As manifestações culturais, práticas sociais, lugares de memória e consciência – manifestações pulsantes do predomínio da memória sobre o esquecimento – fazem parte do que se convencionou chamar patrimônio intangível ou imaterial, ainda que estejam sempre atrelados a diferentes materialidades e territórios. As relações imaterial e material, invariavelmente, remetem ao local onde os fatos se passaram ou de onde as tradições se originaram. Atualizam, dessa forma, a potência dos fatos históricos, tradições e de práticas, pertinentes a determinadas comunidades ou grupos que se compreendem como “herdeiros da memória” (Abreu, 2020, p. 257), que com o passar do tempo se transformam ou podem ser esquecidas. São esses lugares que permitem compreender parte daquilo que se quer preservar. É o que preconiza a Declaração de Quebec (2008), ao reconhecer no patrimônio cultural o espírito do lugar (*spiritu loci*), que se conforma por “elementos tangíveis (sítios, edifícios, paisagens, rotas, objetos) bem como de intangíveis (memórias, narrativas, documentos escritos, festivais, comemorações, rituais, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores, etc.)” (ICOMOS, 2008).

² Artigo 16 da Carta de Veneza.

A diferença colocada está em trabalhar com a preservação quando o valor a ser preservado é o suporte dessas memórias e não características físicas específicas e artísticas. O debate ainda está contaminado pelas formas de fruição e consumo na sociedade contemporânea e pela resistência de profissionais do campo do patrimônio em compreender a preservação da materialidade para além de seus componentes físicos – ou seja, como suporte de memória social –, desconsiderando ou colocando em segundo plano o valor atribuído. Um dos aspectos exemplares desta forma limitada de compreender os bens culturais está nas atividades de turismo e cultura de massa e, mais recentemente, nas redes sociais, fundamentais para analisar as intervenções em bens culturais nas últimas décadas do século XX e das primeiras do século XXI.

A arquitetura é entendida como produto para consumo cultural, visando o valor econômico do patrimônio, desde a década de 1970, com a própria constituição da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural na Unesco (1972)³. Como discutido por Choay (2001), o patrimônio cultural passa a uma condição de produto a ser explorado em amplos sentidos, com forte apelo comercial e, contemporaneamente, tornam-se pontos “instagramáveis”. Assim, aumenta-se o fluxo de pessoas e dinheiro no turismo, nos serviços, no comércio em um processo que abrange diversas atividades periféricas. Mas, como a autora destaca, o “público é em geral enganado em massa pela indústria patrimonial, que – temos de admitir –, na esteira da evolução das sociedades industriais avançadas, tende a vender-lhes ilusões à guisa dos valores prometidos” (Choay, 2001, p. 228).

Debates do Icomos, entidade internacional com sede na França dedicada a discutir e estabelecer parâmetros de atuação sobre o patrimônio cultural, percebem a fragilidade de comunidades tradicionais e povos originários de enfrentar esta realidade de mercado que se impõe com o reconhecimento oficial de bens culturais como patrimônio. Por esta razão, já em 1985, a Declaração do México estabelece o conceito de identidade na preservação e a responsabilidade de projetos de preservação atuarem não apenas no bem

³ Por exemplo, as prospecções e análises realizadas no interior do edifício que são concluídas ao final do processo (Neves, 2014, p. 25).

cultural tombado em si, mas também nos seus entornos, favorecendo assim as relações entre o bem e as populações que residem nas suas adjacências. Pauta-se, portanto, o direito das comunidades de gerir o património de sua cultura.

O deslocamento dos olhares em busca de pontos alternativos para o trato do património pode nos proporcionar respostas ensaísticas para indagações como as realizadas por George Didi-Huberman, quando questiona as intervenções realizadas nos galpões de Auschwitz:

(...) sensação dolorosa, ver os galpões do campo – os galpões 13 a 21 – transformados em “pavilhões nacionais”, como na Bienal de Veneza, realizada justamente no momento em que atravesso o logradouro. Aqui, mais que em outros pontos, as paredes mentem: uma vez dentro do galpão, não vejo mais nenhum galpão, tendo tudo sido “remanejado” como espaço de exposição. (...) Todos os centros culturais – bibliotecas, salas de cinema, museus –, desnecessário dizer, podem contribuir no mundo inteiro para construir uma memória de Auschwitz. mas o que dizer quando Auschwitz deve ser esquecido em seu próprio lugar, para constituir-se como um lugar fictício destinado a lembrar Auschwitz? (Didi-Huberman, 2011, p. 25).

Esse contexto responde por um aumento na produção de projetos que sobrepõem no edifício existente uma marca contundente de contemporaneidade, de forma bastante acintosa, sem o necessário diálogo do novo com aquilo que se pretende preservar – que seria, supostamente, o motivo principal da intervenção. São propostas que desconsideram, ou trabalham de forma equivocada, as discussões que acontecem desde a segunda metade do XIX, mas principalmente no século XX. Será mesmo necessário intervir de forma invasiva e evidente para preservar e garantir o uso?

Tais projetos são justificados a partir de princípios de intervenção consolidados no campo, mas que tem abordagens paradoxais. Por serem princípios, e não regras, demandam um posicionamento crítico, que podem resultar em justificativas frágeis. De um lado uma abordagem tecnicista e burocrática, que se pretende preservacionista, mas acrítica, que enrijece as

possibilidades de intervenção. De outro, uma aproximação que desconsidera a questão principal do debate: a preservação pelo valor atribuído ao bem. Tratam-se, portanto, de ações que supostamente se amparam nesses princípios apenas como justificativa para intervenções desmedidas e espetaculares – seja quando se quer preservar efetivamente a arquitetura, seja quando a preservação está vinculada à memória. Toda intervenção arquitetônica em bens culturais coloca dualidades como preservação ou perda, autêntico ou falso, repriminção ou distinguibilidade. As decisões tomadas devem considerar diversos aspectos que precisam ser balanceados criticamente, tomando em consideração sempre e inexoravelmente, os valores que levaram determinado bem, lugar, prática a ser reconhecido como patrimônio cultural.

Do ponto de vista metodológico não se pretende atingir um estado no qual todos os princípios são atendidos de forma equânime. Assim, quando se propõe uma intervenção, também se assume a responsabilidade pelas alterações decorrentes. A documentação, tanto das condições de um edifício antes da intervenção, quanto depois do resultado das obras realizadas é fundamental e indispensável. Documentação associada com profundas pesquisas sobre o bem que se pretende intervir, contribui para as tomadas de decisão, uma vez que registra informações que podem se perder ao longo do tempo ou mesmo ficar escondidas na conclusão dos trabalhos[II], bem como orientar o que é ou não aceitável numa intervenção. Dessa forma, as perdas, calculadas, não inviabilizam a compreensão dos valores atribuídos e as novas intervenções aderem ao edifício como um novo estrato.

A já citada ampliação do campo traz sempre a possibilidade de novas leituras, de novas abordagens que refletem a sociedade no tempo presente, afinal, “o patrimônio é este incansável trabalho de atualização do passado no horizonte de um país cada vez mais esclarecido e mais ético” (Poulot, 2009 p.193). Portanto, valores ignorados – propositalmente ou não – em um determinado momento, podem ser recuperados num futuro sem invalidar ou diminuir os anteriormente reconhecidos, desde que as intervenções realizadas ao longo do tempo permitam que esse processo aconteça.

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Considerando as discussões de preservação de lugares de memória, cabe considerar as políticas de preservação e identificação de patrimônio no Brasil na sua relação com o debate internacional. A criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1937 com o Decreto-Lei nº25 de 1937 que constitui o IPHAN estabelece no seu Art. 1º:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Em que pese a intenção de um campo ampliado, é a Constituição de 1988 que estabeleceu uma perspectiva efetivamente ampliada e aberta no seu artigo Art. 216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Esse artigo assume a noção ampliada de “Patrimônio Cultural” para além da monumentalidade e excepcionalidade prevista no Decreto-Lei 25/1937 – e ainda preconizada pela Unesco –, rompe com a ideia de uma identidade nacional una e forjada em uma invenção (Hobsbawn, 2000, p. 285), avançando para o entendimento de que o país é formado por múltiplas identidades dos distintos grupos que formam a sociedade. Passa a reconhecer as práticas imateriais, o que insere na preservação oficial a presença de povos originários, das comunidades negras, e de outros grupos sociais que compõem a sociedade, até então ignorados pela prática federal

de preservação, que privilegiou a manifestação branca (Marins, 2016). A partir da Constituição de 1988, tem início no IPHAN um lento processo de reconhecimento de lugares como suporte das memórias, mas na chave da imaterialidade, com dificuldades de aplicar o tombamento a lugares desprovidos de características arquitetônicas notáveis:

Mercados, feiras, santuários, praças onde são concentradas ou reproduzidas práticas culturais coletivas são espaços inscritos pelo Iphan no Livro de Registro dos Lugares. Lugares são aqueles que possuem sentido cultural diferenciado para a população local, onde são realizadas práticas e atividades de naturezas variadas, tanto cotidianas quanto excepcionais, tanto vernáculos quanto oficiais. Podem ser conceituados como lugares focais da vida social de uma localidade, cujos atributos são reconhecidos e tematizados em representações simbólicas e narrativas, participando da construção dos sentidos de pertencimento, memória e identidade dos grupos sociais⁴.

As populações não brancas ou as memórias difíceis, portanto, são representadas por suas manifestações imateriais, diante da persistente resistência em entender a fluidez e a impermanência de estruturas físicas, numa binariedade excludente criada artificialmente entre patrimônio material e imaterial pelos órgãos de preservação brasileiros. Outros países estão mais avançados neste tema, como o Japão, que reconhece, por exemplo, o Santuário de Ise Jingu e sua prática de reconstrução a cada vinte anos, ou o templo de Tombuctu no Mali, que exige a substituição periódica de seu revestimento em barro, por conta de sua perecibilidade, e é reconhecido como patrimônio da Humanidade pela Unesco.

A importância dessa ampliação desloca o protagonismo da arquitetura – construção e estilo – do campo do patrimônio, somando camadas complexas às discussões sobre preservação, mas ainda com dificuldades em avançar justamente por um predomínio do valor arquitetônico nos tombamentos, resultado de décadas de atuação quase exclusiva destes profissionais no campo do patrimônio cultural brasileiro. O IPHAN, por exemplo, não

⁴ IPHAN. Fototeca: registro dos lugares. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/fototeca/detalhes/18/fototeca-registro-dos-lugares>. Acesso em 30 de junho de 2024.

reconheceu, até junho de 2024, nenhum bem relacionado à memória da ditadura civil-militar brasileira. Há, contudo, dois processos aguardando apreciação: o Dopinha de Porto Alegre (Processo 01450.900759/2017-13) e o DOI-Codi I Exército, no Rio de Janeiro (Processo 01500.003629/2013-66). Ambos os casos têm enfrentado resistência por parte de profissionais técnicos de arquitetura que não reconhecem na materialidade valor suficiente para tombamento em função da ausência de elementos arquitetônicos que justifiquem a preservação.

Esta resistência contumaz teve uma exceção em 2014 quando o CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico do estado de São Paulo – deliberou favoravelmente e com unanimidade pelo tombamento do conjunto de edifícios da antiga OBAN/DOI-Codi, inscrevendo-o no Livro do Tombo Histórico por ter vinculação ao cometimento de crimes de violações de direitos humanos. Embora o edifício que abrigou o Antigo DOPS tenha sido tombado em 1999 (Resolução SC-28/99), a razão principal é o valor arquitetônico, destacando a autoria de Ramos de Azevedo para o projeto. Ao fim do Artigo 1º da Resolução, destaca-se o “conjunto das celas, produto da ocupação do edifício pelo Dops, reside parte significativa do seu valor histórico. Tal conjunto será preservado juntamente com os elementos originais do projeto” (SÃO PAULO, 1999).

A menção às celas restringe-se à memória do órgão, sem referenciar o período do Estado Novo ou Ditadura Civil-Militar. Esse espaço passou por uma intervenção de adaptação de uso, desfigurando o espaço das celas internas e demoliu as externas sob a justificativa de serem anexos não constantes do plano original de Ramos de Azevedo. A partir da reivindicação de ex-presos, parte do edifício foi transformado no Memorial da Resistência em 2008 (Neves, 2014). A área das celas recebeu projeto museológico e expográfico que, ainda que simule no espaço uma cena estetizada – reconhece oficialmente as práticas abusivas do período militar. Desde então vêm se discutindo a forma de trabalhar com essa memória nesse lugar e novas propostas vêm sendo feitas no sentido de compreender o edifício como lugar de memória com uma narrativa e museografia mais adequada.

O conjunto de edifícios do DOI-Codi/SP, tombado pela resolução SC-25/14 do CONDEPHAAT traz uma resolução mais específica, e decidiu pelo tombamento considerando:

Que os edifícios que abrigaram o DOI-Codi/SP constituem lugar de memória da repressão e da resistência à Ditadura Civil Militar no Brasil entre 1964-1985; - Que os edifícios representam a institucionalização do terrorismo de Estado; - Que representam testemunho material da história política recente; - Que se trata de local simbólico de violação dos Direitos Humanos e privação de liberdade durante o período da Ditadura Civil-Militar; - Que os edifícios e espaços ali remanescentes são o suporte físico à memória da repressão e da resistência; - Que o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH3), instituído pelo Decreto 7.037/2009 e atualizado pelo Decreto 7.177/2010, estabelece em sua Diretriz 24 a necessidade de Preservação da memória histórica e a construção pública da verdade, através da identificação e divulgação pública das estruturas, locais, instituições e as circunstâncias relacionados à prática de violações de direitos humanos, suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade; - Que a preservação deste bem corrobora com as recentes políticas do Estado de São Paulo de reconhecimento e reparação através da Comissão Estadual de Ex-Presos Políticos, criada através da lei estadual 10.726/2001 e do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, criado pela Lei Estadual 7.576/91, com as alterações nela produzidas pela Lei Estadual 8.032/92, Resolve Artigo 1º. Fica tombado como bem cultural de interesse histórico o aqui designado Conjunto das instalações da OBAN (Operação Bandeirante) e do DOI-Codi – II Exército (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna), situados à Rua Tutóia, 921 (também com acesso pela Rua Tomás de Carvalho, 1030), formado por suas edificações e remanescentes.

Apesar de não constar da resolução de tombamento – mas estar contido no estudo técnico (Neves, 2013), a ausência de valores artísticos/arquitetônicos foi tema fundamental no voto da antropóloga Silvana Rubino (2013), conselheira responsável pela relatoria para o tombamento:

De início, temos a singularidade deste pedido de tombamento: o espaço carece de características especiais que possam justificar sua inscrição em uma lista de bens tombados. Fosse esta a justificativa do pedido, este não se sustentaria, pois trata-se de edificação ordinária, semelhante a tantas outras que se destinam à mesma função. (...) Sem valor arquitetônico e privado de lembranças funestas, o prédio cinza da rua Tutóia deve, e é este o argumento desse parecer, ser tombado. O edifício atravessou o tempo, a redemocratização. Suporte de memórias difíceis, não devemos dele prescindir. Os fatos que aconteceram, como o marcante assassinato do jornalista Wladimir Herzog, aconteceram em algum lugar. Neste lugar. Alterado ou não, é o prédio cinza da rua Tutóia, cujos vizinhos reclamavam do barulho atemorizante dos atos de tortura, aquele que muitos sabiam o que lá (...)

O texto insiste na ausência de valores estéticos, irrelevantes para a preservação da memória, que mesmo incompleta (e sempre o será) não pode ter um de seus maiores documentos apagados. Uma postura que ratifica a importância dos lugares de memória a partir de uma leitura que extrapola as questões arquitetônicas.

Esses dois casos podem ser lidos isoladamente, mas compreendidos em conjunto levantam questões importantes da atualidade. São ações que, entre outras, reivindicam e resgatam a memória da ditadura civil-militar e rompem o silêncio colocado pela “Lei de Anistia” (Brasil, 1979), pela qual não houve processos e condenações para aqueles que perpetraram os crimes durante a ditadura. Foi a forma encontrada, supostamente pacífica, para a transição a um regime democrático.

Se por um lado os militares, nas décadas seguintes, pouco se manifestaram abertamente na política, por outro, os governos eleitos não se comprometeram profundamente em investigar, processar e trazer à luz os fatos ocorridos durante as duas décadas de ditadura civil-militar. Tampouco outros órgãos de preservação se dedicaram à temática para conferir a correta e justa preservação material destes espaços relevantes e fundamentais para compreensão da História recente do país.

MEMÓRIA E MATERIALIDADE

A proliferação de espaços institucionalizados de memória faz, sem dúvida, parte de um processo de reescrita da história oficial no mundo contemporâneo. Huyssen (2003) afirma que estes tipos de lugares têm o potencial de construir e/ou fortalecer narrativas sobre a memória pública. Neste processo, a materialidade dos sítios refere-se à força das experiências e emoções. O autor considera que, em algumas ocasiões, a intervenção estatal gera um “excesso” de políticas de memória, porque muitas vezes tentam substituir o cumprimento efetivo da justiça por políticas de memória. Uma interpretação possível desta situação é que, muitas vezes, a forma mais fácil que os políticos encontram para satisfazer as exigências de reparação histórica é construir monumentos, instalar placas comemorativas ou renomear ruas e praças. A construção de “monumentos” às vítimas e sobre os crimes pode ser um subterfúgio para a impunidade, ao mesmo tempo que são formas de construção pública de memórias coletivas críticas à violência e às estratégias repressivas.

Nora (Nora, 1993, p. 13) defende que as memórias precisam do auxílio de vestígios ou fragmentos materiais – os lugares de memória – para permanecerem ativas. Yates (2007) analisou a capacidade das pessoas em memorizar dados e eventos de forma eficaz, destacando o uso de “imagens de agentes” como recurso mnemônico. As imagens agentes são os traços com maior impacto na constituição da memória (devido à sua abundância, intensidade e duração) e sua agência reside precisamente na sua capacidade geradora de lembranças. As imagens agentes são resultado da experiência sensorial (Yates, 2007). Na mesma linha propugna Gabi Dolff-Bonekämper (2002), que

enquanto objetos tridimensionais que remanescem do passado, estes locais possuem o “espírito do lugar”, a “alma” que é difícil de explicar por meio da escrita ou de outras fontes, mas que provocam sentimentos e percepções de uma experiência sobre o passado (Neves, 2014 p. 209).

Por isso, estimulam emoções de forma mais simples do que qualquer outro tipo de dado. As emoções têm um papel privilegiado na constituição da

subjetividade, pois garantem a durabilidade das memórias (Narváez, 2006). Na verdade, alguns investigadores acreditam que os objetos podem formar uma espécie de registro de memória extra-somática (Almeida, 2005).

No caso latino-americano, o desaparecimento de pessoas durante os governos ditatoriais das décadas de 1960-1980 foi frequentemente associado a outro dispositivo repressivo: os “Centros de Detenção” (CD’s) – que podem ser tanto oficiais como clandestinos. Esses espaços de concentração funcionavam para aprisionar pessoas consideradas “inimigas”, levadas coercivamente (a maioria sequestradas) e mantidas em cativeiro enquanto seu destino final era decidido. Os CDs constituíam espaços onde as pessoas eram interrogadas sistematicamente através do uso de procedimentos de tortura. Sem dúvida, pela sua natureza podem ser pensados como uma espécie de “não-lugares” (Zarankin; Niro, 2006). Isto significou que a sua existência não foi oficialmente reconhecida pelas autoridades governamentais, e por esta razão os prisioneiros se transformam em detentos-desaparecidos. Diante dessas circunstâncias, os repressores puderam decidir com total liberdade o destino daqueles que se encontravam em seu interior.

Nesse sentido, podemos afirmar que os objetos nos conectam com o passado de diferentes maneiras, por representarem, por si só, atos comemorativos. Dessa forma, tornam presentes pessoas e acontecimentos que desejamos serem lembrados. A materialidade do mundo confere durabilidade e eficácia à memória, de modo que os objetos podem ser a representação material de uma memória que deve ser preservada, e é essa importância que lhes confere o seu caráter patrimonial. Como exemplo, analisamos o conjunto das antigas instalações da OBAN/DOI-Codi em São Paulo, reconhecido como patrimônio cultural em 2014, que articula a materialidade e memória de forma indivisível.

O DOI-Codi II EXÉRCITO (SÃO PAULO)

Metade do prédio destinado à 36ª Delegacia de Polícia e um edifício anexo projetado para ser um alojamento para policiais, localizados à Rua Tutóia, 921 em São Paulo foi o principal centro de investigação, inteligência, sequestro, interrogatório, tortura, morte e desaparecimento entre 1969 e

1983. Inicialmente denominada Operação Bandeirante (OBAN) – remetendo ao passado colonial e aos exploradores mercenários que serviram à Coroa Portuguesa –, essa estrutura se organizou num acordo entre o Governo do Estado de São Paulo e o Exército Brasileiro de maneira clandestina como um protótipo de um novo equipamento que atenderia à nova Diretriz de Segurança Nacional, que centralizou no Exército a atribuição de planejar e executar a segurança pública (Joffily, 2013, p. 51). À Oban competia a execução dessa centralização, já que

(...) Todos os órgãos desta Secretaria [de Segurança Pública] ao efetuarem prisões de indivíduos suspeitos de subversão, terrorismo, deverão providenciar o encaminhamento dos mesmos, de imediato, para a Operação Bandeirante (Rua Tutoia – 921 – Paraíso) (Joffily, 2013, p. 48) .

Financiada com recursos privados oriundos especialmente de doações voluntárias organizadas a partir da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) (Joffily, 2013, p. 43; Weichert, 2008; Souza, 2000 p. 13, 171; Dreifuss, 1986), a Oban contava com efetivos de distintas forças de segurança, majoritariamente policiais militares de São Paulo, policiais civis e do Exército (Joffily, 2013 p. 40; Godoy, 2015, p. 133-160).

A atuação da Oban entre sua criação (julho de 1969) e junho de 1970 foi considerada eficaz no objetivo de “identificar, localizar e capturar grupos subversivos que operavam na Segunda Região Militar, especialmente em São Paulo, com o objetivo de destruí-los ou pelo menos, neutralizá-los (...)” (Huggins, 1998, p. 175), tendo como principais feitos a prisão e assassinato sob tortura de Virgílio Gomes da Silva, da Ação Libertadora Nacional (ALN) e prisão de principais líderes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), cujo líder Carlos Lamarca, capitão do Exército, fora o responsável pelo “mito fundador” da Oban após fuga com um caminhão do Quartel de Quitaúna em 1969 (Joffily, 2013, p. 39, 49-50). Com isso, a estrutura construída na Oban serviu de base para a criação do Destacamento de Operações de Informações (DOI) – uma organização móvel e ágil – que se expandiu de São Paulo para outros estados do país: em 1970, Rio de Janeiro, Recife e Brasília; em 1971 Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Belém e Fortaleza; em 1974 Porto Alegre.

Oficiais, os DOI, subordinado ao Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) se tornaram o principal órgão de repressão do regime, um “órgão operacional responsável pelo combate às organizações subversivo-terroristas (...) que “tem por missão desmontar toda a estrutura de pessoal e de material dessas organizações, bem como impedir a sua reorganização” (Pereira, 1978, p. 16, 20).

O DOI-Codi operava na investigação, na captura de suspeitos, em interrogatórios e na análise de documentos e materiais apreendidos. Ocorre que a captura e o interrogatório sob tortura eram atividades extraleais, dessa forma, todo capturado era considerado um sequestrado e desaparecido por não poderem se comunicar com advogados e familiares, como relatam expressos em testemunhos. Assim, à margem da lei, os agentes empreendiam técnicas de interrogatório e tortura, que levaram muitos detidos à morte. Em uma estimativa dos procedimentos de repressão, um dos poucos documentos acessíveis do próprio DOI-Codi de São Paulo, datado de 19 maio de 1977, registrou a entrada de 6897 presos políticos que passaram pelas dependências do órgão até aquele momento, sendo que desses pelo menos cinquenta e um teriam sido mortos (Pereira, 1978 p.28).

Extinto oficialmente em 1982, o DOI-Codi/SP desocupou o espaço da Rua Tutoia e migrou para o Hospital Militar no bairro do Glicério, região central da cidade de São Paulo, com outro nome Subseção de Operações (SOOp), que funcionou até 1991, quando foi desmobilizado (Godoy, 2015). O órgão voltou à pauta pública por conta de um admirador público de Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante do Destacamento entre 1970 e 1974, o então deputado federal Jair Bolsonaro que, na votação pública pela abertura do processo de *impeachment* contra a Presidenta Dilma Rousseff em 2016, dedicou seu voto ao recém-falecido militar, qualificando-o como “o terror” da presidenta. Bolsonaro foi eleito Presidente da República em 2018 e entre 2019 e 2022 atentou não apenas contra a memória e a História do período da ditadura, mas também contra as instituições democráticas, incluindo uma tentativa de Golpe, frustrada, no início de 2023.

É nesse contexto que o tombamento do conjunto evidencia a complexidade do tema. Por um lado, a votação unânime pelo tombamento destacava uma convicção de ser um lugar de memória difícil, relacionado à violência do Estado durante o período da ditadura militar. A unanimidade refletiu um reconhecimento coletivo da importância histórica e do impacto traumático desses locais, permeada pelo contexto das apurações e debates públicos promovidos pela Comissão Nacional da Verdade. Por outro lado, manifestações sociais de parte da sociedade civil que defende a volta da ditadura, principalmente a partir de 2016, revelaram um lado adicional e menos resolvido da questão. Essas manifestações trouxeram à tona sentimentos e opiniões divergentes até então silenciosas, indicando que a memória coletiva sobre esses eventos ainda é objeto de disputa e reflexão contínua. Assim, o conjunto se torna um ponto focal onde múltiplas narrativas e interpretações históricas se encontram e se confrontam, revelando a complexidade e a profundidade das cicatrizes deixadas por um passado violento.

A ARQUEOLOGIA COMO EIXO NORTEADOR PARA A INSTALAÇÃO DE UM MUSEU-MEMORIAL

Com o ajuizamento da reivindicação⁵ para abertura ao público como Memorial⁶, destinação necessária e reivindicada desde o início dos estudos que conduziram ao tombamento, o edifício está sendo estudado e discutido

⁵ Em 2021, os promotores Eduardo Valério e Anna Trotta Yaryd ajuizaram ação com o objetivo de fazer com que o Estado de São Paulo transfira para sua Secretaria de Cultura parte do complexo que abrigou as instalações do DOI-Codi na capital. A ação requer ainda a elaboração de um projeto museológico para implementação no local de um memorial dedicado a promover reflexões sobre o período de exceção vivido pelo país durante a ditadura militar.”

⁶ NEVES (2014) aponta que um museu também tem caráter Memorial quando é caracterizado também como um lugar relacionado à memória que ali se pretende expor por meio da exposição e ocupação como museu. É o caso do prédio do Antigo Dops, que serviu como sede da polícia política de São Paulo e, por isso, também é um documento sobre a História do órgão e das pessoas que ali ficaram encarceradas. Ao longo do texto será utilizada a expressão museu-memorial, que justamente conjuga essas duas funções: a de ser um lugar de memória, com significado e sentido social, ocupado por um museu. É o mesmo entendimento defendido por Brito (2019), que entende que embora tais lugares sejam entendidos como museus, os trabalhos desenvolvidos para que a sua instalação ocorresse- que geralmente partem de lutas e disputas sociais- extrapolam a classificação convencional adotada pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM) até então. Em 2022, o ICOM ampliou a definição, mas ainda que tenha sido ampliada, considerando a participação da comunidade e a tarefa de contribuir para reflexão, educação e fruição, não abrange a especificidade e a responsabilidade de atuar em espaços considerados como lugar de memória.

pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional Memorial DOI-Codi/SP, reconhecido como Ponto de Memória pelo Ibram em junho de 2024. Neste grupo, foi definido em 2019 que os trabalhos para conduzir o debate e pressionar as decisões públicas pela transformação do espaço em museu iniciariam com pesquisas arqueológicas, previstas na Resolução de Tombamento.

O grupo vem coletando depoimentos de ex-presos e sequestrados políticos que passaram pelo DOI-Codi/SP, produzindo material importante e inédito para compreensão do espaço, a partir das contradições e dificuldades para se compreender o que aconteceu ali e também para conduzir o trabalho de pesquisa arqueológica, iniciado em agosto de 2023. Os trabalhos coordenados pelos professores Aline Carvalho (UNICAMP), Andrés Zarankin (UFMG) e Claudia R Plens (UNESP) visavam fazer uma primeira aproximação investigativa, iniciando por georreferenciamento, cadastramento como sítio arqueológico junto ao Iphan, pesquisa por meio de georadar e, finalmente, um levantamento do edifício por nuvem de pontos. A partir deste material, foi elaborada estratégia de investigação que resultou na abertura de cinco janelas de prospecção de piso, em que foram encontrados diversos vestígios de objetos que podem ajudar a confirmar alguns dos relatos – ainda em processamento pelo Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte – LAP/ UNICAMP. (Ils. 1, 2a e 2b)

O trabalho também consistiu na investigação forense, conduzida a partir de prospecção estratigráfica de paredes e pisos internos, resultando na identificação de dois pontos em que houve a reação a compostos químicos cujos vestígios estão sendo processados em laboratório, mas com potencial de indicarem material orgânico, além de inscrições ocultadas por camadas de tinta em um dos banheiros que remete a um calendário efetuado em 1970 (Plens *et al.*, 2025). (Il. 3).

Em paralelo ao trabalho de arqueologia, foram realizadas visitas mediadas abertas ao público aproximando a prática arqueológica da população, a realização de visita com ex-presos e sequestrados para contribuir com os trabalhos de escavações (Ils. 4a e 4b). Para esta visita, confirmando a dificuldade de lidar com um lugar como esse, alguns convidados declinaram o convite, mas

vários compareceram e conseguiram relatar parte de suas histórias, inclusive conjuntamente. Chama atenção nos relatos uma empatia coletiva entre pessoas que, mesmo sem se conhecer, reconhecem a dor do outro.



Ilus. 1, 2A e 2B: Localização e Trabalho de prospecção e escavação da equipe de arqueólogos da UFMG no antigo DOI-Codi/SP. Fonte: Fotografia de Tuanny Lima, Acervo LAP, 02 de agosto de 2023 (São Paulo).





Il. 3: Realização do decalque das inscrições no antigo DOI-Codi/SP.
Fonte: Fotografia Eder Martins, agosto de 2023.



Il. 4a: Estudantes do ensino básico interagem com os arqueólogos responsáveis pelas sondagens e ex-presos compartilham memórias relacionadas aos espaços com as equipes de Arqueologia.
Fonte: Fotografia de Tuanny Lima, Acervo LAP, 05 de agosto de 2023 (São Paulo).



Il. 4b: Ex-presos compartilham memórias relacionadas aos espaços com as equipes de Arqueologia.

Fonte: Fotografia de Tuanny Lima, Acervo LAP, 05 de agosto de 2023 (São Paulo).

Por fim, foram realizadas mesas de debates públicos em parceria com o Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo e com o Centro de Pesquisa e Formação do Sesc-SP, além de oficinas voltadas para professores e alunos dos ensinos fundamental e médio no espaço do complexo. A aproximação com a equipe da Delegacia, que continua em funcionamento, foi fundamental para o bom desenvolvimento dos trabalhos e também para compreender os desafios dos atuais policiais. Houve, ainda, parceria com o Memorial da Resistência, que permitiu a visita conjugada aos dois espaços, de duas escolas estaduais de São Paulo.

Tais atividades realizadas e as descobertas arqueológicas apontam para a vocação do conjunto dos antigos edifícios da OBAN/DOI-Codi/SP para abrigar um museu-memorial. Há ainda a necessidade de aprofundamento de pesquisas (arqueológicas, arquitetônicas), dos depoimentos que irão contribuir para a preservação e da forma de fazê-lo:

As questões arquitetônicas do edifício: utilização, transformações e como servia aos propósitos da OBAN e do DOI-Codi/SP – As pesquisas em curso, e futuras, que podem contribuir para a compreensão do conjunto, têm limitações intransponíveis. Mesmo com o acesso pleno a dois dos quatro edifícios e avanço de tecnologias de pesquisa, algumas informações foram perdidas em intervenções realizadas por vezes com o intuito de apagar marcas, por vezes, por pragmatismo no uso do espaço. Essas lacunas não são impeditivas da compreensão do edifício e dos fatos que por lá ocorreram. Pelo contrário, os apagamentos são camadas que também devem ser incorporadas ao patrimônio. Mostram a forma como, mesmo terminada a ditadura e as operações do DOI-Codi/SP, o tema foi tratado. Assim, é importante retomar a definição de Cesare Brandi “o restauro constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplice polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão ao futuro.” É durante as pesquisas, ato do presente, que serão acrescentados valores ao edifício como suporte da memória. Essa questão que parece um princípio simples, traz consigo uma flexibilidade que precisa ser explicitada. O ato de presente pressupõe que, a cada nova aproximação, novas informações e novos valores devem aderir ao bem, sem apagar ou cancelar leituras prévias. A sobreposição de camadas de memórias, mas também de apagamentos, deve estar colocada. Refletem o passar do tempo na constituição do lugar e na transformação da memória da ditadura ao longo do tempo.

O fato do prédio estar em uma área urbanizada da cidade – As operações clandestinas de prisão e tortura por parte dos militares tinham estratégias que se repetiam. Os espaços utilizados não eram escondidos ou camuflados. No caso da Argentina, um dos lugares era uma oficina de carros, ou um pequeno sobrado na área urbana. O DOI-Codi/SP, apesar de ter sido instalado no lote de uma delegacia de polícia e próxima à área do Comando do Sudeste II Exército, o conjunto OBAN/DOI-Codi/SP está localizado numa área urbanizada da cidade. A movimentação dentro do local e os barulhos podiam ser ouvidos pela vizinhança (Lemos, 2021), há relatos de vizinhos que de certa forma ficavam reféns da situação: de um lado o horror daqueles que sofriam as torturas, de outro a sociedade

que, sem participação direta, era cúmplice do que acontecia e também aterrorizada indiretamente. Além disso, há uma persistente oposição por parte de moradores do bairro que mobiliza contra a criação do memorial e a recuperação da história do local. A intenção de apagamento pode ser entendida por diversas perspectivas, a mais evidente é o desejo de negar e ocultar as ações do governo militar durante a ditadura. Outra perspectiva envolve a sensação de segurança ligada à permanência da delegacia de polícia, que poderia ser removida com a criação do memorial.

A permanência da delegacia – O edifício da delegacia que fica na parte anterior do lote junto a Rua Tutoia, foi construído entre 1960 e 1962, antes, portanto, das operações da OBAN/DOI-Codi/SP. Parte do edifício da delegacia, entretanto, foi utilizada pelo Doi-Codi tanto para questões administrativas do órgão como para encarceramento e salas de interrogatório e tortura (Neves, 2013). A presença da polícia no conjunto é um tema que merece reflexão mais profunda. Uma abordagem desejada por ex-presos (Neves, 2018) seria a retirada da polícia do local com a instituição do Memorial. No entanto, a presença policial também possui aspectos a serem considerados; o estranhamento e constrangimento de ter no edifício uma ocupação que recupera a memória da violência policial, cuja corporação que colaborava com os crimes segue presente, pode ser considerado um atributo a ser preservado.

A sensibilidade em conectar o passado e o presente, mesmo diante de temas traumáticos, evidencia o potencial do edifício para além de qualquer intervenção. O acesso aos edifícios do fundo do lote objeto das pesquisas arqueológicas realizadas em agosto de 2023, até esse momento, é feito pelo mesmo da delegacia. Se por um lado há um desconforto nesse percurso, como já foi levantado anteriormente, parte dessa relação faz parte da história e que reflete a relação dúbia da sociedade com a delegacia. Retirar essa atividade pode ser uma solução apaziguadora, mas pode ser também um apagamento das contradições que o tema apresenta. É um debate que precisa ser feito.

A relação com o terreno na cota alta – Há pouca informação sobre a área em cota mais alta com acesso pela Rua Tomás de Carvalhal, construída pelo DOI-Codi/SP, também ocupado por um departamento da Polícia Civil. Além da utilização do prédio, a passagem de um terreno ao outro era feita por meio de rampa que foi demolida e garantiu a separação do lote em duas partes. Pesquisas futuras podem ajudar a compreender os fluxos de pessoas e de carros entre os dois lotes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação de um memorial no espaço passa por discussões amplas e aprofundadas, especialmente acerca da atuação do campo da museologia, em especial a museografia e expografia. Essas disciplinas pressupõem uma mediação com o público: “o que” e “como” apresentar e contar, considerando que se tratam de memórias traumáticas de violência e de dor a quem viveu essa história (Lima, 2022). É o que Didi-Hubermann questiona em *Cascas*: “o que dizer quando Auschwitz deve ser esquecido em seu próprio lugar, para constituir-se como um lugar fictício destinado a lembrar Auschwitz?” (Didi-Hubermann 2017, p. 108). Apesar de casos bem-sucedidos, como o Museo Sitio de Memoria ESMA em Buenos Aires, não há um modelo único capaz de lidar com a complexidade de cada situação específica. Mas há caminhos possíveis, como aponta Huyssen (Huyssen, 2007 p. 159), que propõe uma abordagem que se adapta à nova realidade do edifício, utilizando “uma estratégia mnemônica que reconhece o acontecimento em toda a sua alteridade, para além da identificação ou da empatia terapêutica, mas que é fisicamente percorrida por algo de horror e dor graças a um lento e persistente trabalho de memória”.

Qualquer imagem, texto, apresentação de nome precisa ser discutida com as suas variadas possibilidades de leitura e com a comunidade que vivenciou suas histórias no antigo DOI-Codi/SP. Diferente de outros espaços de exposição, um lugar de memória tem por premissa evidenciar ser o edifício e seu entorno, o objeto de apreensão e de reflexão, buscando o envolvimento – incluindo uma tentativa de “emocionar” – o visitante a partir de mediação, que se revela importante nesses memoriais. A proposta presente no

Museo Sitio de Memoria ESMA de “um lugar cômodo para os incômodos e incômodo para os cômodos” demonstra que a forma de comunicar respeita o edifício, os sobreviventes, é rigoroso com a pesquisa científica e com a História. É nesse ponto que o campo da preservação, a partir do “restauro-crítico” estabelece diretrizes que amparam os processos, sem jamais dar uma fórmula, mas indicando práticas que devem ser observadas com ética e respeito ao documento.

Contribui para o sucesso desta intenção a utilização de novas tecnologias que permitem detectar informações importantes em diversos materiais. A pesquisa de arqueologia forense conduzida no antigo DOI-Codi/SP pela equipe da Prof^a. Claudia R. Plens valeu-se do emprego do Luminol – um reagente quimioluminescente que reage na presença de ferro, podendo assim identificar traços de material biológico; essa técnica pode ser aplicada em diversos dos objetos encontrados – ou a serem encontrados nas pesquisas tanto no antigo DOI-Codi/SP quanto em outros espaços com história similar. Um ponto de consideração na definição das próximas etapas de pesquisa no antigo DOI-Codi/SP é a utilização de outras técnicas químicas ou físicas; é necessário ponderar e avaliar o custo benefício de técnicas potencialmente invasivas que podem colocar em risco a integridade de um documento. Quais os limites da investigação? Onde e quando se determina o aprofundamento de investigações em cada objeto? Os parâmetros do restauro-crítico, que inclui as prospecções arqueológicas, contribuem para entender até onde se segue, já que o processo é sempre invasivo.

As pesquisas realizadas até agora não pretendiam estabelecer protocolos gerais de preservação, mas demonstrar a potencialidade e a relevância de um estudo aprofundado e não apressado que então poderão conduzir ao estabelecimento de diretrizes específicas para o antigo DOI-Codi/SP. Ou seja, elabora uma autoconsciência – epistêmica e hermenêutica – que nos permita pensar de maneira integrada tanto sobre o objeto em questão quanto sobre as ferramentas histórico-críticas necessárias para abordá-lo (Reichlin, 2011). Uma vez tombado, o edifício está protegido e junto dele as informações que estão aderidas ao seu corpo, incluindo as informações ainda não reveladas.

A proposta tem sido, até agora, adotar as melhores práticas de preservação e pesquisa, alinhadas com as recomendações referendadas por corpos de profissionais em debates internacionais e o conhecimento de cada pesquisador participe das pesquisas no antigo DOI-Codi/SP. Longe de se constituir num protocolo de atuação, a preservação e a pesquisa sobre a OBAN/DOI-Codi/SP de São Paulo são as mais avançadas no cenário brasileiro de investigações em lugares de memória relacionados a violações de direitos humanos durante a ditadura civil-militar. Justamente por esta razão, está sujeita a críticas, mas de inegável contribuição ao campo do patrimônio, inter e multidisciplinar por natureza.

AGRADECIMENTOS

Queremos expressar nosso agradecimento aos apoios institucionais nacionais e internacionais que recebemos: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Reitoria da Universidade Estadual de Campinas, Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais, Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, Laboratório de Estudos Arqueológicos (LEA/UNIFESP) e o Grupo de Pesquisa CNPq “Núcleo de Estudo e Pesquisa em Arqueologia e Antropologia Forense” (NEPAAF/LEA/UNIFESP), UPPH (Secretaria da Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo), Memorial da Resistência de São Paulo, Núcleo de Preservação da Memória Política, IPHAN-SP, Laboratório de Estudos Antárticos em Ciências Humanas (LEACH), Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFMG, Instituto Multidisciplinar de História e Ciências Humanas (IMHICIHU-CONICET) da Argentina, ICOMOS Brasil e SESC-SP, Centro de Preservação Cultural - USP, Promotora de Direitos Humanos - Área de Inclusão Social do Ministério Público de São Paulo, Polícia Civil do Estado de São Paulo e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº6.683 de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências.

CARBONARA, Giovanni. *Tendencias actuales de la restauración en Italia*. Loggia Arquitectura y restauración, nº. 6, 1998, p. 12-23

CHOAY, Françoise. *A regra e o modelo*. São Paulo: Perspectiva, 1985.

- CHOAY, Françoise. *Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, UNESP, 2001.
- DIDI-HUBERMAN, George. *Cascas*. Editora 34, 2017
- DIDI-HUBERMAN, George. *Images malgré tout*. Paris: Minuit, 2003
- DOGLIONI, Francesco. *Nel restauro: progetti per le architetture del passato*. Venezia: Università IUAV, 2008.
- GONÇALVES, Cristiane Souza. *Restauração arquitetônica: a experiência do SPHAN em São Paulo 1936-1975*. São Paulo: Annablume, 2008.
- HOBBSAWN, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HUYSEN, Andreas. *En busca del futuro perdido: cultura y memoria en tiempos de globalización*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2007.
- HUYSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismo, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014
- LIMA, Fernanda Luiza Teixeira. *1987-Luz e sombra: lembranças e esquecimentos sobre as ditaduras militares do Brasil e do Chile no “Memorial da Resistência” e no “Museo de la Memoria y de los Derechos Humanos” (1990-2018)*/Fernanda Luiza Teixeira Lima. Campinas, SP : [s.n.], 2022.
- MARINS, Paulo César Garcez. Trajetórias de preservação do patrimônio cultural paulista. In: SETUBAL, Maria Alice. (Org.). *Terra paulista: trajetórias contemporâneas*. São Paulo: IMESP, Cenpec, 2008.
- MARTÍNEZ, Ascensión H.. *La clonación arquitectónica*. Madrid: Siruela, 2007
- NEVES, Deborah Regina Leal. Parecer Técnico UPPH nº GEI-256-2012, In: CONDEPHAAT. Processo 66578/2012. Pedido de tombamento do edifício onde funcionou o Doi-Codi-II Exército na 36ª Delegacia de Polícia. Rua Tutoia, 921, Paraíso, Capital. São Paulo, 2010, p. 391-538, V. III
- NEVES, Deborah R. L. *A persistência do passado: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2014.
- NEVES, Deborah R. L.. DOI-Codi ii exército: a experiência de preservação de um patrimônio sensível. In: *Dossier Ditadura Militar no Brasil*. Contenciosa, nº. 8, 2018. DOI-Codi ii exército: a experiência de preservação de um patrimônio sensível
- PLENS, Cádúia R.; TOGNOLI, Anderson; ZARANKIN, Andrés; CARVALHO, Aline ; NEVES, Déborah Regina; OKSAMN, Silvio. Vestígios do Tempo no Cárcere. In: *Revista de Arqueologia*, V. 38, p. 1-22, 2025.
- REICHLIN, B. Pedretti (a cura di). *Riuso del patrimonio architettonico*: Quaderni dell'Accademia di architettura di mendrisio. Università della Svizzera Italiana. Silvana Editoriale-Mendrisio Academy. Press, Cinisello Balsamo-Mendrisio, 2011.
- RICCEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: UNICAMP, 2007
- ROBIN, R. *A memória saturada*. Campinas: UNICAMP, 2016.

ROSSI, Aldo. *A Arquitetura da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RUBINO, Silvana Barbosa. Parecer, 2013. In: CONDEPHAAT. Processo 66.578/2012. *Pedido de Tombamento do Edifício onde funcionou o Doi-Codi-II Exército na 36ª Delegacia de Polícia*. Rua Tutoia, 921, Paraíso, Capital. São Paulo, 2010.

RUSKIN, John. *A lâmpada da memória*. Cotia: Ateliê, 2008.

SÃO PAULO (Governo). Resolução 28 de 08 de julho, publicado no DOE 07/07/99, p. 24 (SC-28/99). Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/abf41_RES.%20SC%20N%2028%20-%20Edificio%20antigo%20DOPS.pdf. Acesso em: 30.jun.2024.

SÃO PAULO (Governo). Resolução de Tombamento: Resolução 25 de 12/05/14. Dispõe sobre o tombamento do Conjunto das antigas instalações da OBAN e DOI-Codi. Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/conjunto-das-antigas-instalacoes-da-oban-e-doi-codi/>. Acesso em: 30.jun.2024.

UNESCO Nara Conference on authenticity. Paris: Unesco, 1995.

WEICHERT, Marlon Alberto. O financiamento de atos de violação de Direitos Humanos por empresas durante a Ditadura Brasileira: responsabilidade e verdade. In: *Revista Acervo*. Rio de Janeiro, V. 21, nº 2, p.181-190, jul/dez.2008.

AUTORES

- ^I Arquiteto e Urbanista pela Universidade de São Paulo (1998), com mestrado, doutorado e pós-doutorado na mesma área, também pela Universidade de São Paulo. Atualmente, é coordenador do curso de Arquitetura e Urbanismo do Ibmecc SP.
- ^{II} Professor Titular FAFICH-UFMG (Departamento Antropologia e Arqueologia). Antropólogo (Orientação em Arqueologia na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires, Doutor em História na Unicamp e Pós-doutor em Arqueologia no CONICET.
- ^{III} Historiadora (História pela Universidade Federal de Ouro Preto- UFOP), Mestre História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Doutora em História (Universidade Estadual de Campinas - Unicamp) e Pós-doutoranda em Arqueologia (Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG).
- ^{IV} Historiadora-Bacharel e licenciada (Universidade de São Paulo), Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo, Doutora em História (UNICAMP), Pós-Doutorado na UNIFESP, Especialista em Investigación en Historia Reciente (Caicyt-Argentina) e Gestão do Patrimônio Cultural pela UNIFAI. Pesquisadora de, bolsista Fapesp.
- ^V Pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da Unicamp (NEPAM), Co-responsável pelo Laboratório Interdisciplinar do Patrimônio, Comunidades e Ambiente (LIPAC/- Nepam Unicamp). Docente dos programas de Pós-graduação em História(IFCH- Unicamp) e em Ambiente e Sociedade (Nepam/Unicamp). Mestre em História Cultural (História-IFCH Unicamp, Doutora (Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais- Nepam-IFCH Unicamp)
- ^{VI} Arqueóloga. Professora Associada 3 da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, Departamento de História (Arqueologia Histórica), Coordenadora do Laboratório de Estudos Arqueológicos (LEA UNIFESP), Professora da Licenciatura Intercultural Indígena (LINDI/UNIFESP) e do Programa de Pós-Graduação em História da UNIFESP.

EL PROYECTO PARA LA ARQUEOLOGÍA*

MARÍA MARGARITA SEGARRA LAGUNES**

segarra.lagunes@uniroma3.it



10.64082/phs.2024.02.4.7

RESUMO ABSTRACT

En los últimos cincuenta años, la investigación arqueológica se ha ampliado considerablemente para sacar a la luz patrimonios de extraordinario interés. Sin embargo, esos yacimientos enfrentan hoy serios problemas de comprensión y de conservación. A través del análisis de algunos casos emblemáticos, se ilustra en qué modo la arquitectura puede dar una útil contribución a la interpretación y valorización de ese patrimonio arqueológico.

Palabras clave: Proyecto arquitectónico; arqueología; restauración; valorización

The project for archaeology

Over the last fifty years, archaeological research has expanded considerably to bring to light heritage sites of extraordinary interest. However, these sites are currently facing serious problems of understanding and conservation. Through the analysis of some emblematic cases, we will illustrate how architecture can make a useful contribution to the interpretation and valorisation of this archaeological heritage.

Keywords: Architectural design; archaeology, restoration; valorisatio.

* El tema ha sido abordado por la autora en M. M. Segarra Lagunes, *Architettura per l'archeologia*. En: *Rassegna di Architettura e Urbanistica*, n°. 151, enero-abril de 2017, p. 8-17. El presente texto fue publicado en italiano, con algunas diferencias, en M. M. Segarra Lagunes, *Il progetto per l'archeologia*, en L. Franciosi, C. Casadei, L. Pujia (ed.), En: *Architettura per l'archeologia*, Aión Edizioni, Firenze 2019, p. 34-43.

** Arquitecta Urbanista (Universidad La Salle da Cidade do México, especialista em Architectural Conservation e Conservation Préventive dans les Musées pelo International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM), em Roma, Doutora em História e Conservação da Obra de Arte e de Arquitetura (Università Roma Tre). Pesquisadora e professora de restauração arquitetônica no Departamento de Arquitetura da Università Roma Tre.

ZONAS ARQUEOLÓGICAS EN LOS ALBORES DEL SIGLO XXI

DESDE LA SEGUNDA MITAD DEL SIGLO XVIII, cuando la atención a las civilizaciones del pasado comenzó a cobrar mayor importancia, la disciplina arqueológica, que se funda precisamente en ese Siglo de las Luces, no ha dejado de evolucionar, perfeccionando día tras día sus métodos de investigación. Pero si en un principio se basaba en una curiosidad centrada en el descubrimiento de obras de valor material o artístico, poco a poco el interés se ha ido ampliando hasta incluir un sinfín de materiales y objetos relacionados con la vida cotidiana y las costumbres de los pueblos de la antigüedad, lo que ha supuesto ampliar las fronteras de la investigación de forma ilimitada: hoy en día todo (o casi todo) es susceptible de ser investigado y estudiado.

Por otro lado, el siglo XIX se caracterizó por las grandes campañas de estudio emprendidas no sólo en la cuna de la cultura clásica – Grecia, Roma – sino también en yacimientos de civilizaciones lejanas y desconocidas, enriqueciendo los conocimientos hasta entonces alcanzados por la sociedad europea. Así partieron las primeras expediciones hacia Egipto, Oriente Medio, India y los lejanos territorios del continente asiático y, en sentido contrario, hacia América, especialmente en aquellos lugares en donde los testimonios del pasado mostraban una indiscutible grandeza monumental. Poco a poco, se fueron recuperando palacios, templos, barrios, plazas y calles en medio de la selva, de las dunas del desierto, de las capas de hielo, pero también testimonios grabados o pintados en cuevas de montaña, monumentos megalíticos prehistóricos y antiguos santuarios que habían permanecido ocultos y olvidados durante muchos siglos.

Paralelamente a esos descubrimientos, la disciplina de la restauración desarrolló sus métodos de intervención, con el fin de actuar con mayor conocimiento en ese patrimonio que se multiplicaba progresivamente. Durante la primera mitad del siglo XX, las grandes operaciones de rescate y restauración confirieron una identidad inconfundible a numerosos yacimientos arqueológicos de los cinco continentes: Pompeya, Chichén Itzá, Machu Picchu, Delfos, Palmira, Giza, Angkor, por nombrar solo algunos.

Hasta mediados del siglo, el número de sitios abiertos al público, en comparación con la situación actual, fue muy limitado y los recursos asignados a las intervenciones eran suficientes para preservarlos adecuadamente y dotarlos de la infraestructura informativa necesaria para satisfacer la demanda del turismo naciente, todavía de élite, que comenzaba a vislumbrarse en el horizonte.

Esta situación cambia radicalmente en la segunda mitad del siglo XX: por un lado, las áreas excavadas siguieron aumentando considerablemente, la protección del patrimonio se extendió con mayor rigor a todo el territorio y los intereses de la investigación se expandieron aún más. Paralelamente, los usuarios de estas zonas – viajeros y turistas – fueron aumentando exponencialmente, afectando significativamente la oferta y la demanda turística.

De ser un pasatiempo para unos pocos intelectuales cultos y refinados, la visita a los yacimientos arqueológicos se ha convertido, en las primeras décadas del siglo XXI, en una actividad de masa: siete y medio millones de visitantes, con picos de tres mil presencias en una hora, es la cifra récord que alcanzó el Coliseo de Roma en 2019.

Se trata, evidentemente, de un proceso irreversible e imposible de detener: desde el Foro Romano hasta el Templo Mayor de la Ciudad de México, desde Xi'an hasta Éfeso, los conocimientos adquiridos y los tesoros encontrados han sido tan apasionantes que han animado a los especialistas y a las autoridades a continuar sus estudios e investigaciones sin vacilación y, por lo tanto, a seguir ampliando el alcance de las áreas excavadas; en consecuencia, el número de visitantes seguirá aumentando en las próximas décadas, planteando serios problemas de comprensión por parte de ese público que, como se ha dicho, es muy diferente del visitante del siglo XIX o de la primera mitad del siglo XX: es cada vez más numeroso, menos preparado y pasa menos tiempo visitando o explorando los yacimientos.

Del mismo modo, hay otra cuestión a recordar y es que estas excavaciones arqueológicas modifican de forma irreversible el entorno consolidado ya sea con fosos arqueológicos, que se abren paso en las plazas o calles de la ciudad histórica, para mostrar restos en muchos casos incomprensibles para el público en general, o con edificaciones que no protegen adecuadamente los vestigios, ni se integran armoniosamente en los paisajes rurales o urbanos que a los contrario habían alcanzado un estado de equilibrio a través de los siglos y a los que hoy reconocemos un valor indiscutible.

La conservación de estas ruinas, su restauración y, en particular, su integración en las dinámicas urbanas o territoriales actuales debe enmarcarse en una visión mucho más amplia y con herramientas que no pueden seguir siendo únicamente las del conocimiento y la investigación arqueológica, sino las más complejas del diseño arquitectónico.

Los temas en los que la arquitectura está llamada a colaborar conciernen varios aspectos: la interpretación y la presentación de los restos y su protección y conservación, a los que se añade otra cuestión, ciertamente

no secundaria, relacionada con la calidad de las intervenciones. Se trata de ámbitos que, como se ha mencionado, deben ponerse en relación a través del proyecto arquitectónico, lo que puede implicar, dejando a un lado todo dogmatismo, soluciones muy diferentes, dependiendo del estado de los vestigios, del contexto cultural en el que se inscriben, de las tradiciones locales y de muchos otros factores materiales e inmateriales. Por lo tanto, el proyecto podrá adoptar lenguajes y métodos de intervención completamente diferentes, de acuerdo con los objetivos perseguidos y las características específicas del lugar: a veces se optará por reconstrucciones o anastilosis, en otros casos se seguirá una línea de diferenciación contemporánea, o bien se elegirá el mantener el *status quo* del sitio para que permanezca inalterado o se adoptarán formas de continuidad con estas ruinas, incorporándolas en nuevas edificaciones. (Ils. 1, 2, 3, 4 y 5)



Il. 1: Conjunto llamado “Cento Camerelle” en la Villa del emperador Adriano en Tívoli (Italia), para el cual se elaboró el proyecto de restauración y reutilización como depósito de material arqueológico. Para ello se efectuaron reintegraciones de los flancos de las aberturas que permitieron colocar rejas, completamente invisibles desde el exterior. La excavación dio también lugar al descubrimiento de dos calzadas de acceso a la villa: una de servicio, conectada con los pasajes subterráneos, y otra a un nivel más alto, de tipo ceremonial. Proyecto: M. Manieri Elia, con G. Manieri Elia, M. M. Segarra Lagunes, 1997-2002.
Fuente: Archivo M. Segarra Lagunes.



Il. 2: Concurso internacional para la restauración del Mausoleo de Augusto y revitalización de la Piazza Augusto Imperatore en Roma (Italia). Primer premio. Proyecto: F. Cellini con M. M. Segarra Lagunes *et al.*, 2006. En curso de realización.

Fuente: Archivo M. Segarra Lagunes.

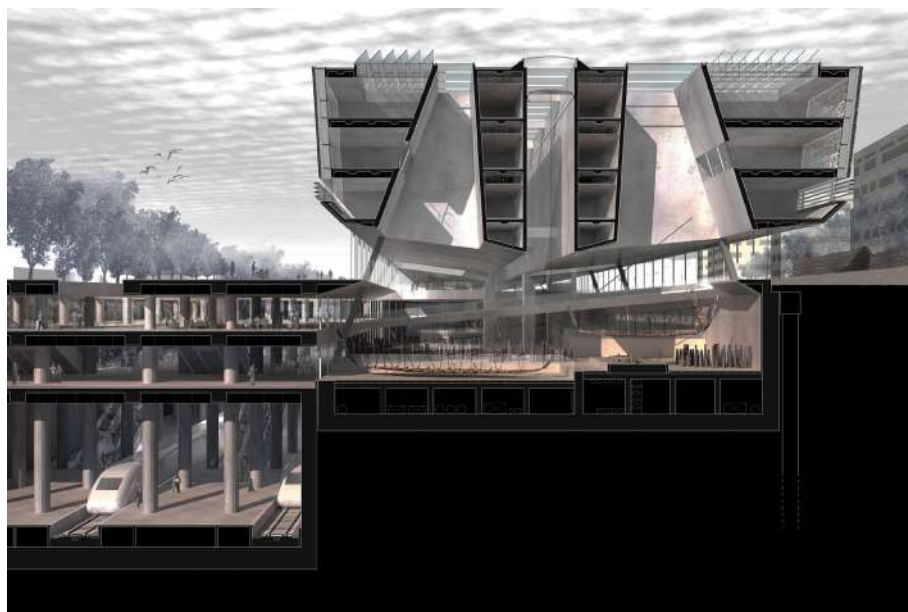
Il. 3a e 3b: Concurso internacional para la restauración del Mausoleo de Augusto y revitalización de la Piazza Augusto Imperatore en Roma (Italia). Primer premio. Proyecto: F. Cellini con M. M. Segarra Lagunes *et al.*, 2006. En curso de realización.

Fuente: Archivo M. Segarra Lagunes.





Il. 4: Concurso internacional de ideas para el mejoramiento de la zona de Porta Nuova como perno funcional equipado entre el Parque Arqueológico y el Centro Histórico de Marsala (Italia). Primer premio. Proyecto: F. Cellini con M. M. Segarra Lagunes, Nicola Piazza y Giovanni Nuzzo, 2008. No realizado.
Fuente: Archivo M. Segarra Lagunes.



Il. 5: Concurso internacional para el Yenikapi Transfer point y el Parque arqueológico en Estambul (Turquía). Primer premio ex aequo. Proyecto: Francesco Cellini, con Insula Architettura, Atelye'70, Bolliger + Grohmann Consulting, M. M. Segarra Lagunes, 2012. No realizado.
Fuente: Archivo M. Segarra Lagunes

ALGUNAS PARADOJAS DE LAS INTERVENCIONES EN LOS YACIMIENTOS ARQUEOLÓGICOS

Falso/auténtico, temporal/permanente, mimético/distinguible, reversible/irreversible: estas son algunas de las paradojas que condicionan cotidianamente las intervenciones en los yacimientos arqueológicos. Algunas de ellas derivan típicamente de los principios de restauración que se fueron estableciendo en la labor de arquitectos y arqueólogos durante el siglo XX, pero que se han convertido gradualmente en la aplicación mecánica de prescripciones abstractas, sin un razonamiento completo sobre la esencia y los significados profundos de las ruinas y el papel que éstas juegan en la historia de cada lugar.

Poco a poco, la intervención en los restos arqueológicos dejó de ser, ya en la segunda mitad del siglo XX, un problema de proyecto – cultural, en primer lugar, pero también arquitectónico – para convertirse en la simple adopción de postulados genéricos: reversibilidad, diferenciación – con infinitos métodos y técnicas – de las partes nuevas con respecto a las antiguas, conservación – siempre un poco discutible – de la autenticidad. Postulados que sin duda son irrenunciables, siempre y cuando se elaboren a través de un proyecto arquitectónico.

Paolo Marconi señalaba hace unos años cómo, a partir de los años sesenta, se había consolidado en Italia “la convicción de que la restauración arqueológica debía consistir esencialmente en la consolidación de las ruinas de los edificios derrumbados”, lo que había producido

un impresionante fenómeno de reducción a la ruina de esas ruinas”, convertidas en “montones de piedras y maleza” [...] expuestos al clima, a la contaminación, a los terremotos y al desgaste del público, con un *crescendo* catastrófico de derrumbes, pequeños y grandes.

Así, prevaleció “una concepción pintoresca y romántica de los paisajes en ruinas, sin tener en cuenta su significado arquitectónico”¹.

¹ P. Marconi, Il restauro della Casa delle Nozze d'Argento in Pompei. En: M. M. Segarra Lagunes (ed.), *Progetto archeologico, progetto architettonico*. Gangemi, Roma 2007, p. 217-218.

De hecho, hoy, ante una ruina, ¿cuántas veces nos preguntamos en dónde reside su autenticidad? ¿Solo en los datos materiales (a menudo incomprensibles)? Y, cuando se realiza una intervención de restauración convencional (reversible, distinguible, respetuosa de la autenticidad) ¿de qué reversibilidad estamos hablando? ¿Existe realmente? O, hablando de reconocibilidad, ¿qué significan esos infinitos códigos que arqueólogos y arquitectos han inventado para tratar de diferenciar lo nuevo de lo viejo, introduciendo al observador en una Babel en la que las lenguas se confunden y ya nadie es capaz de entender? ¿Y qué decir de esas prótesis modernas, deliberadamente contrastantes (como si alguien pudiera confundirse), que se añaden al edificio sin intentar establecer ninguna conexión con las preexistencias?

Veamos, por ejemplo, las cubiertas para resguardar las ruinas. No podemos decir que realmente cumplan su papel de protección: los agentes atmosféricos siguen actuando, dañando los restos y en algunos casos aumentando el deterioro con la aceleración del viento, con efectos invernadero, con humedades y asoleamientos no deseados. Ni siquiera contribuyen a la lectura y a la comprensión de las ruinas: son cuerpos extraños, que tampoco se hacen cargo de explicar al público qué función cumplían esos vestigios de la antigüedad (¿eran casas? ¿habitaciones de servicio, locales públicos o privados?). No revelan ni sus características arquitectónicas (¿estaban cubiertos? ¿eran patios o zonas exteriores?), ni la relación que existía entre los espacios. ¿Cuáles eran los niveles de iluminación en el interior? ¿Qué altura tenían sus tejados? Toda esa información sería de gran utilidad para el público, especializado y no especializado, y le ayudaría a comprender los usos y la forma de estas construcciones, que hoy se encuentran en un estado fragmentario e incompleto, pero que alguna vez fueron edificios, desempeñaron roles precisos, proporcionaron refugio y protección, dieron cobijo a quienes allí vivían.

Afortunadamente, la vieja y ya un poco oxidada concepción de la restauración del siglo XX está siendo superada poco a poco por las reflexiones maduras en el seno de las instituciones internacionales y por los numerosos casos que han centrado el discurso en los temas de

la interpretación, la comprensión y el significado del patrimonio cultural en un mundo inevitablemente globalizado. Por lo tanto, es evidente que sea urgente abordar el problema de manera diferente y determinante, frenando las falsas ideas de protección basadas únicamente en la errada o banal interpretación, igualmente falsa, de los principios que subyacen a la conservación y la restauración.

PRECURSORES DEL BINOMIO ARQUITECTURA Y ARQUEOLOGÍA

El tema, que hoy ocupa un lugar central en el debate arquitectónico, no es nuevo. Sin ir más allá de la segunda mitad del siglo XX, podemos recordar algunas intervenciones que marcaron una línea de actuación muy definida en la que la adición contemporánea jugaba un papel importante, pasando a formar parte de la historia evolutiva del lugar, sin renuncias ni falsas modestias, aportando todos aquellos elementos que contribuían a mejorar la lectura de las ruinas, a la vez que aseguraban su conservación. A pesar de ser una opción interesante, este camino no tuvo la resonancia que merecía y estas intervenciones fueron proscritas y destinadas a no ser continuadas en los años siguientes.

Entre otras, podemos mencionar las estructuras diseñadas por Franco Minissi para la villa romana del Casale en Piazza Armerina, construidas en varias fases entre 1958 y 1980: aunque muy debatidas – hasta el punto de haber sido desmanteladas recientemente – han sido un ejemplo relevante de una actitud que, a través del uso de materiales contemporáneos –acero, vidrio, plexiglás –, intentó reinterpretar en clave moderna los volúmenes de la villa de principios del siglo IV d.C., asegurando que los interiores contaran con luz natural, lo que permitía apreciar los magníficos mosaicos del pavimento, al mismo tiempo que, mediante un sistema de pasarelas suspendidas, se facilitaba la visita ordenada del público, evitando que entrara en contacto directo con los mosaicos romanos².

Pero también vale la pena mencionar el proyecto de Mario Pani y Ricardo de Robina para la plaza de las Tres Culturas en la Ciudad de México en la que, a través de un sistema de pasillos elevados que recorren las ruinas,

² Cf. B. A. Vivio, Franco Minissi. *Museos y restauraciones: la transparencia como valor*. Gangemi, Roma 2010, p. 73-81.

la intervención permite distinguir la compleja estratigrafía de la antigua pirámide de Tlatelolco, destacando, simultáneamente, tres momentos históricos significativos del pasado mexicano: el prehispánico, el virreinal y el contemporáneo. De esta manera, conviven las estructuras del antiguo centro indígena, sede de un importante mercado antes de la conquista española, la iglesia de Santiago, fundación franciscana del siglo XVI, y el conjunto habitacional de Nonoalco Tlatelolco, diseñado como ejemplo de modernidad, formando simbólicamente una síntesis histórica del México actual³.

En Perú, muy polémica, pero de gran interés, fue la intervención de Arturo Jiménez Borja en las ruinas de Puruchuco, excavadas a finales de los años cincuenta. El médico y etnógrafo peruano – que escribe sobre el sitio “la distribución espacial en Puruchuco es limpia geometría. Recuerda a Mondrian”,⁴ – lleva a cabo una operación de valorización del área⁵, reintegrando las frágiles estructuras de adobe con técnicas y materiales similares, pero no idénticos, a los originales, y restaurando los techos por analogía con otros edificios de la región⁶. Si bien la crítica posterior juzgó la intervención de Jiménez Borja con excesiva severidad, no cabe duda de

³ Cfr. R. de Robina, Plaza de las 3 culturas. En: *Arquitectura México*, nº. 94-95, junio -septiembre 1966, p. 213-220; cfr., además, M. Larrosa, Mario Pani. En: *Arquitecto de su época*, UNAM, México 1985; Mario Pani Darquí, UNAM, México 1990; L. Noelle, Mario Pani. *Una visión moderna de la ciudad*. Conaculta, México 2000; G. De Garay. *Mario Pani, vida y obra*. UNAM, México 2004; M. Adrià, *Mario Pani. La construcción de la modernidad*. Conaculta-Gustavo Gili México, México 2005; L. Noelle (a cura di), *Mario Pani*, UNAM, México 2008.

⁴ A. Jiménez Borja. *Puruchuco*, Biblioteca Nacional de Perú, Lima 1988, p. 10.

⁵ Citando las Normas de Quito de 1967, Jiménez Borja ilustra el significado de la valorización de un sitio: *En otras palabras, poner en valor equivale a poner productividad una riqueza inexplorada, mediante un proceso de revalorización* que, lejos de disminuir su significación puramente histórica o artística, la incrementa transfiriéndola *del dominio exclusivo de las minorías eruditas al conocimiento y disfrute de las mayorías populares*; cf. *ibíd.*, p. 38; cf. también *Normas de Quito*, ICOMOS, 1967, en <http://www.icomos.org/charters/quito.htm>.

⁶ *Al consolidar se puso mucho cuidado en diferenciar todo aquello que se restituía por falta, de lo que por ser antiguo debía quedar intacto. Es decir, nadie así quedaría engañado: lo nuevo y lo viejo están a la vista. Empero, conviene decir, se hizo lo posible para que este contraste no fuera chocante*; *ibíd.*, p. 38. *Al principio pensé que sería útil repetir las viejas técnicas prehispánicas, incluso imitando el tamaño de los adobes antiguos. Este impulso duró poco: inmediatamente me di cuenta que al cabo de unos años, envejecidos los materiales, nadie sabría cuál era lo viejo y cuál lo nuevo. Así, desde el inicio, se utilizó adobes de tamaños actuales que establecieran en el futuro diferencias nítidas y no se repitió técnicas antiguas por temor a conducir a engaño*, *ibíd.*, p. 40 y 41.

que la operación también garantizó una mejor conservación de los restos de tierra cruda, además de ofrecer una lectura clara de la arquitectura del palacio.

A propósito de la combinación de arquitectura y arqueología, no podemos olvidar el proyecto de Dimitris Pikionis para los senderos de la Acrópolis y el Pnyx: una intervención extraordinariamente poética y atemporal que, sin renunciar a ser moderna, evoca al mismo tiempo tiempos gloriosos y épicos, pero también la intimidad doméstica del olivo y el aroma del romero, compañeros de aquellos caminos solitarios en los que el ensamblaje de antiguos fragmentos de mármol, colocados para formar un mosaico de valor plástico excepcional, constituye la reescritura de un patrimonio que renace en una nueva forma y se proyecta sin límites hacia el futuro⁷.

EL RETO ACTUAL

Volviendo ahora al tema central de este texto, podemos observar, a través de innumerables ejemplos, cómo los caminos posibles son infinitos y confirman cómo la sensibilidad y la intuición de los arquitectos son las claves que ofrecen respuestas convincentes, cuando se ha logrado captar la especificidad del lugar para resolver necesidades funcionales, pero también para interpretarlo, para hacerlo inteligible y comunicarlo a los visitantes. La maestría en el uso de los materiales, el uso de volúmenes puros o fragmentarios, la distancia, la proximidad o la superposición sobre restos antiguos son el punto de partida para inventar nuevas soluciones arquitectónicas, integradas en el paisaje o en abierto contraste, en armonía o en disonancia cromática o material, en continuidad con la tradición constructiva del lugar o coherentes con el contexto cultural en el que se encuentran.

Experiencias recientes, pero aún no suficientes, demuestran que ningún proyecto se parece a otro, incluso cuando presenta programas funcionales similares, lo que reafirma que no hay soluciones unívocas o predeterminadas y que la arquitectura es capaz de dar respuestas inéditas y originales, pero también decisivas, a los problemas que los hombres, interesados en preservar las huellas de su pasado, plantean cada vez con más frecuencia.

⁷ A. Ferlenga, *Pikionis 1887-1968*. Electa: Milano 1999, p. 226-302.

Algunos proyectos intentan integrarse en el paisaje, con edificaciones total o parcialmente subterráneas que aprovechan las particularidades de la orografía; otros reinterpretan soluciones distributivas o tipológicas propias de las costumbres locales o recurren a materiales y colores que coinciden con los preexistentes. Entendidas de esta manera, son declaraciones explícitas de una permanencia que vincula el pasado con el presente, afirmando, en clave contemporánea, la identidad de los lugares.

En otros casos, el contraste es el tema dominante, confiado a volúmenes puros que destacan sobre el paisaje o a prismas escultóricos que contrastan con el entorno natural. Lejos de alterar el contexto en el que se encuentran, estos edificios corroboran su derecho a caracterizar ese territorio, a darle una nueva imagen, al tiempo que garantizan la preservación del patrimonio que protegen. Patrimonios que, en muchos casos, son extremadamente frágiles, como los yacimientos prehistóricos, donde el hueso de un animal primitivo o las huellas de un hombre neolítico que atravesó esa región constituyen los documentos insustituibles para la reconstrucción de la historia de ese lugar.

En esta categoría también se pueden incluir los centros de visitantes o de interpretación: se trata de edificios que hoy son indispensables para visitar cualquier zona arqueológica y que a menudo no intentan establecer ninguna relación con los restos, sino que se alejan intencionalmente de ellos, tanto en forma como en volumen. Son estructuras funcionales y lo afirman sin titubeos; contienen todo lo que un visitante puede necesitar: información, servicios, tiendas. En definitiva, ofrecen apoyo e información a quienes quieran profundizar en la exploración de un yacimiento arqueológico y su papel es fundamental para entender los restos que se van a visitar. Frecuentemente se conciben como observatorios panorámicos, desde los cuales escudriñar las ruinas y, desde un punto de vista formal, son más libres, porque, precisamente por su función, están desligados de las preexistencias, aunque mantengan una relación de respeto y sumisión con ellas.

Otra categoría de proyectos se refiere a los espacios públicos, en los que los hallazgos arqueológicos pueden convertirse en una oportunidad de diseño

para la revitalización de una plaza o una calle, tanto a través de pabellones, que los enfatizan y protegen, como a través de soluciones que permiten al mismo tiempo conservar los restos y mejorar la distribución del espacio, con propuestas que amalgaman esos vestigios en nuevas soluciones urbanas, en las que la cotidianidad fluye, sin temor, en contacto con los restos que hoy pueden seguir recordando a los habitantes costumbres y acontecimientos que habían sido borrados de la memoria colectiva.

Por último, y quizás estos sean los casos más interesantes y a la vez más controvertidos, es necesario recordar las intervenciones que se basan, literalmente, en la continuidad con los restos arqueológicos: probablemente una de las formas más efectivas de restituirles un sentido y, sobre todo, de restaurar una forma externa y un espacio interno, así como de garantizar su adecuada conservación. Son tal vez la única manera de prolongar su existencia y, sobre todo, de hacer que vuelvan a ser arquitectura. Sin embargo, esta opción es acaso la que, entre los especialistas, genera más dudas: el motivo es la supuesta destrucción de los restos materiales de esas ruinas.

Pero esto es solo un pretexto: en la situación actual, muchas áreas excavadas se destruyen con enorme rapidez precisamente porque están expuestas a la intemperie; y esta situación no parece que mejorará en un futuro inmediato. En cuanto a las dudas sobre la posterior identificación de los vestigios y la distinción de las partes restauradas, no cabe duda de que las generaciones venideras podrán reconocer las diversas fases que se han estratificado en el monumento a lo largo de los siglos gracias a la enorme cantidad de documentación gráfica y fotográfica que produce cada excavación. Pero, además, ¿no es gracias a las herramientas de la investigación arqueológica que es posible identificar muros, técnicas y materiales pertenecientes a diferentes épocas, aunque se superpongan y se mezclen en el mismo monumento? Y, por otro lado, ¿no es cierto que, en muchos casos, fue precisamente la reutilización de viejas estructuras lo que permitió su conservación en mejores condiciones que si se hubieran aislado o abandonado o, en el peor de los casos, saqueado y destruido? El injerto de nuevos volúmenes sobre los restos antiguos es un camino que favorece la comprensión, ayudando a distinguir lo que es difícil de percibir para el

público no especializado: forma, diferenciación entre espacios interiores y exteriores, vínculos y relaciones entre los ambientes, dimensiones de los locales y de los patios. En estos casos, la intervención arquitectónica no solo resuelve los problemas de conservación, sino que entra en el campo de la interpretación, aportando directamente mucha más información y respuestas que cualquier panel informativo.

Las reconstrucciones en Pompeya después de la Segunda Guerra Mundial, aunque muy criticadas por los materiales utilizados – hormigón armado –, siguen siendo una prueba palpable de este enfoque. Hace unos años, Paolo Marconi y Antonio Pugliano proyectaron, por encargo de la Superintendencia de Pompeya, la Fundación Kress y el *World Monuments Fund*, la restauración de la Casa de las Bodas de Plata⁸. Se trataba de una propuesta de intervención que debía servir como modelo para otras restauraciones. Para ello, se eligió experimentalmente la ínsula V, 2, situada en la parte norte de Pompeya, que contiene diez edificios residenciales, de especial importancia por su tamaño y sus características morfológicas y tipológicas, de los cuales se seleccionó la mencionada *domus* para la que se elaboró un proyecto definitivo. Lamentablemente, la intervención no se llevó a cabo y por lo tanto se perdió la oportunidad de experimentar una solución que, más que cualquier otra, hubiera dado a esos restos una imagen reconocible, así como una espacialidad muy cercana a la original, ayudando a preservar los restos originales en mejores condiciones.

Debido a la inmensa extensión de la zona (66 ha.), Pompeya pone de manifiesto la enorme complejidad de la gestión de una zona arqueológica, en la que la lucha diaria por la protección y la conservación se ve agravada por la falta de fondos, el deterioro de los edificios y de las pinturas murales por la falta de mantenimiento, el vandalismo y la especulación que amenaza su entorno. ¿No sería entonces más sensato detener las excavaciones y preservar adecuadamente lo que ya se ha desenterrado y requiere un mantenimiento costoso y continuo, así como acciones destinadas a transmitir al público la información que hoy no se comunica adecuadamente?

⁸ Cf. P. Marconi, *cit.*, y A. Pugliano. Il restauro della casa delle Nozze d'Argento in Pompei. En: M. M. Segarra. *Lagunes* (ed.), *cit.*, p. 221-239.

INTERPRETACIÓN Y PRESENTACIÓN

Cada día, miles de personas visitan sitios arqueológicos. ¿Qué queda de estas visitas en su memoria? ¿Qué tan clara y profunda es su comprensión de estos lugares?

En algunas zonas, las ruinas son capaces de comunicar y transmitir información inteligible que, basada en las experiencias personales y los conocimientos de cada uno de los visitantes, permiten una comprensión más clara de las peculiaridades del sitio: una columna remite inmediatamente a un templo clásico; una pirámide, a un santuario mesoamericano. Pero hay otros lugares en donde la percepción es débil porque las ruinas son, por su naturaleza intrínseca, indescifrables. De hecho, la experiencia de una zona arqueológica provoca reacciones diferentes en el público: algunas personas sentirán emociones profundas porque la vista de esas ruinas despierta recuerdos en ellos, activa su memoria al vincular su conocimiento con lo que se presenta ante sus ojos. Otros permanecerán distantes e indiferentes porque el lugar no logra despertar ningún estímulo, ni establecer vínculos de ningún tipo con el observador.

Ciertamente, la excavación de la Casa de los Amantes Castos en Pompeya, aunque muchos de los bienes muebles encontrados hayan sido trasladados al museo por razones obvias de seguridad, ha brindado una oportunidad extraordinaria para emprender un viaje en el pasado, permitiendo al visitante participar directamente en los hallazgos: en el jardín, que conserva rastros de las estructuras de caña, así como el polen y las semillas de las plantas que allí crecían; en las cocinas, con los molinos, hornos y utensilios que revelan la actividad del propietario (un panadero); en las decoraciones pintadas al fresco, con cupidos y otras figuras mitológicas que, juguetonas, animan las paredes y nos hablan de la personalidad de los dueños de la casa retratados en una de las escenas; así como, por último, también los establos, en los que se encontró el esqueleto de una mula, asfixiada por los gases del Vesubio.

Es el escenario de un suceso – en este caso real y auténtico y no escenificado – que nos permite acercarnos de inmediato a la vida que transcurría en la casa de un rico comerciante sorprendido por la catástrofe de la erupción, lo

que no requiere explicaciones innecesarias ni paneles didácticos para que el visitante lo comprenda. Pero, además de esto, la idea de la Superintendencia de Pompeya, de abrir al público la excavación en curso durante unos meses ofreció una oportunidad única para compartir, junto a arqueólogos y restauradores, la emoción del descubrimiento.

Sin embargo, recordando lo que se ha dicho anteriormente, la pregunta inmediata que surge es, una vez que los escombros y las cenizas se hayan eliminado por completo, ¿cuáles serán las medidas para garantizar que esta asombrosa información y materiales recuperados permanezcan intactos para la posteridad?

Es evidente que un caso como el que acabamos de describir no es aplicable en todas las situaciones y que a menudo es necesario recurrir a otros sistemas ilustrativos, capaces de comunicar información, datos y noticias, a diversos niveles y para diferentes tipos de público, que son esenciales para una mejor y más profunda comprensión del lugar, tanto delegando esta tarea a los edificios anexos—los centros de interpretación y los museos—, ya sea actuando directamente sobre las ruinas, o mediante estructuras de protección o con intervenciones de restauración, reconstrucción parcial o total y, finalmente, utilizando los instrumentos de la arqueología experimental, como ha sido el caso desde los años sesenta en los países nórdicos y anglosajones donde se han formado importantes centros de estudio que, con herramientas distintas de las arqueológicas, han hecho enormes progresos en el conocimiento de las antiguas civilizaciones del norte de Europa.

Las posibilidades son muchas y en la era actual, y cada vez con más frecuencia, el entusiasmo por las nuevas tecnologías y las herramientas digitales irrumpe en el horizonte de las zonas arqueológicas: medios que sin duda contribuyen eficazmente a la comprensión de las ruinas, pero alejan al visitante de la experiencia directa del yacimiento.

El equilibrio entre herramientas indirectas (reconstrucciones virtuales, modelos tridimensionales) y el conocimiento directo de los restos es fundamental. ¿Cómo integrar y equilibrar ambos? Las soluciones son numerosas, aunque ninguna extingue el problema ni puede considerarse

definitiva. El objetivo que se persigue es precisamente este: hacer preguntas sin dar respuestas obvias, invitar a la reflexión y al debate, porque la arquitectura es un pozo inagotable del que siempre se podrán extraer nuevas respuestas. (Il. 6, 7, 8 y 9).



Il. 6: Anfiteatro romano de Bleso en Tivoli (II siglo d.C.). Derribado parcialmente en la época medieval, la intervención consistió en la realización de un núcleo de servicios, en la ejecución de un suelo firme para la arena, destinada a la presentación de espectáculos, y en la consolidación y restauración de las estructuras del graderío. Proyecto: M. M. Segarra Lagunes, con F. Cellini, 2008-19).

Fuente: Archivo M. Segarra Lagunes.



Il. 7: Instalación museográfica de la exposición Colosseo. Un'icona, en el Coliseo de Roma (Italia). Proyecto: Francesco Cellini y M. M. Segarra Lagunes, 2017.
Fuente: Archivo M. Segarra Lagunes



Il. 8: Instalación museográfica del Museo del Coliseo, Coliseo de Roma (Italia), Proyecto: Francesco Cellini y M. M. Segarra Lagunes, 2018.
Fuente: Archivo M. Segarra Lagunes.



Il. 9: Concurso internacional para el diseño del sistema de protección integral de la fachada poniente de la Pirámide de la Serpiente emplumada, Zona arqueológica de Teotihuacán (México), M. M. Segarra Lagunes con Francesco Cellini *et al.*, 2022.
Fuente: Archivo M. Segarra Lagunes.

RUÍNAS E NOVAS ESPACIALIDADES POSSÍVEIS: ESTRATÉGIAS PROJETUAIS PARA A COMUNICAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO*

NATÁLIA MIRANDA VIEIRA-DE-ARAÚJO**

natalia.vieira@ufpe.br



10.64082/phs.2024.02.4.8

RESUMO

Este trabalho explora a interface entre arqueologia, arquitetura e restauro em projetos de tratamento de ruínas e vestígios arqueológicos inseridos em seu contexto ambiental. A experimentação projetual sobre o tema de novas possibilidades de leitura da espacialidade permite a preservação da materialidade concomitantemente à valorização da comunicação através de uma experiência mais imersiva em tais sítios.

Palavras-chave: Ruínas; Patrimônio Arqueológico; Novas espacialidades; Princípios projetuais de restauro.

ABSTRACT

Ruins and new possible spatialities: Design Strategies for the Communication of Archaeological Heritage

This work explores the interface between archaeology, architecture and restoration in projects that treat ruins and archaeological remains within their environmental context. The design experimentation on the theme of new possible ways to read spatiality allows for the preservation of materiality while simultaneously enhancing communication through a more immersive experience at such sites.

Keywords: Ruins; Archaeological heritage; New spatialities; Orojectual principles of restoration.

* O presente artigo dá continuidade às reflexões já registradas no livro “Materialidade e imaterialidade no patrimônio construído: Brasil e Itália em diálogo”, de minha autoria, publicado em 2022 pela Editora da UFPE. Retomamos aqui a reflexão conceitual de ruína e patrimônio arqueológico já registrada neste livro para então desenvolver a ideia de construção de leituras de espacialidades como estratégia projetual que valoriza os aspectos simbólicos e a comunicação do patrimônio arqueológico.

* Professora Associada da UFPE (Departamento de Arquitetura e Urbanismo da e Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano - MDU UFPE). Mestra em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA. Doutora em Desenvolvimento Urbano pela UFPE e Pós-doutorado na *Università di Roma La Sapienza*.

O TRATAMENTO DE VESTÍGIOS ARQUEO-

lógicos é tarefa que concerne apenas a arqueólogos ou deve envolver também arquitetos e profissionais de outras especialidades? Qual o limite entre ruínas e patrimônio arqueológico nas reflexões teórico-projetuais? Tem sentido e favorece à preservação do patrimônio arqueológico a busca pela evocação de uma espacialidade não mais perceptível aos cidadãos em geral apenas através de vestígios conservados? Essas são algumas das questões com as quais temos nos deparado ao eleger o tema da preservação de ruínas como locus principal para trabalharmos no aprofundamento das relações entre as dimensões materiais e

imateriais do patrimônio construído (Vieira-de-Araujo, 2022). No presente artigo, traremos alguns exemplos de intervenção em ruínas e vestígios arqueológicos que pudemos estudar durante o período de pesquisa na Itália entre 2019 e 2020, finalizando com um exemplo brasileiro recentemente trabalhado em parceria com colegas de pesquisa¹. Nosso foco aqui será explorar a interface entre arqueologia, arquitetura e restauro nos projetos de tratamento de ruínas e vestígios arqueológicos inseridos em seu contexto paisagístico e ambiental, reforçando como as ações colaborativas entre diferentes campos do conhecimento podem ser frutíferas para a preservação da materialidade de tais vestígios e valorização de sua dimensão simbólica.

Nesse sentido, o ambiente italiano oferece um amplo e consolidado debate entre arqueólogos e arquitetos, algo ainda incipiente na prática brasileira. Podemos citar o volume *Conservare il passato: metodi ed esperienze di protezione e restauro nei siti archeologici*, organizado por Claudio Varagnoli (2005), que reúne rico material sobre os desafios atuais no tratamento de ruínas que arqueólogos, arquitetos, engenheiros e outros especialistas vêm enfrentando, algumas vezes de forma colaborativa e, em outras, nem tanto. Varagnoli (Varagnoli, 2005, p. 57, tradução nossa) chama atenção para a necessidade de aproximação em torno da reflexão sobre o projeto em si: “[...] o problema da proteção das ruínas, do seu restauro e de sua eventual reintegração se inscreve no contexto mais amplo da relação entre conservação dos edifícios históricos e projeção.” O autor entende, assim como nós, que a estrada a ser percorrida passa pela experimentação projetual desse problema específico.

Entre arqueólogos italianos, observamos a preocupação de Andreina Ricci, que destaca, entre os vários desafios preservacionistas do patrimônio arqueológico, um que, para ela, na maioria das vezes vem sendo negligenciado: “o significado que tais preexistências assumem, hoje, no

¹ O trabalho intitulado *Società dello spettacolo e il concetto di unità potenziale in Brasile: un esempio di resistenza nel caso delle rovine di São José do Queimado – ES*, de autoria compartilhada entre a presente autora e as colegas Cristiane Gonçalves, Eneida de Almeida e Ana Paula Farah (sendo as duas primeiras parceiras no grupo de pesquisa do CNPq chamado Patrimônio cultural: teoria, projeto e ensino), foi apresentado em dezembro de 2023 no seminário internacional em homenagem aos 60 anos da Teoria do Restauro de Cesare Brandi intitulado *Cesare Brandi e le frontiere del restauro: Teoria e prassi*, realizado pelo Instituto Central de Restauro (ICR) em Roma, e aguarda a publicação de seus anais.

imaginário dos cidadãos e de suas comunidades, com vistas à elaboração de uma identidade coletiva cada vez mais múltipla e diversa” (Ricci, 2006, p. 9, tradução nossa). A autora insiste que devemos nos perguntar sobre quais são “as finalidades pedagógicas de nossas preexistências” e “se e como os resultados da pesquisa arqueológica podem contribuir para melhorar a relação identitária entre cidade-cidadãos sintonizando-os com as tramas em acelerado movimento da cidade contemporânea” (*Idem*, p. 10, tradução nossa). Está clara, portanto, a preocupação da autora com os aspectos simbólicos e comunicativos que devem estar na base das ações preservacionistas de ruínas e vestígios arqueológicos. Estamos falando de projetos de intervenção que lidam simultaneamente com alto valor simbólico e uma materialidade que impõe uma série de desafios específicos.

É exatamente olhando para tais desafios que gostaríamos de explorar a abordagem teórico-metodológica que valoriza a leitura de espacialidades de tais permanências arruinadas e que nos parece um caminho promissor para a conjugação de saberes de disciplinas como arquitetura, arqueologia, história e paisagismo. Acreditamos que a preocupação da arqueóloga Andreina Ricci (2006) se alinha com a experimentação projetual sobre o tema que tem explorado a evocação e a indicação de uma leitura sugestiva da espacialidade perdida desses espaços e vestígios arqueológicos que permitem uma experiência mais imersiva aos visitantes de tais sítios. Para Carbonara (2016, p. 57):

[...] a relação entre as ruínas antigas e a modernidade representa um autêntico problema interdisciplinar, arqueológico, arquitetônico, urbano, de gestão mas também de restauro, em seu pleno sentido de conservação, reintegração e apresentação; problema que responde à vontade de dar um sentido ao que se apresenta como fragmentado, inacabado, ilegível, sem sentido, mas merecedor, no entanto, de ser ‘revelado’, passado para o futuro.

Andreina Ricci (2006), entretanto, se queixa de muitas vezes perceber a dificuldade de arquitetos em inserir os vestígios arqueológicos em um novo projeto a partir de uma real compreensão da relação destes com o contexto onde se encontram. Carbonara (2016), por sua vez, apesar de reconhecer que

existe uma fragilidade na formação de muitos profissionais da arquitetura para o tratamento da preexistência com o rigor metodológico que esse tipo de projeto exige, também identifica um fechamento e desconfiança dos arqueólogos em relação aos arquitetos e considera ambas as situações como extremamente prejudiciais. Assim, está claro que ainda temos um percurso grande a enfrentar para alcançar uma parceria mais consolidada e frutífera entre saberes. Que a ação de preservação é uma atividade necessariamente multidisciplinar, já sabemos. Apesar disso, parece-nos necessário reforçar especialmente a relação de extrema proximidade e trabalho em conjunto necessário entre arqueólogos, arquitetos e historiadores para a preservação do patrimônio arqueológico em sua plenitude.

RUÍNAS E SUAS ESPECIFICIDADES

Sobre as especificidades do entendimento das ruínas, seus aspectos simbólicos e como devemos olhá-las no contexto de ações preservacionistas, já desenvolvemos reflexões anteriores que passam por autores de diferentes formações como a teoria da arte, a arquitetura, a arqueologia, a filosofia e a sociologia (Vieira-de-Araujo, 2022). Gostaríamos de retomar aqui parte dessas reflexões. No campo preservacionista, destaca-se a contribuição de Cesare Brandi (2004), que identifica a ruína como aquele testemunho da história humana que se apresenta de forma quase irreconhecível em relação ao que antes existia enquanto artefato construído. Se tal fato aponta para a presença, sobretudo, do valor histórico, Brandi (Brandi, 2004, p. 79-84) segue problematizando a nova condição estética que se estabelece a partir do estado de ruína e da relação indissociável desta com o ambiente onde se insere: “uma obra de arte em que a ruína foi reabsorvida” (Brandi, 2004, p. 80). Para o autor “[...] deveria conservar-se não apenas a ruína do monumento, mas o âmbito que era a ela convexo e que era, pela ruína, qualificado”, ou ainda que a obra “[...] agora vale muito mais por essa sustentação da sintaxe urbanística e paisagística do que pela sua atual consistência” (*Idem*, p. 81, grifos do autor).

No campo da sociologia e filosofia destaca-se o texto de Georg Simmel (1858-1918), de 1911, intitulado *Die Ruine*, que será retomado posteriormente por

autores de diferentes campos do saber para refletir sobre as ruínas. Simmel reconhece – como Brandi fará posteriormente – essa indissociabilidade e nova condição de completude que a ruína estabelece com a natureza (Souza; Ölze, 1998, p. 137-144). O texto de Simmel também ressalta a “sedução da antiguidade” das ruínas², critica a prática de tentativa de imitação destas e reconhece seu valor estético próprio³, em uma abordagem com a qual Brandi, na segunda metade do século XX, claramente dialogará.

O antropólogo Marc Augè, no contexto de reflexão mais recente, reúne em seu livro de 2003 (traduzido para o italiano em 2004: *Rovine e macerie: il senso del tempo*) uma série de ensaios onde o autor coloca questões contemporâneas relativas ao lembrar-esquecer, questões relativas a memórias inseridas num contexto de exploração comercial e turística do patrimônio cultural. A partir de suas próprias experiências em viagens a variados países e do cotejamento destas com a reflexão de diversos autores, dá destaque, em vários momentos, ao papel simbólico exercido pelas ruínas. Augè (2004) também reforça uma espécie de redescoberta da ruína como uma verdadeira e única experiência do tempo.

Contemplar ruínas não equivale a fazer uma viagem pela história, mas a fazer uma experiência do tempo, do tempo puro. [...] O “tempo puro” é esse tempo sem história, do qual apenas o indivíduo pode tomar consciência e do qual o espetáculo das ruínas pode oferecer-lhe uma fugaz intuição” (Augè, 2004, p. 37-38, tradução nossa).

² Destacamos a reflexão realizada por Adriana Veríssimo Serrão (2011), pesquisadora do campo da filosofia da paisagem, que no capítulo intitulado *Da essência da ruína* (2011, p. 89-102), dialoga com o texto de Simmel de 1911 fazendo o contraponto deste com algumas outras visões sobre a relação homem-arte-natureza.

³ Contemporaneamente a Simmel, no campo da preservação, teremos a contribuição também do austríaco Max Dvorak difundidas em seu *Katechismus der Denkmalpflege*, publicado em 1916, que também critica a tentativa de reconstrução de ruínas: [...] *Uma ruína reconstruída não é mais uma ruína, mas uma nova, geralmente medíocre, obra arquitetônica. [...] Se necessário, pode-se construir inserir ou acrescentar estruturas, cuja simplicidade deve caracterizar sua presença no ambiente, sem a introdução de nenhuma forma historicizante* (Dvorák, 2008, 110).

Para o autor, essa experiência do tempo leva o indivíduo a compreender a duração do tempo na sua própria e finita existência. Varagnoli, citando as reflexões de Augè, se coloca de forma otimista em relação a uma renovada visão sobre ruínas e vestígios arqueológicos: “Talvez essa renovada confiança humanística possa fundamentar uma renovada atitude frente ao patrimônio arqueológico, capaz de garantir o valor documental, mas também de considerar a dimensão simbólica e evocativa” (Varagnoli, 2005, p.13-14, tradução nossa).

O importante é destacar o entendimento contemporâneo, cada vez mais consolidado, de que as ruínas devem ser objeto de uma ação preservacionista que trabalhe a dimensão simbólica, evocativa e a capacidade de fruição destas no tempo presente, atenta à preservação dos vestígios materiais ainda existentes. Entendimento que aproxima, entre muitos outros, os autores já citados até aqui e que pode ser observado desde a atuação de Cesare Brandi ao colaborar diretamente com ações projetuais desenvolvidas por Franco Minissi sobre ruínas arqueológicas⁴. É importante destacar ainda que existem variados tipos de vestígios arqueológicos⁵ e que alguns desses, pela sua característica excessivamente fragmentada e lacunar, devem ser tratados enquanto documentos, mas diferem das chamadas “ruínas históricas” (Rodrigues, 2017)⁶, onde se pode trabalhar sua leitura dentro da paisagem onde se inserem favorecendo a sua relação com as pessoas que as visitam e respeitando a materialidade dos vestígios.

⁴ Sobre esse tema ver Vivio (2010), Brendle (2015) e Costa (2021).

⁵ Para o detalhamento dos diferentes tipos de vestígios arqueológicos temos, por exemplo, a contribuição do arqueólogo Daniele Manacorda (2016).

⁶ Sobre o conceito estabelecido por Rodrigues (2017), seria interessante observar a reflexão conceitual, que já ocupou vários autores, sobre a tentativa de categorização dos diversos tipos de ruínas entre as quais é possível observar uma certa aproximação entre a perspectiva dos autores que pesquisamos ao identificarem ora as ruínas que resultam da passagem do tempo sobre elas, e que são vestígios de civilizações antigas, ora as ruínas que resultam de eventos traumáticos (naturais ou não). Sobre o tema, além da já citada Rodrigues (2017), sugerimos Szymgin (2018) e De Martino (2017). Essas categorizações são resumidamente apresentadas também em Vieira-de-Araújo (2022).

EXPERIMENTAÇÕES PROJETUAIS EM TORNO DO TEMA DA EVOCÇÃO DE ESPACIALIDADES NO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Exploraremos aqui exemplos que buscam novas possibilidades de leitura de espacialidades perdidas como meio para promover a preservação do patrimônio arqueológico e a maior valorização de sua dimensão simbólica e comunicativa. Em todos os casos, está presente a preocupação em favorecer a experiência do corpo no espaço e facilitar o envolvimento de qualquer visitante com o sítio visitado. É preciso ter em mente que estamos sempre falando de uma interpretação evocativa de espacialidades sob as quais não temos a certeza absoluta de suas formas exatas no passado e sim uma ideia de aproximação resultante dos estudos acurados de arqueólogos e historiadores. É importante deixar espaço para a subjetividade dessa espacialidade que não pode nem deve prescindir do cuidado e preservação dos vestígios em si, testemunho material e ponto de partida de todos os estudos. Conforme já anunciado, indicaremos como fonte para reflexão dessa experimentação quatro exemplos de casos italianos e um exemplo brasileiro⁷. Os exemplos estão divididos em dois tipos de experimentações projetuais: um primeiro onde as ruínas estabelecem uma relação indissociável com a paisagem onde se inserem e o segundo acerca de casos de vestígios fragmentados inseridos em uma nova edificação resultante da estratificação de tempos diversos⁸.

⁷ Tais exemplos encontram-se detalhadamente analisados em: Vieira-de-Araujo (2022), para os casos italianos, e, para o caso brasileiro, no artigo em vias de publicação de autoria de Natália Vieira-de-Araújo, Cristiane Gonçalves, Eneida de Almeida e Ana Paula Farah, já citado na nota de rodapé número 2.

⁸ Em Vieira-de-Araújo (2022) tratamos também de um outro tipo que experimentação projetual cada vez mais explorada como parte das possibilidades contemporâneas de valorização da leitura e interação com o patrimônio arqueológico que passa pela musealização com realidade virtual, a exemplo de experiências nas ruínas das Termas de Caracalla e do Palazzo Valentini, ambos em Roma. No nosso artigo intitulado “Por uma simbiose entre materialidade e imaterialidade: tecnologias digitais, limites e possibilidades na preservação de Ruínas”, apresentado no UIA 2021-27º Congresso Mundial de Arquitetos, realizado do Rio de Janeiro, apresentamos esses dois casos discutindo limites e possibilidades da utilização de ferramentas virtuais-digitais como a realidade virtual e a realidade aumentada para a potencialização da compreensão dos vestígios arqueológicos de forma instigante por parte de seu público visitante, favorecendo a sua valorização por todos e não apenas por parte de especialistas do patrimônio.

RUÍNA, PAISAGEM E EVOCÇÃO DE UMA ESPACIALIDADE PERDIDA

Dentro dessas experimentações projetuais, destacam-se exemplos que indicam uma espacialidade perdida sem perder de vista a nova relação estabelecida entre ruínas e paisagem. É necessário lembrar que esse tipo de atuação será primeiramente realizada ainda nos anos 1950 através das, hoje já clássicas, intervenções em ruínas realizadas por Franco Minissi que buscarão resgatar uma unidade volumétrica perdida em prol de uma melhor percepção pela comunidade em geral desse patrimônio fragmentário.

Os dois primeiros casos italianos que exploraremos buscam uma proposição indicativa de uma espacialidade sem fechar completamente essa “indicação” e deixando a cargo do visitante a possibilidade de “completar” essa espacialidade. Trataremos do exemplo pioneiro do Templo de Apolo no Parque Arqueológico de Veio, ao qual o arquiteto Franco Ceschi, autor do projeto, se refere como uma “reproposição evocativa” e o caso da instalação artística de Edoardo Tresoldi no Parque Arqueológico de Siponto, que reelabora essa mesma estratégia projetual sobre os vestígios de uma antiga basílica romana. O caso brasileiro que também apresentaremos brevemente é o das ruínas de São José do Queimado, no estado do Espírito Santo, que tem uma problemática que se assemelha com a desses dois primeiros casos italianos. Em todos esses casos, estamos falando de parques arqueológicos imersos em uma paisagem exuberante, distante da ocupação urbana mais concentrada das cidades onde se localizam.

O Templo de Apolo em Veio, região metropolitana de Roma, faz parte do Parque Arqueológico de Veio, sendo o mais significativo entre os vestígios encontrados neste parque. Será sobre estes vestígios que Franco Ceschi, em colaboração com a *Soprintendenza Archeologica per l'Etruria Meridionale*, fará, em 1992, a proposta de uma intervenção que buscou retomar a possibilidade de leitura do templo por um público mais amplo, sem que isto significasse a necessidade de reconstrução ou de desconsideração de sua dimensão material. Ceschi se utiliza de uma malha de ferro que sugere a leitura do templo antigo, garantindo simultaneamente a possibilidade de leitura e a transparência que permite a fruição da paisagem onde os vestígios do templo estão inseridos. (Il. 1)



Il. 1: Proposta de “reconstituição volumétrica evocativa” proposta por Franco Ceschi no Templo de Apolo a Veio em Roma (1992).

Fonte: Natália Vieira-de-Araújo, janeiro de 2020.

O Parque Arqueológico de Siponto, na cidade de Manfredônia, localizada na província de Foggia, na região da Puglia, foi objeto de recente intervenção desenvolvida sobre os vestígios de uma antiga basílica paleocristã na área arqueológica de Siponto. O projeto realizado neste sítio busca a sistematização de toda a área em torno da igreja românica de Santa Maria Maggiore (construída em fins do século XI-XII). A intervenção realizada, em 2015, sob as ruínas da antiga basílica que fica ao lado da igreja românica, foi idealizada pelo artista plástico milanês Edoardo Tresoldi, que buscou a recuperação da volumetria do antigo monumento através de uma instalação artística (Esposito, 2020). O artista repropôs a forma da basílica com uma leve estrutura em telas de arame sobre as ruínas da ábside e mosaicos da Basílica paleocristã⁹.

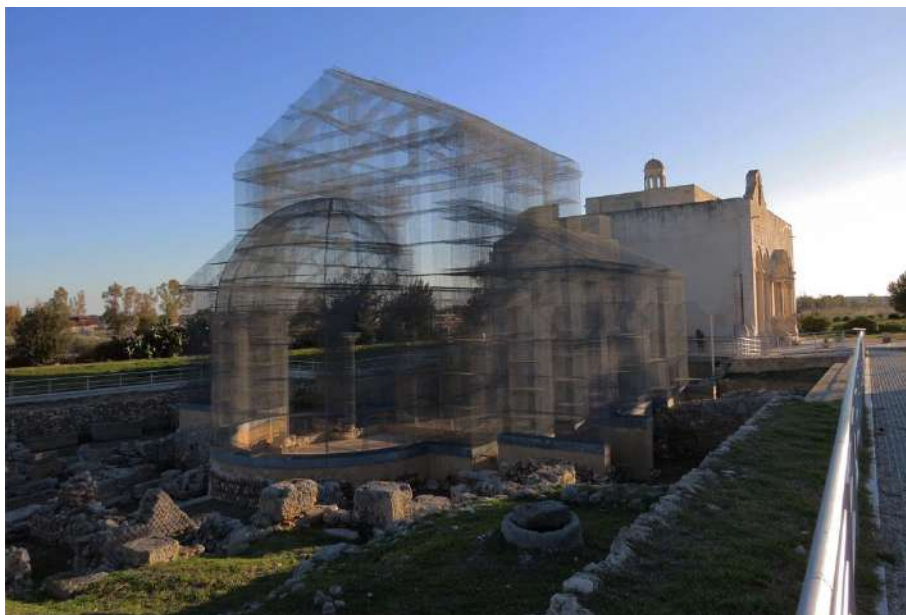
⁹ Imagens das ruínas da ábside e dos mosaicos como estes se encontravam antes da intervenção, podem ser consultadas em: <https://www.villaggituristicipuglia.it/articoli-siponto-antica.php>).

Este projeto é citado por vários estudiosos do tema como um exemplo de grande interesse por promover uma forte aproximação entre as pessoas e os vestígios arqueológicos. Também se colocam críticas sobre a forma como a estrutura metálica é conectada aos vestígios antigos bem como às incertezas sobre o quanto essa volumetria de fato corresponde à estrutura antiga antes aí existente. (Il. 2)

Carbonara (2016), em artigo realizado para o Boletim do Instituto de Restauro Romano (ICR), especificamente sobre a temática da intervenção sobre ruínas arqueológicas, ressalta ambos os projetos aqui apresentados, entre outros, pelas aproximação da abordagem, através da qual buscam essa possibilidade de fruição da volumetria que outrora existia nesses espaços ao mesmo tempo em que respeitam tanto os vestígios materiais arqueológicos quanto o contexto paisagístico onde se inserem.

No Brasil, o exemplo do recente restauro, realizado entre 2007 e 2020, da Igreja de São José do Queimado, situada no Sítio Histórico e Arqueológico de São José do Queimado (ES), resulta de uma experimentação projetual que segue a mesma linha dos exemplos italianos anteriormente citados. Aqui estamos falando de um sítio que está ligado à memória de luta do movimento negro e da resistência à escravidão no Espírito Santo¹⁰, protegido a nível estadual e municipal, cujo projeto de restauro da igreja que compõe o sítio arqueológico busca a recomposição volumétrica, através de uma estrutura metálica indicativa de elementos marcantes da igreja como seu frontão, o coro e o arco-cruzeiro. A intervenção tem claramente a preocupação simultânea com a fruição do espaço e valorização dos aspectos simbólicos aliadas à preservação e respeito aos vestígios materiais e à condição de ruína do bem cultural. (Il. 3)

¹⁰ Sobre isso ver Almeida (2009) que conta todo o contexto histórico da construção de uma igreja, entre 1845-1849, viabilizada por mão de obra de negros escravizados que depois se revoltam em consequência da promessa de alforria nunca concretizada.



Il. 2: Acessando a área da basílica de Siponto a partir do Parque Arqueológico, em primeiro plano a estrutura metálica proposta por Edoardo Tresoldi e ao fundo a Igreja românica de Santa Maria Maggiore.

Fonte: Natália Vieira-de-Araújo, fevereiro de 2020.



Il. 3: Aspecto geral da ruína com a reproposição indicativa de coro e frontão.
Fonte: Fotografia de Cristiane Gonçalves, 2023.

FRAGMENTOS, ESTRATIFICAÇÕES E EVOCAÇÃO DE ELEMENTOS-CHAVE PERDIDOS

Mas e quando estamos lidando com vestígios arqueológicos que são encontrados inseridos dentro de uma estrutura urbana consolidada? Como buscar sentido e uma leitura de espacialidades em contextos tão fragmentados? Os exemplos da Crypta Balbi (intervenção de “anastilose indireta”); e da área arqueológica na antiga horta dos monges da Basílica *San Paolo fuori le Mura* são muito didáticos e elucidativos acerca do que um projeto de restauro com a necessária multidisciplinaridade pode gerar em termos positivos para a preservação. Aqui, vale salientar, o papel de toda a exposição que, com seus painéis explicativos, ganha também uma importância destacada.

Para entrar no caso da Crypta Balbi é interessante retomar a ideia de “anastilose indireta” desenvolvida por Giovanni Carbonara (Carbonara, 2010). A anastilose, conforme conceituação da Carta de Veneza, como uma “recomposição de partes existentes mas desmembradas”, já é uma opção projetual amplamente conhecida e utilizada no tratamento de vestígios arqueológicos muito antes, inclusive, da referência a esta na própria Carta de Veneza¹¹.

Será em Carbonara (*Idem*, 2016, p. 54-56) que nos depararemos pela primeira vez com a utilização do termo “anastilose indireta” para se referir ao caso do projeto de Riccardo D’Aquino para a sistematização da área arqueológica monumental etrusca de Acquarossa em Viterbo. Carbonara (2010) conceitua o termo “anastilose indireta”, ressaltando o seu papel de facilitador da leitura de vestígios arqueológicos:

É uma técnica mais de apresentação museográfica de monumentos (museografia) do que de reconstrução. No caso de fragmentos escassos e descontínuos, mas todos pertinentes ao mesmo artefato, é possível, depois de um cuidadoso estudo histórico-arqueológico, colocá-los novamente e apresentá-los na posição em que estavam originalmente, apoiá-los com uma estrutura moderna que poderia muito bem aludir à forma do antigo (*Idem*).

¹¹ Vários outros documentos citam explicitamente a anastilose como uma possível ação de restauro, podemos citar, por exemplo, a Carta do Restauro italiana de 1931-1932, a Carta de Atenas de 1931 e a Carta do Restauro italiana de 1972.

E onde está a Crypta Balbi? Qual a estratificação de qual ela resulta? Durante o império de Augusto, Cornelio Balbo foi o responsável pela construção de um teatro com cerca de 90 metros de diâmetro e de uma cripta a este conectada, inaugurados em 13 a.C.. Com o passar dos séculos, muitas sobreposições se estabelecem e os vestígios do teatro praticamente desaparecem. O reconhecimento desse conjunto enquanto patrimônio arqueológico acontece em 1982 e a pesquisa estratigráfica inicia-se em 1983, após a aquisição dos imóveis do complexo pelo governo romano (Vendittelli, 2018). Esposito (2020) chama atenção para a qualidade do trabalho realizado no Museu Romano Crypta Balbi e o coloca como exemplo da desejada integração entre profissionais com competências diversas, arqueólogos, arquitetos, historiadores da arte, museólogos e museógrafos, trabalhando de forma articulada sobre um mesmo projeto. Um verdadeiro processo de conhecimento e valorização integrada “com um resultado de absoluta coerência e de releitura das diversas partes que constituíam o valor principal do lugar, a estratigrafia urbana no coração da cidade” (Esposito, 2020, p. 751, tradução nossa). (Il. 4)

Dentro do complexo do Museo Romano Crypta Balbi destacaremos, em especial, a intervenção realizada por Franco Ceschi propondo a recomposição de uma das arcadas do antigo teatro aí existente, a partir de um fragmento de estuque e através da inserção de uma leve estrutura metálica (1999-2000). Por fim, no caso da imponente Basílica de São Paulo Extramuros (*San Paolo fuori le Mura*), entre 2007 e 2009, descobre-se, na área da antiga horta do monastério, vestígios arqueológicos remanescentes do período tardo-antigo e medieval, correspondentes a construções que abrigavam funções relacionadas à vida da basílica, como “instalações de recepção para os pobres e peregrinos, um mosteiro com um hall e um poço central e um alpendre com colunas e coberto por um telhado” (*Idem*, p. 753, tradução nossa).

Ao acessar e percorrer a área arqueológica restaurada, somos imersos numa nova ambiência onde é evidente o respeito aos vestígios encontrados, ao mesmo tempo em que se permite a sua compreensão como parte da estratificação ao longo dos séculos pelo qual a basílica passou. O percurso é acompanhado de uma série de painéis que apresentam as principais fases históricas vividas pela área. Mas o ponto alto do tratamento dos vestígios em prol de sua legibilidade,

sem que isso signifique sacrifício de sua materialidade, é, com certeza, a inovadora solução dada para a área onde se encontravam apenas as bases das colunas da via porticada que antes aí existiu no altomedievo. O tratamento combinado entre a utilização de um material leve (uma espécie de tecido em fitas) e a iluminação alcançou um resultado excepcional. (Il. 5)



Il. 4: Aspecto ge Museu Crypta Balbi, recomposição através de “anastilose indireta” proposta por Ceschi de uma das arcadas do antigo teatro.
Fonte: Natália Vieira-de-Araújo, 2020.



Il. 5: Área arqueológica da Basílica São Paulo Extramuros, área onde se encontravam apenas as bases das colunas da via porticada que antes aí existiu no altomedievo depois do tratamento em prol de sua legibilidade.

Fonte: Natália Vieira-de-Araújo, 2020.

Acreditamos que as intervenções sobre ruínas arqueológicas aqui muito brevemente apresentadas demonstram a possibilidade e a necessidade de um trabalho interdisciplinar que “responde à vontade de devolver um sentido ao que é apresentado como fragmentado inacabado, ilegível, sem sentido, mas merecedor, no entanto, de ser “revelado”, fruído e transmitido ao futuro” (Carbonara, 2016, p. 57 – tradução da autora). Os casos demonstram que a riqueza de possibilidades de intervenção, para além da analogia, são amplas e com grandes possibilidades de tratamento dos aspectos simbólicos de tais ruínas. Lembrando que qualquer projeto a ser realizado sobre ruínas históricas será necessariamente resultado de uma interpretação e deve “abandonar a aspiração a uma *tradução perfeita*” (Ricci, 2006, p. 146). Tais intervenções necessitam ser realizadas com cautela para não passarem a ideia equivocada de que a interpretação que se apresenta é a única possível.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Renata Hermann de. *A salvaguarda dos bens patrimoniais e a Tessitura de territorialidades sócio-espaço-temporais*. In: ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura, Conselho Estadual de Cultura, Arquitetura, Patrimônio Cultural do Espírito Santo Vitória, SECULT, 2009.

AUGÈ, Marc. *Rovine e macerie: il senso del tempo*. Torino: Bollati Boringhieri, 2004.

BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. Cotia, SP: Ateliê, 2004.

BRENDLE, Betânia. Cesare Brandi e Franco Minissi: a expressão moderna do restauro arquitetônico e arqueológico na Sicília. In: Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação, 4., 2015, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: [S. n.], 2015.

CARBONARA, Giovanni. *Archeologia e architettura: Il "tema comune" delle coperture*. Bollettino ICR – Istituto Superiore per la Conservazione ed il Restauro, Roma, nº. 33, p. 50-69, 2016.

CARBONARA, Giovanni. Anastilosi. In: *TEKNORING: il portale delle professioni tecniche*. 30 apr. 2010. Disponível em: <https://www.teknoring.com/wikitecnica/restauro/anastilosi/>. Acesso em: 20.mai.2021.

COSTA, Tatiana de Carvalho. *Intervenções arquitetônicas de proteção e apresentação de áreas arqueológicas: um olhar sobre a experiência italiana*. 2021, Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

DE MARTINO, Gianluigi De Martino. *Rovine e ruderi: conservazione e progetto*. Roma: Gangemi Editore Internazionale, 2017.

DVOŘÁK, Max. *Catecismo da preservação de monumentos*. São Paulo: Ateliê, 2008.

ESPOSITO, Daniela. *Conservazione e restauro: materiali e siti*. In: *Archeologia cristiana, metodologie e cultura materiale della tarda antichità e dell'alto medioevo a cura di G. Castiglia e Ph. Pergola*. Pontificio Istituto di Archeologia Cristiana, 2020.

MANACORDA, Daniele. *Il sito archeologico: fra ricerca e valorizzazione*. Roma: Carocci, 2016.

MANACORDA, Daniele. *Crypta Balbi: archeologia e storia di un paesaggio urbano*. Milano: Mondadori Electa, 2001.

RICCI, Andreina. *Attorno alla nuda pietra: archeologia e città tra identità e progetto*. Roma: Donzelli, 2006.

RODRIGUES, Ângela. *Ruína e patrimônio cultural no Brasil*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2017.

SERRÃO, Adriana Veríssimo. *Filosofia da paisagem: estudos*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.

SOUZA, Jessé; ÖELZE, Berthold. *Simmel e a modernidade*. Brasília: UnB. 1998. p. 137-144.

SZMYGIN, Bogustaw. Related Considerations in the Theory of Conservation. In: *The challenges of World Heritage Recovery: International Conference on reconstruction*. The Royal Castle, Warsaw, Poland, 6-8th May 2018. Marcinkowska, Magdalena [edt]; Zalasinska, Katarzyna [edt]; Lipska, Dabrowska [ctb] [Warsaw] : *The National Heritage Board of Poland*, 2018.

VARAGNOLI, Claudio. (Org.). *Conservare il passato: metodi ed esperienze di protezione e restauro nei siti archeologici*. Roma: Gangemi, 2005.

VENDITTELLI, Laura. *Crypta Balbi: guida*. Ministero dei Beni e delle Attività Culturali e del Turismo e Museo Nazionale Romano. Milano: Mondadori Electa S.p.A., 2018.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda. *Materialidade e imaterialidade na preservação do patrimônio construído: diálogos entre Brasil e Itália*. Recife: UFPE, 2022.

VIVIO, Beatrice. *Franco Minissi: musei e restauri: la trasparenza come valore*. Roma: Gangemi, 2010.

TRÊS APITOS REMANESCENTES: UM ESTUDO SOBRE A PAISAGEM DA ANTIGA FÁBRICA CONFIANÇA (BAIRRO DE VILA ISABEL, MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO)

GUSTHAVO GONÇALVES ROXO*

gusthavogoncalvesroxo@gmail.com



10.64082/phs.2024.02.4.9

RESUMO

Este artigo é fruto de pesquisa sobre a “Fábrica Confiança” eternizada na canção “Três Apitos” de Noel Rosa, reconhecida como um dos marcos simbólicos do bairro de Vila Isabel. Através da arqueologia da paisagem e da arqueologia industrial oferece e relaciona o espaço com acontecimentos históricos e sociais que afetaram esta fábrica e seu entorno.

Palavras-chave: Arqueologia; Paisagem; Patrimônio; Indústria.

ABSTRACT

Three remnant whistles: a study of the landscape of the former Confiança Factory (Vila Isabel neighborhood, Rio de Janeiro municipality).

This article is the result of research into the “Confiança Factory” eternalized in Noel Rosa’s song “Três Apitos”, recognized as one of the symbolic landmarks of the Vila Isabel neighbourhood. Through Landscape Archaeology and Industrial Archaeology, it offers and relates the space to historical and social events that affected this factory and its surroundings.

Keywords: Archaeology; Landscape; Heritage; Industry.

* Museólogo (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO), Mestre em Arqueologia pelo Museu Nacional - UFRJ, Doutorando no Museu Nacional.

A INDUSTRIALIZAÇÃO, ECONOMIA E O

capitalismo mudaram o mundo. Desde a década de 1960, pela primeira vez em nossa história, mais da metade da população brasileira passou a viver em cidades (Brito, 2006). Se hoje as distâncias são pequenas e temos notícias do outro lado do globo em segundos isso só é possível graças à indústria que por séculos se aperfeiçoou.

Apesar de ter sido tardia, a industrialização brasileira não foi menos importante ou menos significativa. Deixou e segue deixando marcas em nossa sociedade, no espaço e em nossas memórias. Seus remanescentes materiais e imateriais ainda estão presentes e ainda moldam a rotina de muitos lugares.

Uma significativa herança das fábricas são os grandes espaços na cidade que por algum tempo escaparam da especulação imobiliária. Diversas fábricas viraram condomínios após seu fim, como a antiga “Fábrica Cruzeiro” no Andaraí, onde resiste uma chaminé e uma torre-relógio. Outras tornaram-se estacionamentos, ainda há as que tiveram suas áreas transformadas em praça pública, como o caso da “Praça Saens Peña” no bairro da Tijuca, que ocupa o que foi um dia o terreno de uma fábrica de papelão. Construídas e ocupadas por trabalhadores, fábricas e indústrias influenciam a sociedade. Elas geram empregos, oportunidades e incentivam o mercado. A mão de obra é fundamental tanto no seu surgimento como para seu fim. Hoje, muitos espaços têm outras finalidades.

A região da Grande Tijuca, outrora chamada de Grande Andaraí, surgiu em 1565, alguns meses após a fundação da cidade do Rio de Janeiro, quando Estácio de Sá presenteou com uma sesmaria o Colégio dos Jesuítas, conforme aponta Antônio Maia em “Tijuca: apontamentos para a história do aristocrático bairro” (1984). As terras que hoje integram Vila Isabel faziam parte dessa sesmaria. A Fazenda dos Macacos como era conhecida, foi arrendada depois da expulsão dos jesuítas do Brasil.

Com o decreto de expulsão da companhia de Jesus do Brasil em 1759, a estrutura territorial da região se transformou. Todos os bens da ordem religiosa foram sequestrados e incorporados aos bens públicos [...] Das terras jesuítas, as do Engenho Velho mais próximas do Centro, foram logo retalhadas e arrendadas. Surgiriam então fazendas e chácaras de abastadas famílias brasileiras e estrangeiras que procuravam a região para fugir do calor e das epidemias do centro da cidade (Oliveira, 2005, p. 17).

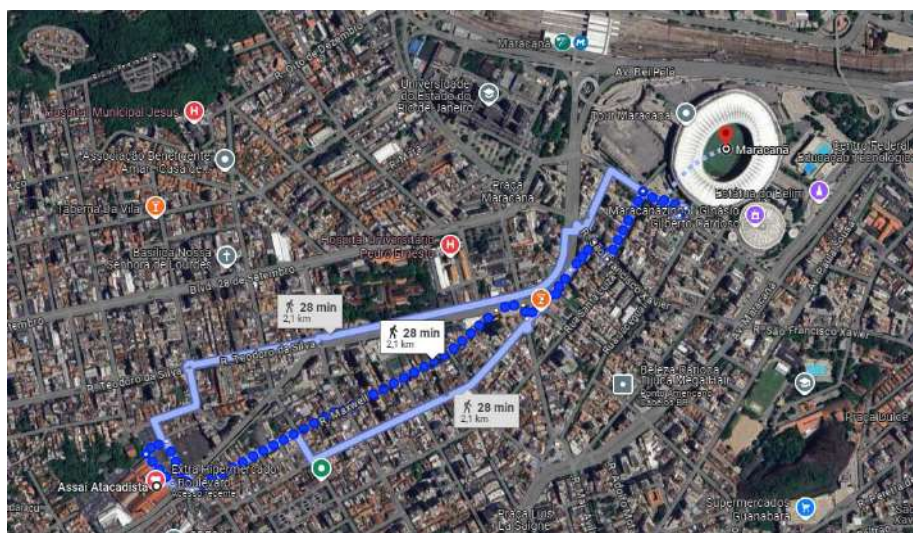
Já o primeiro foco de urbanização na região da Grande Tijuca, segundo Maia (1984), surge com o Largo das Chitas na década de 1820, local de uma fábrica de pigmentação de tecidos. Em 1911, o Largo mudaria de nome para Praça Saenz Peña, numa homenagem aos presidentes da Argentina. A região como um todo foi residência de muitas outras fábricas ao longo do tempo: a Usina, como é conhecida popularmente. O trecho entre a parte central da Tijuca e

o Alto da Boa Vista abrigou a fábrica de cigarros da Souza Cruz até os anos 1980. Nos bairros do Andaraí e de Vila Isabel existiram as fábricas de tecido América Fabril e a Companhia Confiança. No Grajaú, além de tecidos, havia até mesmo uma fábrica de armas:

Desde o final do século XIX, várias fábricas foram se instalando no Andaraí, atraídas pela quantidade e qualidade de água na região, pelo sistema regular de transporte e pelo preço relativamente mais baixo dos terrenos. Podemos citar, por exemplo, várias olarias, três grandes fábricas de tecidos (América Fabril, Fábrica Confiança e Cruzeiro) e muitas outras, de porte variado, como Vidros Escarroni, Lanifício Ideal, Indústrias Reunidas Alba (de material sanitário), Fábrica de Projetis de Artilharia, Hanseática, Botões Hashya, Orlando Rangel, Capivarol, Merck, Knoll, Hidroesb (Franca, Leite, Santa, 2003, p. 66).

Vila Isabel, por sua vez, foi o primeiro bairro planejado da cidade do Rio de Janeiro. Parte da Fazenda dos Macacos e propriedade de D. Pedro I, o terreno foi vendido posteriormente por sua segunda esposa, Amélia de Leuchtenberg, para o Barão de Drummond, um ano antes da morte da antiga imperatriz. Os nomes de suas ruas homenageiam grandes nomes do abolicionismo: a própria avenida principal, antiga Avenida 28 de Setembro e hoje Boulevard 28 de Setembro, relembra o dia da proclamação da Lei do Ventre Livre. Foi em Vila Isabel que também nasceu o primeiro Jardim Zoológico do Rio de Janeiro, em 5 de janeiro de 1888. Segundo Oliveira (2005), Vila Isabel entrou para a história tendo sido o primeiro bairro planejado do país. Incentivado pelo Barão de Drummond, o projeto do engenheiro Bittencourt da Silva incluía 13 ruas a partir do Boulevard 28 de Setembro. Foi neste contexto de desenvolvimento e planejamento, que surgiu na região a Companhia Confiança Industrial. Referenciada com essa denominação em jornais e documentos até a segunda década do século XX, começou a ser conhecida também como Fábrica Confiança na mesma década, tendo sido desde a atualidade o nome com a qual mais é reconhecida.

Fundada em 1885 e inaugurada em 5 de março de 1887 como “Companhia Confiança Industrial” com uma cerimônia de recepção, ao meio-dia, para os empregados e operários da fábrica, funcionou até 1965, marcando a história do bairro de Vila Isabel, localizado na zona norte do Município do Rio de Janeiro. As dependências da antiga fábrica, ficam há um pouco mais de dois quilômetros do famoso estádio de futebol, Maracanã.



Il. 1: Imagem de Satélite sinalizando a distância das antigas dependências da Fábrica Confiança até o estádio Maracanã.

Fonte: Google Maps.



Il. 2: Antiga Fábrica Confiança, vista da Rua Maxwell, 2022.

Fonte: Autor.

Operários foram e seguem sendo pessoas comuns, que percorrem a vida buscando reverter seus tempos em força, luta a fim de encontrar no trabalho digno e braçal o sustento de seus familiares. Desse modo, pensar a noção de fábrica é olhar para pessoas comuns. Pensar esses espaços implica em refletir enquanto sociedade sobre o que construímos e moldamos em nossa realidade. Somos agentes, somos testemunhas de nosso tempo.

O músico e poeta Noel Rosa (1910-1937) conviveu e observou a rotina de um bairro marcado por indústrias. A música “Três Apitos” é recorrentemente citada e lembrada em diversas publicações sobre a indústria brasileira. Se escuta a composição de Noel, se escuta falar da antiga “Fábrica Confiança”, objeto de estudo da minha pesquisa e protagonista deste artigo.

A FÁBRICA CONFIANÇA E INDÚSTRIA

Tendo funcionado por 78 anos, até 1965, ficou por anos fechada e depois reabriu como shopping, tendo virado mercado e hoje em dia após um ano novamente fechada, reabriu as portas em 31 de outubro de 2023 como Assaí Atacadista.

Segundo Beatriz Thiessen (2006), o estudo arqueológico de estruturas tais como fábricas, moinhos e estradas de ferro, desenvolvido sob o cunho de “arqueologia industrial” surgiu na Inglaterra na década de 1950, quando Donald Dudley, um latinista da Universidade Birmingham, começou a organizar visitas dos seus estudantes às antigas instalações industriais na região. Essa prática acabou sendo seguida por amadores que se preocupavam com a preservação dos vestígios da industrialização.

Segundo os arqueólogos Marilyn Palmer e Peter Neaverson (1998), a arqueologia industrial começou a ter aceitação na arqueologia nos anos 1960, na mesma época em que a disciplina começou a adotar uma postura mais teórica. Nesse momento, teve como principal impulso o desejo de registrar artefatos e estruturas, iluminando, desse modo, os contextos das pessoas que trabalharam como operárias no passado. Tanto a Arqueologia

Industrial do século passado e quanto a do presente, concentram-se sobretudo na interpretação de sítios, estruturas e paisagens.

Em 1973, foi fundado o Comitê Internacional para Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH), que tinha como intuito aumentar a consciência sobre a importância do passado industrial.

A Carta de Nizhny Tagil, cidade da Rússia, que define o que é “Patrimônio Industrial”, seus valores e sua importância, foi elaborada em 2003, no contexto da assembleia geral do TICCIH, apresentada ao Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), do qual o comitê é consultor. Posteriormente, foi retificada e aprovada pela UNESCO.

Segundo a Carta de Nizhny Tagil (p. 3), a arqueologia industrial é um método interdisciplinar que estuda os vestígios materiais e imateriais criados para ou por processos industriais. Dado seu foco particular, aplica-se à utilização de métodos de investigação que buscam maximizar a compreensão do passado e do presente industrial.

Dentre os valores do patrimônio industrial da Carta de Nizhny Tagil (p. 4), estão: 1 – valor universal de suas características; 2 – valor social como parte do registro de vida de mulheres e homens comuns, podendo conferir forte sentimento identitário; 3 – valor científico e tecnológico; e 4 – valor estético, por sua arquitetura, design ou concepção. Portanto, pela Carta:

Estes valores são intrínsecos aos próprios sítios industriais, às suas estruturas, aos seus elementos constitutivos, à sua maquinaria, à sua paisagem industrial, à sua documentação e também aos registros intangíveis contidos na memória dos homens e das suas tradições (Carta de Nizhny Tagil, p. 1).

Reitera-se a importância do patrimônio industrial como um representante e um testemunho de atividades humanas que tem consequências, como veremos mais adiante, não apenas na sociedade, mas principalmente na paisagem da cidade. O patrimônio industrial tem em si um valor social

inerente que faz parte do registro de vida dos homens e mulheres comuns. Diferente de palácios, palacetes, casas de barões, onde se exaltam mestres, opressores e grandes figuras públicas, nos ambientes industriais, sobretudo nas fábricas, podem-se e devem-se lembrar e perceber a vida e memória de pessoas comuns.

Segundo a carta de Nizhny Tagil, a adaptação e reutilização de edifícios industriais evita o desperdício de energia e contribuiu para o desenvolvimento econômico de regiões muitas vezes afetadas pelo declínio das indústrias. A Fábrica Confiança, por exemplo, passa hoje pela sua segunda reutilização. Ao final dos anos 1970 se tornou um shopping e hoje é um mercado. Tendo ficado fechada por mais de quinze anos, sua reabertura não apenas ajudou e fortaleceu o comércio na região como também cooperou na segurança das redondezas. Conforme essa nova forma de ocupação indica, uma cidade que tem seus espaços ocupados e aproveitados torna-se mais segura para todos. (Il. 3)



Il. 3: Captura do vídeo "Desfile de Vila Isabel 1994.

Fonte: disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6hXazEwadcE>

No entanto, é preciso notar que a carta assinala que as intervenções realizadas nos sítios industriais devem ser reversíveis e provocar um impacto mínimo, o que nem sempre acontece. Conforme pontua a arquiteta Beatriz Mugayar Kuhl (2018), não é o fim que deve moldar o espaço reutilizado, mas sim a funcionalidade que se deve adequar a estrutura industrial.

Segundo Palmer e Neaverson (1998) a arqueologia industrial é uma disciplina que amadureceu nas últimas décadas olhando além do monumento industrial, considerando não apenas a importância das questões tecnológicas e econômicas, mas também os seus significados culturais, que podem ser lidos como símbolos de transformações nas relações humanas (1998, p. 15). Conforme notou, antes disso os trabalhos de arqueologia industrial eram voltados em sua maioria para as técnicas, buscando, nessa linha, compreender a identificação e proteção de máquinas, eventualmente apresentando um certo tom de saudosismo e romantismo em relação ao auge de certas indústrias. O fator humano pouco era lembrado no começo e desenvolvimento das primeiras décadas da arqueologia industrial, o que vem mudando.

É nesse contexto que também resolvemos trabalhar e nos envolver com as ideias da Arqueologia da paisagem, sendo ela um componente importante para compreender, entre outros momentos da história, a industrialização. Através dela se torna viável pensar não só a influência da indústria no bairro de Vila Isabel, mas também no Rio de Janeiro como um todo.

VESTÍGIOS DO TEMPO

A Fábrica Confiança e seus arredores são testemunhas que representam o início de uma industrialização brasileira, que surge ainda no fim do Império. A paisagem influencia e reflete a ação dos indivíduos no espaço através do tempo e da materialidade. O termo paisagem vai muito além de uma estrutura física. Isso porque ele engloba dimensões sociais e aspectos metafísicos (Darvill, 1999). Nesse sentido, a ideia de paisagem abrange temas aplicáveis à relação entre as pessoas e os mundos que elas criaram para viver.

As Vilas Operárias são fruto de uma intenção, de se ter, por exemplo, parte dos trabalhadores perto do local de serviço, assim como o clube de futebol, a escola e as peças de teatro que existiam. Todas essas estruturas, colocadas ao redor da fábrica, estão diretamente relacionados com a realidade que foi criada e/ou planejada para os operários. Revelam, assim, o pensamento e

ideias daqueles que tinham maior influência sobre o espaço e interesse nas práticas espaciais. Todavia, estavam eles suscetíveis às vontades, reclames e insatisfação dos operários. A agência humana se apresentava quando, juntos, os trabalhadores buscavam por seus direitos e marcavam o espaço e seu entorno, não só em relações ao serviço e lazer, mas também de resistência, sendo nesse momento exercida também individualmente.

Segundo Tilley (1997) a especificidade de um lugar é um elemento essencial para a compreensão do seu significado. Em suma, o espaço não teria uma essência substancial em si, apenas um significado relacional, criado por meio das relações entre povos e lugares. Apesar de ser construído por diferentes grupos e indivíduos, o espaço não tem uma essência universal. Ele depende de quem o está experimentando e como. A experiência espacial, conforme aqui assumida não é inocente e muito menos neutra, mas investida de poder em relação à idade, sexo, posição social e relacionamento dos indivíduos e grupos.



Il. 4: Esquina das Ruas Senador Soares e Araújo Lima.
Fonte: Autor.

Como se reconhece um espaço? Imaginemos um grupo que divide e convive em um mesmo ambiente, um bairro por exemplo. Eles conhecem as regras ditas e não ditas de determinado local, sabem onde é seguro ou não andar, até que horas se pode ir a tal rua sem risco de assalto. Sabem a hora que o sol se põe, o melhor caminho a seguir quando se estiver na rua e começar a chover. Esses locais são conhecidos por meio da experiência, da vivência no dia a dia. O que define um lugar? Pessoas que trabalham numa região? Empresas que existem por ali?

A resposta de Tilley (1997) para essa pergunta é que os espaços estão intimamente relacionados com a formação de biografias e relações sociais. Portanto, todos os lugares possuem qualidades experienciais e metonímicas, existem em relação de parte-todo.

Os trabalhadores estão vivendo na região de uma fábrica pela oportunidade de emprego. Por ali existir mão de obra disponível junto a recursos naturais se estabeleceu a indústria. Atraindo pessoas, que vinham até de outros estados, a Fábrica Confiança, por exemplo, ajudou a moldar e definir o seu entorno, enquanto são os próprios indivíduos daquela região que transformam e reconhecem o espaço. Ainda segundo Tilley (1997) as localidades são lugares criados e conhecidos por meio de experiências, símbolos e significados comuns.

Para o arqueólogo grego Yannis Hamilakis, a arqueologia lida fundamentalmente com a materialidade do tempo. Ela “explora a presença material e o concreto, as qualidades formais específicas dos seres e das coisas (incluindo o espaço), suas vidas sociais e culturais, bem como seus significados em várias temporalidades” (Hamilakis, 2016, p. 20, tradução nossa).

Em sua obra *Arqueologia e os Sentidos*, ele constrói uma reflexão sobre a arqueologia e os sentidos corporais, reiterando durante o curso do seu livro que esta não é uma exploração do desenvolvimento de diferentes modalidades sensoriais, como o seu título pode indicar. Pelo contrário, é uma reflexão sobre as possíveis contribuições dos sentidos para o estudo da

materialidade, afinal, “os sentidos dependem da materialidade e do caráter físico do mundo. Em outras palavras, os sentidos são o meio pelo qual a materialidade produz a recordação e a memória”(Hamilakis, 2016, p. 23).



Il. 5: Quadra do Salgueiro, à Rua Silva Telles, Andaraí, 2022.
Fonte: Autor.

A arqueologia dos sentidos além de ser viável e tangível, estaria para o autor em uma posição privilegiada para explorar reinos sensoriais, podendo contribuir imensamente para uma discussão mais ampla da experiência sensorial e seus efeitos sobre o poder social. Para Hamilakis (2015), a arqueologia tem uma obsessão por um tipo de evidência que estaria enraizada em uma tese que se recusa a reconhecer as habilidades afetivas do outro. Portanto, uma “Arqueologia dos Sentidos” como projeto tem uma importância na atualidade. Afinal, a interação sensorial com o mundo material é fundamental para a experiência e a geração e ativação da memória corporal.

A Fábrica de Tecidos Confiança funcionou por 78 anos. Gerações cresceram na região tendo a fábrica como uma certeza e seus apitos como parte da rotina. Paisagens se constroem além do que apenas se pode ver ou tocar. Uma indústria influencia todo tipo de atividade humana ao seu redor, seja

pela fumaça das chaminés, pelos barulhos das máquinas, pelo movimento dos operários ou até mesmo pelos seus apitos e sirenes. Dell Upton em seu texto *Sound as Landscape* de 2007, comenta que o som é profundamente corporal. Todo som é vibração, um movimento no corpo por forças do ambiente. Através do som podemos perceber o quão longe estamos de determinado lugar ou coisa, a localização do indivíduo no espaço se permite pelo som. “Envolvemos nosso ambiente por meio de uma série de processos metabólicos e neurológicos que afetam o nosso senso de individualidade de maneiras inconscientes, não racionais, mas decisivas. O eu, é sempre um eu no espaço” (Upton, 2007, p. 24).

A fenomenologia nos ajuda a colocar os indivíduos no espaço. Quando olhamos a Fábrica Confiança hoje vemos o barulho dos carrinhos do supermercado, o som das caixas registradoras, os anúncios de promoções. No entanto, não é em toda paisagem, muito menos na totalidade deste ambiente que podemos perceber de alguma forma direta como os indivíduos se relacionavam e viam o espaço pelos sons. Gritos, apitos, o som do maquinário, tudo isso, de sua forma, moldou essa realidade, fazendo parte da estrutura social de seu tempo.

Segundo Upton (2007), grande parte da paisagem sensorial compreende o produto inevitável de nossa existência cotidiana, de nossa presença no meio urbano. Como já comentando anteriormente, uma paisagem industrial é construída por múltiplos agentes, suas percepções e suas memórias são afetadas por sensações. Para o autor acima, os interessados em estudar essas questões, precisam levar em conta a cidade sensorial, o que é dito, o que é cantado, batido, sacudido, saboreado, tanto quantos forem os elementos tangíveis que absorveram a atenção dos indivíduos no passado, podendo influenciar até mesmo os que hoje convivem naquele meio.

O espaço criado e desenvolvido em Vila Isabel para o fim de uma fábrica e suas vilas operárias, foi inicialmente desenvolvido e traçado com fins específicos. Os sentidos humanos, afetos e memórias foram desenvolvidos e agregados naturalmente e até inconscientemente ao longo do tempo.

Segundo Tilley (1997), as qualidades de locais e paisagens suscitam um sentimento de pertencimento e de familiaridade, que não nasce apenas do conhecimento, mas também da preocupação que proporciona uma segurança ontológica. A relação de grupos ou indivíduos com locais e paisagens também tem efeitos de perspectiva importantes. No entanto, é improvável que a experiência desses seja uniforme, já que a compressão e o usos dos espaços ainda poderiam ser suscetíveis a controles e a sistemas de dominação.

Em correspondência com essa visão, a comunicóloga Jô Gondar (2016), argumenta que a memória concebida enquanto produção do poder, destinada à manutenção dos valores de um grupo, não é equivalente à memória pensada enquanto componente ativo dos processos de transformação social e de produção de um futuro. Portanto a memória idealizada de um local de trabalho por gerentes e contramestres, por exemplo, não é necessariamente a mesma percebida a partir da rotina e da individualidade das pessoas que ali vivem suas vidas em amplas jornadas de trabalho, mas não só, pela complexibilidade dos espaços da Fábrica Confiança, ali os trabalhadores também tiveram seus momentos de lazer e memórias familiares.

Segundo Tilley (1997), todos os lugares e paisagens estão inseridos em tempos sociais e individuais da memória. Tanto seus passados como seus espaços são constituintes do seu presente. Assim, espaço e tempo não podem ser entendidos separadamente das práticas sociais que os unem. A Fábrica Confiança está e estará para sempre conectada à sua paisagem industrial, aos bairros de Vila Isabel e Andaraí, às memórias de antigos operários e moradores da região. A fábrica não pode ser vista e entendida separadamente do seu lugar, da inspiração anterior e das influências que ela provocou na paisagem.

Tilley (1997) fez uma interessante comparação entre indivíduos na paisagem com o xadrez. Para ele, movimentos na paisagem são tão importantes para a compreensão do todo quanto para a dos movimentos anteriores das peças de xadrez no tabuleiro. Sobre isso ainda fala:

Um movimento em um caminho através da paisagem, algo está constantemente se esvaindo, e algo é constantemente ganho em um mundo tátil relacional de impressões, signos, visões, cheiros e sensações físicas. Para compreender verdadeiramente uma paisagem, ela deve ser sentida, mas para transmitir um pouco desse sentimento a outras pessoas ela deve ser falada, contada ou escrita e retratada (Tilley, 1997, p. 31).

Esse pensamento dialoga com as proposições de Upton (2007) e Hamilakis (2015), apresentadas anteriormente neste capítulo. A reflexão dos sentidos junto à arqueologia da paisagem nos permite provocar a construção de um registro das múltiplas relações de indivíduos com o espaço ao longo do tempo. Todas essas relações, sem exceção, passariam pela relação da materialidade e memória, o que se torna presente em lembranças e afetos, um dia foi provocado por algo material, criado, manuseado, por pessoas que também afetaram e transformaram a paisagem.

CONCLUSÃO

Este é o local no qual parti para a reflexão maior sobre a “multitemporalidade” na paisagem da Fábrica Confiança. Mais precisamente, foi a partir deste mesmo lugar de afeto que a minha pesquisa se originou. Cresci nas redondezas de Vila Isabel e do Andaraí. Durante minha infância, além de frequentar com certa rotina o supermercado Extra, estudava bem em frente ao mercado, na Rua Silva Telles, Andaraí — numa pequena escola municipal, tão pequena que mal tinha espaço para a prática de esportes. A escola de samba Acadêmicos do Salgueiro, vizinho de porta da escola, gentilmente cedia uma de suas quadras para as aulas de educação física, onde hoje sei que resiste a arquivancada do antigo clube da fábrica de tecidos.

Quando comecei a estudar e me envolver com patrimônio, foi inevitável a lembrança da antiga fábrica que gostava tanto de ir. Pensando sobre o patrimônio da Grande Tijuca na minha monografia de graduação, comecei a notar como haviam fábricas espalhadas pela cidade, sobretudo nessa região.

De ali nasceu um desejo de estudar as indústrias do Rio de Janeiro, que teve continuidade na minha pós-graduação.

Inaugurada há 135 anos, a Fábrica Confiança até hoje preserva os valores do patrimônio industrial, entendido nos termos da Carta de Nizhny Tagil, que aqui retomamos: 1 – valor universal de suas características; 2 – valor social como parte do registro de vida de mulheres e homens comuns, podendo conferir forte sentimento identitário; 3 – valor científico e tecnológico; e 4 – valor estético, por sua arquitetura, design ou concepção. Esses valores são inerentes à natureza dos sítios industriais. Essa é uma modalidade de patrimônio que só tende a crescer, uma vez que quanto mais construímos, quanto mais nos desenvolvemos tecnologicamente como sociedade, mais espaços são ocupados de forma industrial. É preciso reconhecer o potencial desses espaços, sobretudo em relação a suas potencialidades de patrimonialização e pesquisa.

A reutilização surge como uma forma de preservação destes bens. ainda que, muitas vezes, novos usos desconsiderem práticas, funcionalidades e magnitudes internas. Preservar elementos como a fachada e demais componentes construtivos externos, ao mesmo tempo que altera e modifica espaços interiores sem a devida preocupação com a conservação dos ambientes como um dia foram vividos e contemplados, muitas vezes descaracteriza-os totalmente.

Esperamos que tenha ficado clara a influência recíproca entre a Indústria de Tecidos da Confiança Industrial e o bairro de Vila Isabel, que foi tanto influenciador como influenciado, da imagem e da memória de toda a comunidade. Se no início as lutas abolicionistas, já representadas nos nomes das ruas do bairro, eram exaltadas na construção e valorização das Vilas operárias, ao fim de seu funcionamento, Vila Isabel era exaltada pela grandiosidade e importância da indústria que ali persistiu por tantos anos, inspirando, inclusive, o poeta Noel Rosa, tão lembrado e exaltado na região.

Remetendo-nos à arqueologia industrial, conforme proposta por Palmer e Neaverson (1998), notamos que essa é uma disciplina que amadureceu nas últimas décadas, olhando além do monumento industrial, considerando não apenas questões econômicas e tecnológicas, mas também considerando seus significados culturais, que potencialmente podem ser lidos como símbolos de transformações das relações e experiências humanas.

A antiga Fábrica Confiança e seu entorno são um espaço que evidencia um dinamismo de transformações da sociedade, a partir de suas diversas modificações e usos. Podemos refletir, por exemplo, sobre as fases econômicas do país. Pode-se começar pelo surgimento da indústria nacional no fim do século XIX, pelas crises econômicas das primeiras décadas do século XX, quando por alguns anos a fábrica passou dificuldades e até chegou a ficar fechada por mais de dois anos. Para o fim das indústrias próximas ao centro da cidade, no início da década de 1960, até o surgimento de grandes shopping centers e mercados entre as décadas de 1980 e 1990.

Acreditamos que apesar de escolhas ousadas, realizamos com essa pesquisa um interessante estudo sobre as transformações da paisagem da Companhia Confiança Industrial, sendo de grande contribuição para pesquisas futuras sobre espaços industriais a partir da ótica da fenomenologia da paisagem atrelada à arqueologia. Acreditamos que ainda há muitas possibilidades de estudo do patrimônio industrial em diferentes vertentes e perspectivas, sobretudo nos espaços da Confiança. Desejamos, então, que no futuro essa pesquisa possa apoiar outros estudos sobre o tema, oferecendo-se não apenas como um produto de pesquisa, mas também como um retrato de um momento específico das transformações desse meio.

REFERÊNCIAS

DARVILL, Timothy. The historic environment, historic landscapes, and space-time-action models in landscape archaeology. In: LAYTON, Robert; UCKO, Peter. *The archaeology and anthropology of landscape: shaping your landscape*. London: Routledge, 1999.

BRITO, Fausto. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. In: Estudos avançados, São Paulo: V. 20, nº. 57, p. 221-236, ago.2006.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. In: *Revista Morpheus: estudos interdisciplinares em memória social*, Rio de Janeiro, V. 9, nº. 1, p. 19-40, 2016.

HAMILAKIS, Yannis. *Arqueologia y los sentidos: experiencia, memoria y afecto*. Madrid: Jas, 2015.

MAIA, Antonio. *Tijuca: apontamentos para a história do “aristocrático bairro”*. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes Graficas, 1984-1984.

FRANCA, Nahyda; LEITE, Marcia Pereira; SANTOS, Alexandre Mello. *Quando memoria e historia se entrelacam: a trama dos espacos na Grande Tijuca*. Rio de Janeiro: IBASE, 2003.

OLIVEIRA, Lili Rose Cruz. ROEDEL, Hiran. *Vila Isabel: de rua em rua*. Rio de Janeiro: Rio, 2005.

KUHL, Beatriz Mugayar. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização*. São Paulo, 2018.

PALMER, M.; NEAVERSON, P. *Industrial archaeology, principles and practices*. New York: Routledge, 1998.

THIESEN, B. V. Arqueologia industrial ou arqueologia da industrialização? Mais que uma questão de abrangência. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, V. 4, p. 1-4, 2006.

TICCIH (Rússia). Unesco. *Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial*. 2003. Disponível em: <https://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>.

TILLEY, Chistopher. *A phenomenology of landscape: places, paths and monuments*. Oxford: Berg Publishers, 1997.

UPTON, D. *Sound as Landscape*. University Of Wisconsin Press, Wisconsin, V. 26, nº. 1, p. 24-35, 1.jan.2007.

REVISTA
**PAISAGENS
HÍBRIDAS**